

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FABIANO BARNART

AS TRAVESTILIDADES NA DITADURA

A interdição e a resistência de travestis em Porto Alegre, na década de 1970

PORTO ALEGRE

2018

FABIANO BARNART

AS TRAVESTILIDADES NA DITADURA

A interdição e a resistência de travestis em Porto Alegre, na década de 1970

Dissertação de Mestrado apresentada à Linha de pesquisa em Análise Territorial do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof. Dra. Cláudia Luisa Zeferino Pires

Aprovada em 23 de agosto de 2018

BANCA EXAMINADORA

Dra. Joseli Maria Silva - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Dr. Cristian Fabiano Guimarães - Centro Universitário Metodista IPA

Dra. Stela Nazareth Maneghel - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dr. Álvaro Luiz Heidrich - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CIP - Catalogação na Publicação

Barnart, Fabiano

As Travestilidades na Ditadura: a interdição e a resistência de travestis em Porto Alegre, na década de 1970 / Fabiano Barnart. -- 2018.

151 f.

Orientadora: Cláudia Luisa Zeferino Pires.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Travestis. 2. Ditadura Militar. 3. Vadiagem. 4. Atentado ao Pudor. 5. Interdição. I. Pires, Cláudia Luisa Zeferino, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Esse trabalho é dedicado ao paná paná das expressões das travestilidades que viveram durante o período da ditadura militar brasileiras, aquelas que sobreviveram e também as que resistiram bravamente, mas deixaram de voar, em especial às borboletas dessa pesquisa: Marcellly Malta - Borboleta Rainha, Verusca – Borboleta Silphyna Angel, Patrícia - Borboleta Morpho Azul, Ana Mara – Borboleta Coruja e Alissandra - Borboleta-zebra.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pela vida e por todos os ensinamentos, em especial ao meu irmão Daniel pelo apoio incondicional, sempre.

Agradeço aos Brandeburski, minha família de coração: Zélia, Rogério, em especial à irmã Rosemary.

Agradeço aos meus irmãos de coração: João Pontes pela presença mesmo à distância, Rebeca Donazar pelo acolhimento nos momentos difíceis, Meriene por dividir comigo as angústias e estar presente nos momentos mais críticos dessa trajetória.

Agradeço à Mayna, minha irmã de coração, pela presença, pela banca amiga, pela leitura atenta, correção do trabalho e contribuições.

Agradeço à Igualdade, em especial à Marcelly Malta - Borboleta Rainha, a quem dedico este trabalho, por dividir e emprestar sua história de vida, pelas contribuições na banca de defesa e por seu exemplo de vida e militância. Resistência!

Agradeço à Dai, a Estela e a Ana Paula, encontros na Saúde Coletiva que levo para vida. Em especial ao pequeno Heitor.

Agradeço às nuanceiras, pela parceria de militância e apoio.

Aos professores das bancas: Joseli e Álvaro, que estiveram presentes desde a banca de qualificação, também ao professor Cristian Fabiano convidado para banca de defesa com a professora Stela.

Aos professores e professoras da Saúde Coletiva (também meus amigos e amigas): Alcindo, Ricardo, Lisiane, Daniel, em especial a Stela e Frederico pelas apostas e parcerias de ensino, pesquisa, extensão e projetos da vida e militância.

Agradeço à Clarice pela parceria realizada no projeto História de Vida e Ação Política, coordenado pelo professor Fred.

Ao professor e amigo Maurício Polidoro, pelas conversas e contribuições, em especial ao mapa incluído nesse trabalho.

Ao professor José Amador por trilhar comigo uma parte curta e intensa dessa caminhada, compartilhando seu trabalho e por sua amizade.

Agradeço aos amigos e amigas do Grupo de Estudos Territoriais da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ao grupo do projeto "Uma cidade pelas margens", em especial aos historiadores e amigas Letícia Bauer e Tiago Medeiros.

Ao grupo do Centro de Referência em Direitos Humanos e ao Núcleo de Pesquisa em Gênero e Sexualidade - Psicologia Social / UFRGS, em especial a professora Paula Sandrine e as amigas Helen e Sophia.

Agradeço aos servidores Emanuel e Celeste e a equipe de estagiários do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Também ao servidor Robson do museu da Academia de Polícia de Porto Alegre.

Agradeço aos primos Raquel e Rafael pelas contribuições e incentivo.

Agradeço a minha orientadora por topar comigo o desafio de desenvolver esse trabalho na Geografia.

Aos profissionais que me acompanharam nessa trajetória: Nilsa, Carlos e André.

Enfim, gratidão a todas e todos que acompanharam parte desse caminho.

Para não esquecer a história recente que pode se repetir, para lembrar que em diversos lugares do mundo essa história ainda não faz parte do passado:

"A face mais visível dessa violência se fez presente, na história recente, no envio de homossexuais e bissexuais aos campos de concentração nazistas [...] e nas terapêuticas aversivas violentas impostas aos homossexuais e lésbicas no mundo todo. Assim como, ainda hoje, nos 77 países que têm leis que condenam a homossexualidade e penalidades que vão do enforcamento, açoitamento, reclusão ou a interdição do exercício profissional (International Lesbian and Gay Association, 2014). A face menos visível, portanto mais naturalizada, está presente nos insultos cotidianos que desqualificam determinadas expressões da sexualidade e na desigualdade no acesso aos direitos. Mesmo as balizas das performances de gênero que configuram um 'verdadeiro homem' e uma 'verdadeira mulher' são condicionadas à norma heterossexual. Assim, qualquer prática sexual que fuja aos preceitos da norma é tomada como uma desqualificação do masculino e do feminino; no senso comum, um homem homossexual e uma mulher lésbica não são homens e mulheres verdadeiros."

*Henrique Caetano Nardi e Paula Sandrine
Machado*

Verbete - Heteronormatividade

*Dicionário Feminino da Infâmia
Elizabeth Fleury-Teixeira &
Stela Nazareth Meneghel (Org.)
(2015, p. 161-162)*

RESUMO

Este estudo apresenta uma análise das relações de poder estabelecidas entre o Estado e travestis, que viveram em Porto Alegre durante a Ditadura Militar, na década de 1970. O ponto de partida para construção do problema de pesquisa surge a partir da narrativa da história de vida da militante do movimento LGBTT Marcelly Malta, que veio do interior para capital gaúcha nos anos 1960, quando inicia a experiência na prática da prostituição e a expressar sua travestilidade. Foram localizadas outras experiências de travestis que vivenciaram o mesmo período histórico, registradas a partir de inquéritos policiais da Delegacia de Costumes e processos judiciais do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. A partir de um recorte de pesquisa, os processos escolhidos para análise foram aqueles em que as travestis sofreram prisões arbitrárias acusadas de vadiagem e atentado ao pudor, especificamente por dois dispositivos legais ou jurídicos, respectivamente, os artigos 59 e 61 da Lei de Contravenções Penais. Identificou-se a construção de uma estratégia para punição da prática da prostituição com base no arcabouço legal existente, especificamente no caso das travestis uma transição discursiva sobre as expressões de travestilidades do âmbito jurídico para uma questão de relevância médica ou psiquiátrica. Por fim, apresentamos a materialização desses acontecimentos através da alteração das trajetórias dessas travestis na cidade e os espaços de sociabilidade LGBTT, como estratégias de resistência à perseguição sistemática que sofreram dessas instituições do Estado.

PALAVRAS CHAVES: Travestis. Ditadura Militar. Vadiagem. Atentado ao Pudor. Interdição.

RESUMEN

Este estudio presenta un análisis de las relaciones de poder establecidas entre el Estado y travestis, que vivieron en Porto Alegre durante la Dictadura Militar, en la década de 1970. El punto de partida para la construcción del problema de investigación surge a partir de la narrativa de la historia de vida de la militante del movimiento LGBTT Marcelly Malta, que vino del interior hacia la capital gaucha en los años 1960, cuando empieza su experiencia en la práctica de prostitución y a expresar su travestilidad. Fueron ubicadas otras experiencias de travestis que vivenciaron el mismo periodo histórico, registradas a partir de investigaciones policiales de la Comisaria de Costumbres y de procesos judiciales del Tribunal de Justicia de Rio Grande do Sul. A partir de un recorte de investigación, los procesos elegidos para el análisis fueron aquellos en los que las travestis sufrieron detención arbitraria acusadas de vagabundeo y atentado al pudor, específicamente por dos dispositivos legales o jurídicos, respectivamente, los artículos 59 y 61 de la Ley de Contravenciones Penales. Se identificó la construcción de una estrategia para punición de la práctica de prostitución con base en el marco legal existente, específicamente en el caso de las travestis, una transición discursiva sobre las expresiones de travestilidades del ámbito jurídico para una cuestión de relevancia médica ou psiquiátrica. Por fin, presentamos la materialización de esos hechos a través de los cambios en las trayectorias de esas travestis, en la ciudad y en los espacios de sociabilidad LGBTT, como estrategias de resistencia a la persecución sistemática que sufrieron de esas instituciones del Estado.

PALABRAS CLAVE: Travestis. Dictadura Militar. Vagabundeo. Atentando al pudor. Prohibición.

SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO.....	10
I.I Para que(m) serve teu conhecimento: reflexões sobre a pesquisa, a potência de vida e (sobre) as geografias.....	10
I.II Afinal, escolhi a Geografia, por quê?.....	13
I.III Sobre tensões, linhas de força e polêmicas na ciência Geográfica e no campo de pesquisa.....	14
1. INTRODUÇÃO.....	20
2. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	25
2.1 Memórias e vivências: expressões de feminilidade em mim e das travestilidades nos meus territórios.....	25
2.2 (Des)Encontros: não tem começo, não tem fim.....	30
2.3 Ensaio genealógico sobre a prostituição de travestis em Porto Alegre - Década de 1970	33
2.4 O encontro e a busca aos pergaminhos perdidos: no caminho da delegacia <i>a gente perdeu o sapato</i>	39
2.5 Sistematização das Espacialidades Urbanas: territórios de prostituição e os espaços de sociabilidade	50
2.6 Análise dos documentos nas dinâmicas das trajetórias de travestis e as relações entre poder, dispositivos legais e produção de verdade.....	52
2.7 Paná-Paná: as borboletas colaboradoras da pesquisa.....	56
3. AS INTERDIÇÕES DA VIVÊNCIA ESPACIAL TRAVESTI NA DITADURA MILITAR.....	64
3.1 O discurso moral da ditadura e a ação da Polícia de Costumes na instrumentalização do biopoder.....	64
3.2 – A criação da ideia de vadiagem como possibilidade de higienização do espaço.....	73
3.3 A negação da vivência espacial na atividade de prostituição.....	87

4. ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA TRAVESTI AO PODER HETERONORMATIVO INSTITUÍDO PELA DITADURA MILITAR.....	111
4.1 A resistência espacial e aspectos da formação dos territórios de prostituição travesti.....	111
4.2 Relações de poder nos territórios de prostituição.....	113
4.3 Espaços de enfrentamento na criação de visibilidades travestis: o carnaval, a militância e as sociabilidades.....	123
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
6. REFERÊNCIAS.....	137
APÊNDICE A – ARTIGO INTITULADO “TRAVESTILIDADES E TRANSEXUALIDADES NO BRASIL: VIOLÊNCIA E POLITIZAÇÃO”	144

I. APRESENTAÇÃO

I.I. Para que(m) serve teu conhecimento: reflexões sobre a pesquisa, a potência de vida e (sobre) as geografias

Ao iniciar esse texto, penso que o local mais adequado para ele, nesta dissertação, seja a apresentação. Primeiro, porque nele pretendo encerrar determinadas questões e justificar algumas escolhas - das quais não sei exatamente em qual momento surgiram os desejos que influenciaram nas minhas decisões. Essa escrita será uma espécie ritual de exorcismo dos "*fantasmas*" que me acompanharam durante a trajetória do mestrado, que poderiam ter sido "*exorcizados*" há mais tempo, me poupando parcelas de sofrimento nessa trajetória acadêmica. Segundo, durante a escrita desta apresentação, surgiram outras reflexões que, talvez, valham a pena deixar transbordar em outros momentos do texto, que ainda não sei se conseguirei desenvolver ou onde situar elas nesse dissertar. O leitor que acompanha essa trajetória descobrirá comigo, caso escolha continuar esse percurso. Então, sente-se, passe um café ou faça um chá e escolha boa música, ao longo do texto irá encontrar sugestões.

A primeira questão que escolhi abordar: a justificativa da trajetória acadêmica que passou pela Geografia. Sim, passou - no passado! Escolher a Geografia, sem dúvidas, foi uma escolha acertada e superou as expectativas. Isso não significa uma decisão permanente, pois novos desafios podem se apresentar. Digo que passei pela Geografia institucionalmente, mas sigo minha trajetória levando comigo o pensamento geográfico. Contudo, no momento presente, minha única prioridade é encerrar essa fase com a finalização da dissertação. Refiro-me a etapa do mestrado, isso tem menos a ver com a Geografia e mais com a instituição acadêmica. Sim, esse mestrado foi na Geografia, na linha de pesquisa Análise Territorial do Programa de Pós Graduação em Geografia, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Mas algumas

situações vivenciadas poderiam ter acontecido em qualquer outra universidade e/ou área do conhecimento.

O desafio de aventurar-se em uma área de saber diferente da minha formação foi extremamente válido, só tenho a agradecer pela oportunidade. Entretanto, foi um caminho difícil, ainda mais associado a todas as transformações políticas - em diversas escalas, que afetaram nossos corpos nos últimos anos - uma era "de trevas" que estamos vivendo no Brasil com o crescimento das bancadas de policiais militares, evangélicos, ruralistas e empresários, o Congresso mais conservador desde o golpe de 1964 (MORAES, 2017; MARTINS, 2014); somadas as questões pessoais que enfrentei no mesmo período. Isso causou um esgotamento: "[...] o último suspiro, o anúncio de trombetas dizendo que não dá mais! É o desgarramento, o desmoronamento, o deslocamento radical das forças que sustentam o real" (TRINDADE, 2017)¹. Alterando o processo saúde-doença em sua escala mais íntima: o corpo - "que estala, trinca e, finalmente, racha ao meio. Nós vemos [e sentimos] o corpo partir-se em mil pedaços" (TRINDADE, 2017). Tal condição afetou meu corpo das mais diversas maneiras. Duvidei de mim mesmo e senti o desejo mais mórbido da humanidade: desaparecer no tempo e no espaço, deixar de existir - exclusão espacial plena; durante um ano senti uma espécie de limbo existencial.

A noção sobre a exclusão espacial soa como falsa se pensada como condição absoluta, segundo Heidrich: "Não estar no espaço é não existir. E, se de alguma forma processos de exclusão social induzem a sua ocorrência em termos absolutos - à morte -, essa sim poderia ser considerada uma exclusão plena" (HEIDRICH, 2006, p. 24). O processo de exclusão sócio-espacial² e suas interações com sujeitos de sexualidades desviantes serão abordados no decorrer desse trabalho

1 Disponível em: < <https://razaoinadequada.com/2017/05/21/afetos-biopoliticos-esgotamento/> > Acesso: 21 de mar. 2018.

2 Neste texto a expressão sócio-espacial é utilizada conforme proposto por Souza (2013), grafada com hífen: "Para se compreender e elucidar o espaço, não basta compreender e elucidar o espaço. É preciso interessar-se, profundamente, e não somente epidermicamente, também pelas relações sociais. É necessário interessar-se pela *sociedade concreta*, em que relações sociais e espaço são inseparáveis, mesmo que não se confundam. E é aqui que entra em cena o *sócio-espacial*, no qual o 'sócio', longe de

Meu corpo tornou-se um campo de guerra. Muitas vezes, as batalhas que travei transbordaram a escala corporal, respingando em quem estivesse próximo. Movimentos de reterritorialização e desterritorialização constantes, motivados pelos percalços da vida ou por um autoboicote qualquer. Assim foi um processo de des-reterritorialização simultâneo, na busca de algo novo que fizesse sentido, paulatinamente, aceitando que não fazia mais sentido resistir às mudanças que ocorriam em múltiplas escalas espaciais, nas mais diversas esferas da vida. E aqui estou: diferente, terminando mais uma etapa da minha trajetória de vida.

Sinto um dever ético em narrar esse aspecto de minha vivência, que pretende menos justificar alguma coisa e mais explicar essas transformações que ocorreram nesse período, e deixando-as aqui registradas. Em primeiro lugar, pois convivi com diversas pessoas, na academia, que vivenciaram experiências semelhantes durante a Pós Graduação. Segundo, pois a Universidade não possui nenhum suporte para lidar com a questão do adoecimento: não há acolhimento, não existe amparo. Pelo contrário, o processo burocrático só torna tudo mais difícil, não há solidariedade, nem mesmo comunicação interna.

Existem estudos, inclusive realizados na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, que denunciam essa situação. A quem interessar, sugiro a leitura do texto³ publicado no site da Associação Nacional de Pós Graduandos: *"Estresse e depressão na pós-graduação: uma realidade que a academia insiste em não ver"*. Gostaria de deixar claro que não pretendo responsabilizar ninguém de maneira individual por isso, ao contrário, minha crítica se dirige à instituição. Tive apoio e compreensão de algumas pessoas que integram o quadro profissional da universidade, apesar dessa não ser uma atribuição laboral delas. Enfim, até quando vamos fechar os olhos?

O esgotamento é o chamamento da existência clamando por novas formas de vida. O que pode o além-do-homem se não criar também um para além-de-si,

apenas qualificar o 'espacial', é, para além de uma redução do adjetivo 'social', um indicativo de que se está falando, direta e plenamente, também das relações sociais" (p. 16, grifos do autor).

3 Disponível em: < <http://www.anpg.org.br/estresse-e-depressao-na-pos-graduacao-uma-realidade-que-a-academia-insiste-em-nao-ver/>> Acesso em 20 de mar. De 2018.

escavar este mundo e a si mesmo? Aquilo que se esgota abre espaço para a criação! Somos um excesso que quer reinventar conexões. Há vacúolos de devir: **a terra está fértil** novamente, o **vento sopra**, o **fogo esquenta**, o **rio volta a fluir**, ele já não é mais o mesmo, mas nós também não (TRINDADE, 2017, grifos do autor)

Sobretudo, busquei outras formas de compreender essa metamorfose. Por fim, finalizo esse relato de experiência dizendo que aprendi da pior maneira possível: adoecendo. Encontrei "*um novo modo micropolítico de afetar e ser afetado*" (TRINDADE, 2017), e escala mais íntima uma nova maneira de me relacionar comigo mesmo e com o mundo: deixei muito para trás e aprendi a exercitar o desapego tanto no campo de pesquisa e na esfera política, quanto na vida pessoal, entendi que tudo está conectado nas redes da vida.

I.II. Afinal, escolhi a Geografia, por quê?

Essa resposta tem menos uma justificativa conceitual e mais afetiva. Sim, afeto! Meu corpo foi afetado pela Geografia: pela discussão do território e especialmente por outros corpos. Exatamente em que momento isso aconteceu? Não sei responder ao certo, para essa resposta exata precisaria fazer um inquérito minucioso da minha trajetória, talvez antes mesmo do ingresso na UFRGS. Mesmo que estivesse disposto a fazer tal inventário, talvez não tivesse mais tempo hábil para isso. Academicamente, tenho plena certeza de que isso não é necessário, pelo menos para quem trilhou comigo partes desse percurso educacional - caso alguém ainda tenha dúvida convindo a visitar o meu "*Portifólio do Curso de Saúde Coletiva*"⁴ - disponível online desde o ano de 2009. Lá encontrará algumas pistas - umas sutis, outras bem explícitas - da minha proximidade com discussões da Geografia e meu interesse por Foucault.

Então, não posso negar que minha aproximação com a Geografia, antes de entrar no mestrado, se intensificou com o ingresso de duas pessoas (ver Agradecimentos) bem próximas a mim na graduação em Geografia - nessa época eu

4 Disponível em: < <http://fabianobarnart.blogspot.com.br/> > Acesso em 20 de mar. de 2018.

ainda estava na graduação em Saúde Coletiva. O ápice dessa aproximação anterior ao ingresso na pós-graduação, e que foi fator determinante para minha escolha em cursar o mestrado em Geografia, foi conhecer minha orientadora, durante a Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva - UFRGS.

Conheci a professora Claudia, primeiramente, como se diz: "de ouvir falar". O primeiro cenário de prática da residência foi na Estratégia de Saúde da Família Estrada dos Alpes, neste serviço de saúde conheci uma Agente Comunitária em Saúde, que mora em uma comunidade Quilombola que está contida no território político-administrativo⁵ do serviço. Acabei me aproximando dela e das questões da comunidade e, conseqüentemente, conheci minha orientadora, que é militante com o Movimento Quilombola e implementava um Projeto de Extensão naquele território⁶.

Essas são duas dimensões afetivas que influenciaram bastante minha escolha: a primeira amorosa-pessoal, a segunda amorosa-militante. E aconteceu: essas Geografias me afetaram, não resisti. Por sorte também tinha um interesse acadêmico, mas o que mais importa para mim são os laços afetivos, que se aproximaram e depois se distanciaram geograficamente, mas se mantêm intensos mesmo à distância.

I.III. Sobre tensões, linhas de força e polêmicas na ciência Geográfica e no campo de pesquisa

Em vários momentos fui desafiado e/ou me senti constrangido. Agradeço aqueles que desafiaram e aqueles que constrangeram. Situações assim aconteceram em diversas esferas durante a trajetória deste trabalho, seja por servidores, militantes,

5 Utilizo o conceito de "território político-administrativo" por entender como uma formação territorial descente, a partir de uma normativa do Estado que delimita a porção do espaço de responsabilidade de um serviço de saúde, no caso integrante da Atenção Básica, que tem por objetivo organizar e determinar o acesso dos usuários do Sistema Único de Saúde aos serviços desse nível de atenção.

6 Aqui o conceito de território refere-se tanto ao território político-administrativo do serviço de saúde, mas especialmente ao território da Comunidade Quilombola, que antes de ser uma formação territorial determinada por um decreto de lei que formalizou o direito legal ao acesso e posse da terra possui uma formação territorial ascendente a partir da ancestralidade, da cultura e das relações sociais das pessoas que ali vivem há mais de um século, ou seja, anterior à formação territorial do serviço de saúde ou daquela em que o Estado concedeu o direito ao território.

colegas, amigos ou apenas (des)conhecidos - dentro ou fora da Geografia, Em ambos os casos: desafios ou constrangimentos, ofereço somente minha gratidão! Cada um, a seu modo me ensinou alguma coisa. Mesmo porque nem um, nem outro necessariamente foi intencional. Mas agradeço, sobretudo, àqueles que propositalmente me desafiaram e contribuíram desde sempre de forma positiva para minha trajetória - estes estão incluídos nos meus Agradecimentos.

Cabe, aqui, apresentar uma referência importante desse trabalho, o filósofo Michel Foucault, que cortejou a Geografia em vários momentos de suas obras; eu sou Sanitarista - Bacharel em Saúde Coletiva e também flerto com a Geografia, e admito: nosso caso não é recente. Identifiquei-me com Foucault, com a Saúde Coletiva e com a Geografia, me apaixonei! Por Foucault foi amor à primeira vista, pela Geografia foi daquele tipo que quando se dá conta já é tarde demais para voltar atrás. Já a Saúde Coletiva é um amor daqueles idealizados, do tipo que a gente acha que não existe, mas eu o encontrei e estou muito feliz nessa relação de amor livre.

Estas reflexões foram motivadas pela leitura da entrevista de Michel Foucault, em 1976, para "*HÉRODOTE - revue de géographie et de géopolitique*"; publicada no livro: *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 1979). Por isso, parte da entrevista será utilizada nas páginas que seguem, não só porque fizeram parte dessas reflexões sobre celebrar certa libertação ou indulto para escrita sem grilhões; mas também pela importância dessa entrevista "*Sobre a geografia*" para as geógrafas, geógrafos e outras, que por ventura tiverem acesso e/ou interesse nesse trabalho. Começo a reflexão com a pergunta da Revista Hérodote a Michel Foucault:

[...] se existem pontos de confrontos, tensões, linhas de força na geografia, eles são subterrâneos pela própria ausência de polêmica em geografia. Ora, o que pode atrair um filósofo, um epistemólogo, um arqueólogo é ser árbitro ou tirar proveito de uma polêmica já iniciada (FOUCAULT, 1979, p. 154).

Atualmente, existem pontos de tensão na Geografia? Se existe, ainda estão subterrâneos? Essa (ausência de) polêmica ainda é mesma daquela época? Não sei responder nenhuma dessas perguntas com certeza. O que sei é que identifiquei alguns

pontos de tensão no campo de estudo das Geografias. Tais pontos, talvez, se refiram menos ao saber Geográfico, em geral, e mais às Geografias que escolhi nos caminhos - às vezes tortuosos; dessa pesquisa: às *Geografias Malditas* - termo utilizado pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE).

O sentimento de desprezo, a aversão e repulsa pelo nosso discurso científico em torno das travestis nos fez perceber o quanto ele era considerado "maléfico", no sentido foucaultiano, incapaz de adquirir valor científico na sacrossanta e inviolável pureza da ciência geográfica. [...] O maléfico, durante muito tempo na história, foi considerado um fenômeno por meio do qual a pureza era atacada pelas forças demoníacas. As sexualidades dissidentes foram consideradas maléficis, e muitas pessoas foram punidas por viverem desejos considerados impuros. [...] As malditas geografias são as práticas científicas que ameaçam a pureza da ciência geográfica, abordando temas e sujeitos desconsiderados nesse campo por não serem dignos de terem a espacialidade de sua existência reconhecida (SILVA; ORNAT; JUNIOR, 2013, p. 12).

Refiro-me às geografias que estudei nesta pesquisa, aquelas das trajetórias das travestilidades, as Geografias não-hegemônicas, àquelas questionadas pela comunidade científica, que são às Geografias Feministas, das Sexualidades ou Queer.

Para essa polêmica me abstenho de uma resposta epistemológica - o objetivo desse trabalho nunca foi discutir a transformação do pensamento geográfico; por duas razões: não sou Geógrafo de formação, não pretendia ser quando ingressei no mestrado - mesmo que em algum momento tenho cogitado essa hipótese, agora percebo que essa escolha seria mais buscando uma legitimidade acadêmica do que por desejo.

Cabe a vocês que estão diretamente ligados ao que se passa na geografia, que se deparam com todos esses confrontos de poder em que a geografia está envolvida, cabe a vocês enfrentá-los, forjar os instrumentos para esse combate. E, no fundo, vocês deveriam me dizer: "Você não se ocupou com esta coisa que não lhe diz muito respeito e que você não conhece bem". E eu lhes responderia: "Se alguma coisa uma ou outra 'coisa' (em termos de abordagem ou de método) que acreditei poder utilizar [...] pode lhes servir, fico satisfeito" (FOUCAULT, 1979, p. 155).

Em geral, tenho buscado o menor envolvimento possível em disputas com potência de gerar afetos tristes, escolhendo compartilhar meus desejos onde percebo possibilidades de encontros para produção de afetos fortes com potência de ação⁷.

Por afecção entendemos a “ideia pela qual a alma afirma a força de existir do seu corpo maior ou menor que antes” (ESPINOZA, 1973. p.242). As afecções produzem afetos, que podem ser tanto mais consistentes quanto mais fortes forem as afecções que os originam. Uma afecção fraca, por exemplo, que pode ser entendida como aquela que nasce de paixões tristes, não tem força suficiente para produzir afetos fortes, com potência de agir e modificar a realidade. A força ou não de um afeto corresponde à paixão associada à afecção. O afeto que nasce de uma afecção de alegria é favorecido e aumentado por ela e tende a se expandir. A afecção e a força do afeto que lhe é correspondente são produzidos a partir do encontro e da composição de um corpo com outros corpos, envolvendo a natureza do corpo exterior, e remetendo a um estado do corpo afetado que implica o corpo afetante (DELEUZE, 2002, 2010). Paixões tristes não têm a capacidade de aumentar a nossa potência de agir; pelo contrário, tendem a produzir um círculo vicioso que paralisa e domestica o desejo. Por essa razão, não existe força no desejo produzido pelos afetos que nascem da tristeza, pois paixões tristes geram a impotência (GUIMARÃES, 2015, p. 95-96).

Por último, em minha opinião o mestrado em Geografia, apesar de me conferir, oficialmente, o título de Geógrafo não foi suficiente para me equiparar a um Geógrafo ou Geógrafa graduado - Bacharel ou Licenciado em Geografia. Tenho um perfil diferente, apenas diferente.

É verdade que a importância de uma polêmica pode atrair. Mas eu não sou de forma alguma dessa espécie [...] que formula ou quer formular um discurso de verdade sobre uma ciência qualquer. Legislar para toda ciência é o projeto positivista. [...] Ora, essa posição de árbitro, de juiz, de testemunha universal, é um papel a que me recuso absolutamente, pois me parece ligado à instituição universitária da filosofia. Se faço as análises que faço, não é porque há uma polêmica que gostaria de arbitrar mas porque estive ligado a certos combates: medicina, psiquiatria, penalidade (FOUCAULT, 1979, p. 154-155)

Então, as questões as quais estou diretamente ligado dizem respeito principalmente à defesa e produção da vida, à luta pela liberdade, ao combate às

7 "Paixões tristes não têm a capacidade de aumentar a nossa potência de agir; pelo contrário, tendem a produzir um círculo vicioso que paralisa e domestica o desejo. Por essa razão, não existe força no desejo produzido pelos afetos que nascem da tristeza, pois paixões tristes geram a impotência" (GUIMARÃES, 2015, p. 96).

desigualdades sejam de classe, raça, gênero - incluindo a diversidade e livre expressão sexual - manutenção e conquista dos Direitos Humanos. Ora, posso listar diversas áreas do saber onde o poderia fazer através da produção de conhecimento, outras várias na prática militante para travar esses combates, mas nessa trajetória específica escolhi a Geografia. Repito: essa foi uma escolha motivada, especialmente, pelo afeto. Acrescento: a geografia me proporcionou uma descoberta fundamental que foi a reflexão sobre meu interesse nessa pesquisa através da discussão sobre o espaço, essa escolha é, fundamentalmente, territorial - sobre isso vou retornar mais adiante.

Sem dúvidas, deixo a Geografia institucionalmente, porém levo comigo os afetos e os saberes geográficos, na memória os bons encontros. Sempre serei um parceiro e amigo para reflexão, produção e luta das subversivas Geografias Malditas.

Tenho por escrúpulo em só responder por argumentos concretos, mas creio que é preciso também desconfiar dessa vontade de essencialidade: se você não fala de algo é porque certamente tem obstáculos maiores que iremos eliminar. Pode-se muito bem não falar de algo simplesmente porque não se conhece, não porque tenhamos disto um saber inconsciente e, portanto inacessível (FOUCAULT, 1979, p. 156).

Uma observação importante é necessária, na época dessa entrevista (1976) Foucault flertava com a Geografia, assim como a cortejei por muito tempo sem mergulhar nela. Entendo que nesse ponto, o entrevistador da revista provoca o filósofo. Arrisco dizer, até mesmo pelo final da entrevista, que Foucault tendeu a aceitar esse desafio. Mais ainda, após dois anos, entre janeiro e abril de 1978, surgiu o curso no Collège de France: "*Segurança, Território e População*" - que contribui imensamente com o pensamento Geográfico. Essa obra aborda discussões importantes para os geógrafos e geógrafas, que se referem, especialmente, aos seguintes conceitos: território⁸, espaço urbano, população, governabilidade - publicado anteriormente em "*Microfísica do Poder*" (HAESBAERT, 2008).

⁸ Foucault utiliza o conceito de território de uma forma mais "tradicional" - geograficamente falando, a partir de uma abordagem mais geopolítica; relacionado ao "poder soberano", centralizado na soberania do Estado (HAESBAERT, 2008).

Por fim, não sou filósofo, não tenho essa pretensão. Contudo, como pesquisador não há como fugir do compromisso com a produção do conhecimento e com a discussão sobre as verdades científicas e históricas. Neste trabalho busco descortinar as verdades, em especial às relacionadas com as colaboradoras dessa pesquisa, quais sejam, as travestis ou as expressões das travestilidades, no período da Ditadura Militar. Assim como o filósofo, fazer emergir os "processos - históricos certamente - de poder. A descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados" (FOUCAULT, 1979, p. 159).

Quem se pretende filósofo e não se colocar a questão "o que é conhecimento?" ou "o que é verdade?", em que sentido poderia se dizer que é um filósofo? E mesmo que eu diga que não sou filósofo, se for da verdade que me ocupo, eu sou apesar de tudo filósofo. A partir de Nietzsche, essa questão se transformou. Não mais: qual o caminho mais seguro da Verdade? Mas qual foi o caminho aleatório da verdade? [...] A ciência, a coerção ao verdadeiro, a obrigação da verdade, os procedimentos ritualizados para produzi-la há milênios atravessam completamente toda a sociedade ocidental e agora se universalizaram para se tornar a lei geral de toda civilização. Qual é a sua história, quais são os seus efeitos, como isso se entrelaça com as relações de poder? (FOUCAULT, 1979, p. 156).

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho busquei contribuir para construção inicial de uma narrativa que trate sobre a perseguição sofrida por travestis durante o período da Ditadura Militar Brasileira. Tanto na produção acadêmica, quanto no campo das políticas públicas a relação entre as homossexualidades e a ditadura brasileira ainda é escassa, ainda mais rara em relação às travestilidades⁹.

O interesse em pesquisar os territórios de prostituição de travestis possui três dimensões na minha vida: pessoal, acadêmico e militante. O primeiro em função de ter nascido e vivido próximo a uma zona histórica da prostituição em Porto Alegre, por essa razão minha existência sempre esteve muito próxima a essa temática, que desde criança despertou minha curiosidade. Segundo, durante a graduação atuei em um projeto de iniciação científica, no qual trabalhei indiretamente com a temática da prostituição de travestis. Por último, mas não menos importante pela minha militância no movimento LGBT. Essas três questões serão aprofundadas no decorrer desse trabalho.

Mesmo após os esforços das Comissões da Verdade ainda há muito a ser explorado para dar visibilidade a essas temáticas e incluir na história da ditadura brasileira. As primeiras iniciativas públicas, no sentido de alterar essa narrativa, ocorreram no ano de 2013. Uma delas refere-se à audiência pública "*Ditadura e Homossexualidades: a resistência do movimento LGBT*"¹⁰, no ano seguinte ocorreu a segunda: "*Ditadura e Homossexualidades no Brasil*"¹¹, esta última realizada em conjunto com Comissão Nacional da Verdade - CVN (foto X) e parceria com o Memorial da

9 "[...] a travestilidade e a transgeneridade eram vistas, nesse momento histórico, hegemonicamente como formas de homossexualidades [...]" (GREEN; QUINALHA, 2015, p. 11). Optei, neste trabalho, pela utilização do termo travestilidade, mesmo que isso signifique recorrer a anacronismo, o que será discutido no decorrer do trabalho.

10 Realizada em 26 de novembro de 2013, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com o registro do depoimento de dois militantes e pesquisadores: Marisa Fernandes e James N. Green.

11 Realizada em 29 de março de 2014, com a presença na mesa de abertura do Secretário de Cultura de São Paulo - Marcelo Araújo, Secretária de Justiça de São Paulo - Eloísa Arruda, representante da CVN - Paulo Sérgio Pinheiro e o presidente da Comissão da Verdade de São Paulo - Adriano Diogo. Registro em vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PL9n0M0IxI2jdn0GpWuZ9-VNHsmLUSwCtx>> Acesso 23 de mar. de 2018.

Resistência, ambas aconteceram em São Paulo. Os debates realizados nesses dois eventos, as pesquisas apresentadas, serviram como base para o capítulo "sobre as violações de direitos humanos das pessoas LGBT durante a ditadura brasileira, apresentado para CNV" (GREEN; QUINALHA, 2015, p.17-18).

Figura 1 - Os membros da CNV José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti, Maria Rita Kehl, Pedro Dallari, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Cardoso na entrega do Relatório à Presidenta Dilma Rousseff, em cerimônia realizada em 10 de dezembro de 2014 no Palácio do Planalto.



Foto: Fabrício Faria / CNV. Fonte: site da CNV. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>> Acesso em 19 de abr. de 2018.

Todos esses esforços no sentido de alterar às memórias em relação às violências sofridas pelos LGBT, durante o período da Ditadura Militar e trazendo a tona uma realidade até então pouco explorada na história brasileira, contribuindo para alterar os registros históricos sobre esse período. O que até então o movimento LGBT contemporâneo conhecia através da história oral dos militantes ou de poucos livros e pesquisas, passa pela primeira vez para os documentos e registros oficiais do Estado

Brasileiro, com as contribuições materializadas no Relatório Final da CNV - Volume II, no texto 7 - "*Ditadura e Homossexualidades*"¹² (BRASIL, 2014, p. 299-311).

[...] a *visibilidade* ("exaltação") da homossexualidade tinha chegado a gerar grandes ansiedades contrasubversivas. Num momento histórico em que direitos dos "gays" constituíram um entre vários movimentos sociais (feminista, movimento negro e índio, campanha pró anistia) tenuamente aliados nas lutas pelo reconhecimento e pela democratização política, as forças de segurança nacional apontaram para a homossexualidade, pública e privada, como manifestação da subversão. Com efeito, os "homossexuais" publicamente identificáveis e os "criptocomunistas" habitam espaços semelhantes e, de vez em quando, indistinguíveis no panteão dos inimigos do estado, da sociedade, da segurança nacional. Os anos do ocaso da ditadura, então, foram um momento crítico não somente para o movimento gay, mas também para setores culturalmente conservadores e anticomunistas dentro do regime - para os últimos, a homossexualidade, como movimento visível que se preocupava com assuntos de direitos e identidade, pareceu parte de um complexo de desvios sexuais, culturais e morais que trariam o triunfo da subversão" (COWAN, 2015, p. 28).

A estratégia de repressão do Regime Militar Brasileiro foi construída na falácia do combate à *guerra revolucionária*, que se refere ao nome forjado durante o período para referência dada pelo movimento de contrassubversão, uma "[...] espécie de guerra supostamente criada pelos comunistas para destruir o Ocidente" (COWAN, 2015, p.29). Nessa suposta guerra, as homossexualidades foram entendidas como uma estratégia de combate dos inimigos subversivos. As forças da segurança nacional consideravam o "*homossexualismo*" uma "*arma de guerra*" no conflito entre o Oriente comunista e o Ocidente livre, por isso ocorre uma transição das expressões das homossexualidades, que na época incluía as travestilidades embora não se usasse esse termo, como uma questão de ordem civil para um problema de âmbito da segurança nacional. Essa era a ideia estabelecida entre a relação homossexualidades e a manifestação da subversão durante a Ditadura, que justificava a vigilância e perseguição de travestis, homossexuais, lésbicas e bissexuais. Além disso, as forças religiosas daquela época consideravam as homossexualidades um tipo de revolução às forças malignas do Inferno, que surgiu nos

12 Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2).

tempos bíblicos e foi profetizada no próprio livro sagrado dos cristãos: a Bíblia (Ibid, 2015)¹³.

Desde a década de 1960 até anos 1980, a homossexualidade foi equiparada à subversão inimiga, setores conservadores e responsáveis pela segurança nacional "recorreram a uma tradição reacionária já presente há décadas, pelo menos desde o Integralismo" (COWAN, 2015, p. 28). Após o Golpe de 1964, militantes nacionalistas de direita relacionaram o "homossexualismo à subversão, o que reverberou nos documentos do Regime Militar e nas suas instituições. (Ibid, 2015).

Este estudo utiliza fontes primárias e secundárias para análise, documentos que datam dos anos 1970, uma época de emergência das homossexualidades e das expressões das travestilidades, sem que se tenha registros de uma organização formal que reivindicasse os direitos dessas populações até a primeira metade dos anos 1970. De acordo com o Relatório da Comissão Nacional da Verdade,

[...] a eliminação de direitos democráticos e de liberdades públicas desencadeada pelo golpe de 1964, com a instauração de um regime autoritário e repressor, adiou as possibilidades da constituição de um movimento dessa natureza no Brasil, adiando-se a emergência de atores políticos que pautavam esses temas na cena pública. Paralelamente, a ditadura reforçou o poder da polícia, a censura sobre diversas esferas da vida e as arbitrariedades da repressão estatal, instituindo uma notória permissividade para a prática de graves violações dos direitos humanos de pessoas LGBT (BARNART; BAUER, 2017, BRASIL, 2014b, p. 300)

No Brasil, a trajetória dos movimentos sociais LGBTTT fortaleceu-se somente no final da década de 1970. Período marcado pelo processo de redemocratização do país onde surgiram grupos militantes engajados na luta contra o preconceito e em favor da livre expressão sexual.

Uma das principais demandas do movimento social de travestis e pessoas transexuais é o reconhecimento de suas expressões de feminilidade e masculinidades, respectivamente, no caso das travestis e mulheres transexuais e de homens transexuais, o que inclui a linguagem com a utilização de artigos e pronomes correspondentes a

13 Ver mais em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eABS9T6KhuY&list=PL9n0M0IxI2jdn0GpWuZ9-VNHsmLUSwCtx&index=4>> Acesso em 24 de mar. De 2018.

essas expressões. No início dos anos 2000, o primeiro trabalho acadêmico de pós-graduação, na Antropologia da UFRGS, sobre as experiências de travestis: "*TODA FEITA - O corpo e o Gênero das travestis*", em Porto Alegre, foi produzido pelo antropólogo Marcos Renato Benedetti - militante do GAPA e do Nuances, que realizou uma etnografia sobre suas experiências com um grupo de travestis que se prostituíam na cidade no final da década de 1990. Como demarcação política, Benedetti (2000), escolheu a utilização do gênero feminino para referir-se às travestis, respeitando, reconhecendo e valorizando a principal reivindicação dessa população naquela época.

Nesse mesmo sentido, esse trabalho que lhes apresento também assume essa posição política, adotando uma linguagem que corresponde às expressões de feminilidade para se referir as travestis e a utilização da noção de travestilidade, mesmo que isso corresponda em recorrer a um anacronismo, entendendo a necessidade de priorizar as demandas dessa população. A exceção está nas transcrições dos documentos utilizados para análise, que foram realizadas de forma fidedigna aos originais, em alguns momentos será pontuada e discutida a questão.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, incluindo a introdução. O capítulo dois apresenta os procedimentos de pesquisa, os caminhos percorridos no trabalho de campo, as pistas que foram seguidas e aquelas que tiveram que ser deixadas de lado, as escolhas feitas para análise dos documentos e sistematização das informações, por último apresenta ao leitor as colaboradoras dessa pesquisa. O terceiro capítulo apresenta as interdições das vivências espaciais das travestis que viveram durante o período da ditadura, que foram materializadas através da ação da Polícia a costumes e legitimadas pelo contexto político e social desse período histórico. O capítulo quatro mostra as práticas e os espaços produzidos pelas travestis como resistência ao poder heteronormativo instituído pelo Regime Militar.

2. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

2.1 Memórias e vivências: expressões de feminilidade em mim e das travestilidades nos meus territórios¹⁴

Nesse momento da caminhada eu saí das folhas de papel, bilhetes, notas, textos perdidos, arquivos soltos. Vou dar uma pausa para recolher tudo e organizar a vida e a pesquisa. (Re)montar tudo que está solto pela caminhada desses últimos [quanto tempo mesmo? Quando isso começou? - Pausa para situar no tempo: Minha primeira aula do mestrado foi em março de 2015. Mas estou falando do começo do mestrado, do início da pesquisa ou a partir do momento que as coisas começaram a ruir? Sabe aquele momento que você começa a perder mais partes de você mesmo do que é capaz de recolher seguindo caminhada? Aí, você precisa parar! Ou segue desmanchando até não sobrar mais nada. Olhar o início para conseguir entender como chegou no lugar que está, na tentativa de encerrar uma trajetória e colocar um ponto final. Mas até lá teremos muitas linhas e folhas de papel. Aproveite essa caminhada comigo.

Esse foi um daqueles momentos da vida onde precisa parar tudo e tentar juntar os pedaços. No entanto, o pouco que conseguiu recolher pelo caminho, não se encaixa mais, eu mudei. Então, por que não aproveitar para se experimentar diferente? Aqui que o meu bloqueio se rompeu. Esse rompimento acontece no momento percebo a necessidade de vivenciar parte dessa experiência no meu corpo, na tentativa de compreender quem vou inventar e sobre o que estou escrevendo. Será essa experiência legítima? Alguns podem dizer que não. Na verdade, esse desejo me acompanha há algum tempo. Décadas, talvez. Um daqueles desejos inconfessáveis que escondemos dentro de nós. Então, para começar a narrativa do fim desse trabalho preciso de duas coisas: voltar nas minhas memórias e pistas. Essas [pistas] que escolhi seguir no

14 Ao som de "Chet Baker - Dest Of Chet Baker". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2Ynn3mzC2E4&list=PL3362FC4917195CEA&index=3>> Acesso: 27 de mar. De 2018.

caminho de pesquisa; mas também aquelas [memórias] afetivas da infância e adolescência onde experienciei diferentes maneiras de expressar a feminilidade.

Maldição ou dádiva? As memórias e desejos têm isso em comum: são ambivalentes. Uma lembrança pode reavivar boas sensações, mas também trazer à tona os piores momentos de um trauma. Assim, são os desejos que possuem o poder de nos motivar a realizar os sonhos mais doces ou tomar conta dos nossos corpos, tornando nossas vidas incontrolláveis fazendo com que desçamos o mais fundo possível na escuridão.

As memórias: como resgatá-las quando esquecidas?

A memória auditiva faz uma música dispositivo das lembranças daquele domingo qualquer da infância, com cheiro de churrasco, família reunida, um sentimento de segurança em uma época onde o mundo parecia menos complexo, a realidade se misturava com a imaginação, tudo era uma brincadeira. Até as brincadeiras mais ingênuas na infância, que na vida adulta podem se tornar teus piores pesadelos.

A memória visual desperta quando vê uma foto antiga, um abraço entre amigos no aniversário de 30 anos, talvez um rito de passagem da juventude para vida adulta, mesmo que se tente ignorar isso por mais alguns anos. O suave toque das pulhas no presente dá um arrepio gostoso, também remete às lembranças das primeiras subjetivações que influenciaram na construção do masculino e do feminino, atribuído ao nascimento e reiterado durante o desenvolvimento a cada desvio da sexualidade normativa.

O gosto daquele chá de manga com cardamomo instantaneamente faz atravessar o oceano e vivenciar na memória aquela viagem inesquecível, a neve gelada caindo no rosto ruborescido ou o calor daquele abraço durante um passeio de balsa pelo rio. O gosto de cigarro na boca, dispositivo de uma lembrança nostálgica, daquele beijo apaixonado que arde no corpo e não existe mais, mas você ainda sente aquele amor que agora está diferente.

Os cheiros e aromas despertam as memórias olfativas, da maneira mais poderosa de todas, capazes de emergir as memórias mais profundas da maneira mais

real do que todos os outros sentidos. Chamam de "*fenômeno proustiano*" que proporciona sensações intensas: o cheiro de grama molhada, de pipoca com manteiga estourando na panela ou café passado que lembra a manhã. No meu caso, o cheiro de maquilagem velha¹⁵ me remete a uma fase em que eu sentia desejo e brincava de ser menina, até hoje quando sinto esse cheiro tenho a sensação de que preciso me esconder, quase paraliso.

A noite era uma possibilidade excepcional. [...] Ele-ela já estava presente no alto da montanha, e ela estava personalizada no ele e o ele estava personalizado no ela. A mistura andrógina criava um ser tão terrivelmente belo, tão horrorosamente estupefaciente que os participantes não poderiam olhá-lo de uma só vez: assim como uma pessoa vai pouco a pouco se habituando ao escuro e aos poucos enxergando. Aos poucos enxergavam o Ela-ele quando o Ele-ela lhes aparecia com uma claridade que emanava dela-dele, eles paralisados pelo que é Belo diriam: "Ah, Ah." Era uma exclamação que era permitida no silêncio da noite. Olhavam a assustadora beleza e seu perigo. Mas eles haviam vindo exatamente para sofrer o perigo (LISPECTOR, s/d, p. 32).

Minha primeira memória é na passagem de um território para outro: saindo da casa dos meus pais e entrando na casa dos meus avós, usando um sapato de salto da minha mãe. Ele era vermelho, com um salto baixo, era um sapato sensual, com plumas na parte da frente, era aberto e os dedos ficavam de fora. Não sei quantos anos eu tinha naquela época. Lembro até hoje: sobrava metade do sapato, faltava pé para preenchê-lo. O prédio que morava com minha família (onde meus pais moram até hoje): no andar térreo, parte onde fica a garagem que minha mãe fazia de escritório - metade escritório e metade garagem - na outra parte o bar/restaurante que meu pai tinha - espaço hoje alugado. Na parte superior, ficava o apartamento dos meus pais - também alugado atualmente, e o apartamento dos meus avós - hoje apartamento dos meus pais. Acho que era um fim de semana, sábado ou domingo, pois lembro, no mínimo, de quatro pessoas naquela cena: minha mãe, meu pai, meu tio e minha avó - ou seja, ninguém estava trabalhando.

15 Uma estratégia para tentar manter o segredo, acreditava que quanto mais usada menor seria a possibilidade de notar a sua utilização.

Saí do apartamento dos meus pais arrastando aquele sapato vermelho com meus pequenos pés, atravessei o descanso da escada, entre os dois apartamentos, e entrei pela porta da área de serviço. Lá estavam eles, sentados em uma roda de chimarrão, quando pararam a conversa e fitaram-me. Aquele olhar quando tentamos disfarçar o choque na expressão facial: uma mistura de surpresa e repressão. O olhar dispositivo de interdições. Em seguida, começaram os cochichos entre eles. Aquelas situações em que adultos tentam falar de uma criança que está no mesmo recinto sem que ela perceba. Às vezes elas entendem ou no mínimo percebe que estão falando dela, seja pela expressão do rosto ou do corpo de alguém que não conseguiu disfarçar. Eu, criança, consegui perceber que algo anormal estava acontecendo. No decorrer da vida essa situação vai se tornando sistemática para qualquer pessoa que não siga os padrões *cisheteronormativos*. Não é necessário que exerça uma sexualidade desviante, basta ser lida como tal. No meu caso, aos poucos, percebi que precisava esconder as diversas maneiras de vivenciar minhas expressões de feminilidade, oposta àquela atribuída ao meu nascimento.

Meu primeiro desejo: na adolescência, lembro que me trancava no banheiro da casa dos meus pais e me maquiava, colocava as roupas e usava as maquiagens da minha mãe: fazia da toalha um vestido, pó compacto, batom, adorava pintar os olhos - o que era mais arriscado, pois qualquer pessoa podia chegar e não ter tempo de tirar a maquiagem ou deixar vestígios. Tinha o cabelo comprido, quase na cintura, belíssimo - como diriam as travestis mais antigas; brincava de fazer penteados, olhar no espelho, esconder a *neca*¹⁶ e ser feminina. Denizart (1997) descreve o ato de esconder o pênis entre as pernas como uma brincadeira: "*A neca, sinônimo de pênis, é uma grande e séria brincadeira de esconder e mostrar. É um segredo que parece vir à tona violentamente porque, quando exposto, é para instigar o prazer de ser tudo de uma vez só e agora [...]*" (p. 8).

No meu caso, a violência estava na clausura do desejo. No encarceramento da brincadeira. Sonhava com a possibilidade de viver esse desejo livremente. Só conseguia

16 De acordo com "Aurélia - A DICIONÁRIA da língua afiada" (s/d), segue o significado do verbete *Neca* - (do bajubá) S.f. Pênis.

vivê-lo escondido: ou em espaço fechado e encerrado; ou fora dele, no meu território mais íntimo: o corpo. Privado de compartilhar ou partilhar a brincadeira com qualquer pessoa, excluído e interditado. No espaço público ou privado, só conseguia vivenciar esse desejo comigo mesmo.

Será que fui inspirado por alguma das travestis que via nas ruas? Certamente isso tem influência da principal referência de feminilidade na família: minha mãe, uma pessoa que sempre admirei pela sua coragem e determinação em busca da realização de seus sonhos. À noite, nas esquinas das Avenidas Farrapos ou Voluntários da Pátria, era comum, desde criança, voltar para casa com a minha família e vê-las seminuas no seu "*trottoir*"¹⁷. Lembro-me, certa vez, de perguntar para meus pais o que elas-eles faziam lá. Não lembro ao certo se a primeira dúvida que veio foi em relação ao que elas-eles faziam lá ou o porquê elas-eles tinham uma *neca*. Sempre tive uma curiosidade pelas suas *necas*. As respostas sempre foram daquelas dadas para tentar despistar uma criança. Em que momento do meu desenvolvimento dei-me conta da existência delas? Quando percebi que elas-eles - que tinham uma *neca* e que eu via nas esquinas quando criança e ficavam seminuas fazendo o "*trottoir*" nas ruas - eram travestis e estavam se prostituindo?

Em que momento do meu desenvolvimento compreendi suas existências como travestis, ou mesmo da prática da prostituição? Foi na experiência da feminilidade em mim ou das travestilidades nos meus territórios? Eu conheço aqueles territórios e nasci neles: meu corpo e meu bairro: Navegantes - parte importante da cidade de Porto Alegre para compreender a história da prostituição nesta escala.

17 O "*trottoir*" é uma expressão francesa que se refere às trajetórias nas ruas realizadas por pessoas durante a prática da prostituição.

2.2 (Des)Encontros: não tem começo, não tem fim...¹⁸

Apenas uma trama qualquer de um funcionamento rizomático que utilizo nessa produção acadêmica, que escolho com sensibilidade no emaranhado de pistas espalhadas pelos territórios percorridos na vida e na pesquisa de campo. Os encontros e aproximações proporcionados nessa experiência de pesquisa foram múltiplos, encontros presentes com pessoas do passado através da análise dos documentos encontrados, conheci pessoas perdidas pelo tempo, histórias que não foram contadas, memórias esquecidas e localizadas no espaço em arquivos empoeirados.

Então, o esforço de construção dessa narrativa vai além da produção de conhecimento científico, mas também no resgate dos traços de vidas apagadas e existências marcadas pelas violências. Este estudo denuncia parte dessa violência através de registros institucionais, documentos oficiais, que ao acaso foram preservados. Digo parte dessa violência, pois a outra parte nunca foi registrada, mas será reproduzida através de uma história de vida, que foi narrada no decorrer da construção desse trabalho. Foi nos interstícios dessa história de vida que identifiquei as primeiras pistas, que segui no caminho da pesquisa, motivação desse trabalho, mas não apenas isso, também modificou minhas ações no movimento social e nas experiências de vida. Então, construir a narrativa dessas experiências de vida: aquelas que conheci e a minha experiência como pesquisador, pretende agir como um dispositivo, deslocando regimes de verdade.

Deslocar um regime de verdade: proporcionar novas aberturas, criar dispositivos com potencial de produção de diversos outros caminhos e outras possibilidades, infinitas na medida em que outros, meus desconhecidos, terão acesso ao que compartilho nessas páginas. No processo de pesquisa é necessário fazer escolhas, mas sempre haverá múltiplas possibilidades de conexão com outros corpos, que também poderão se sentir afetados, na medida em que estão abertos a novas experiências ou outras possibilidades de existência. Por isso, esse artefato aqui proposto também é um

¹⁸ Ao som de "Opa-Tsupa JaZz MaNoUcHe". Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=fwP8gHWdiqM>> Acesso em 28 de mar. De 2018.

convite à experimentação, ao mergulho e a entrega. Esse convite é feito na tentativa de deixar transbordar a narrativa da vivência no campo de pesquisa, essa experiência como um artefato e, compartilhar esse ensaio de despertar o corpo sensível.

Vivenciar esses encontros em ato despertaram meu corpo sensível, que, nesse caminho-metamorfose fez as escolhas no campo de pesquisa. O corpo sensível referido aqui utiliza como inspiração o "*corpo vibrátil*"¹⁹, proposto por Sueli Rolnik (2014) em "*Cartografias Sentimentais*", um corpo que está em transmutação e se experimentando um pesquisador dos movimentos de potência da vida, que se movimenta e faz escolhas menos por razões científicas, no sentido hegemônico da ciência cartesiana, e mais buscando catalizadores sentimentais para produção de um trabalho especialmente político. Por isso, as escolhas desse processo de pesquisa, incluindo a estética da produção textual, produzidas como base as provocações do movimento social e as pistas captadas nos encontros com os corpos de pesquisa que tiveram suas existências dedicadas à luta pela vida e pelo direito da população de mulheres travestis e pessoas transexuais.

Esse corpo sensível também é proposto e experimentado como um dispositivo, que pode possibilitar a vivência de uma experiência no corpo do pesquisador que se descobre ao mesmo tempo em que se (re)constrói como possibilidade de deixar transbordar essa narrativa, que poderá se derramar em outros muitos, impensáveis nesse momento. Mas o objetivo da construção dessa narrativa é deixar vazar um discurso que opere em um regime de verdade na produção da vida, na expansão de territórios.

Além disso, proporcionou uma aproximação com uma pessoa em especial, aquela que compartilhou sua história de vida, e também com diversas outras que possuem histórias de vida similares, que viveram no mesmo período do recorte temporal desse trabalho, os chamados "anos de chumbo" no Brasil - a Ditadura Militar.

19 A autora propõe o despertar do "corpo vibrátil" como exercício no encontro quando "[...] o outro é uma presença que se integra à nossa textura sensível, tornando-se assim, parte de nós mesmos. Dissolvem-se as figuras de sujeito e objeto, e com elas aquilo que separa o corpo do mundo" (ROLNIK, 2014, p. 12).

Esses sujeitos foram e ainda são artistas da sua (re)existência, lutam pelo direito de existir como são, lutam com seus corpos pelo direito de viver seus desejos, "lutam com prazer e pelo prazer" (CECCIM; FERLA; CANAVESE, 2017).

Como dispositivo de reflexão, inventei uma estratégia: resgatei os encontros com um Cartógrafo em uma escala qualquer. Suas ideias e reflexões são consideradas perigosas nos dias atuais, dias obscuros que estamos vivendo. As reflexões feitas naquela época ficaram no passado, então registro aqui a memória das minhas reflexões presente a partir daqueles encontros com o Cartógrafo. A memória que ficou remete às afetações daqueles encontros em mim, no meu corpo. Esse mesmo corpo que no presente é diferente, pois percorreu um longo caminho até aqui. Então, o que estou compartilhando nessas páginas são as afecções que o resgate desses encontros fez no meu corpo no presente em que escrevo.

Encontrei o cartógrafo em diversas oportunidades nos últimos anos e em cada um desses bons encontros, recebi um convite diferente para despertar meu corpo sensível a contribuir na produção da vida [da minha própria existência e de outras possibilidades de existência, e, em alguns momentos, essas outras existências estavam escondidas dentro de mim]. Então, essa narrativa também se constrói como um convite para produzir potência na produção da vida e na proteção do direito à existência de todos os corpos instituídos, marcados, que possuem identidades registradas, em constante produção e por vezes vividas coletivamente. Corpos que produzem outras Geografias, que foram, são e serão vistos como anormais, desviantes, sujos, nojentos, impuros, malditos, marginais e subversivos.

2.3 Proposta genealógica sobre a prostituição de travestis em Porto Alegre - Década de 1970²⁰

A genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos. [...] como se as palavras tivessem guardado seu sentido, os desejos sua direção, as ideias sua lógica; como se esse mundo de coisas ditas e queridas não tivesse conhecido invasões, lutas, rapinas, disfarces e astúcias. Daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar a singularidade dos acontecimentos [...] espreitá-los lá onde menos se esperava e naquilo que é tido como não possuindo história - os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos [...] reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram [...] (FOUCAULT, 1979, p. 15).

O tema de interesse desse estudo trata da prostituição de travestis, na cidade de Porto Alegre, especificamente, na década de 1970. Essa pesquisa buscou pistas das travestilidades em centenas de processos judiciais no Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, com uma leitura minuciosa de milhares de páginas de documentos perdidos no espaço-tempo, empilhados em arquivos empoeirados, por vezes, úmidos com grampos enferrujados e caligrafias de difícil compreensão.

Essa pesquisa foi motivada, inicialmente, a partir do resultado encontrado na pesquisa sobre os assassinatos de homossexuais, travestis e mulheres transexuais no Rio Grande do Sul (BARNART, 2014), na qual localizamos, em Porto Alegre, uma grande concentração de assassinatos de travestis e mulheres transexuais no espaço geográfico que corresponde aos territórios de prostituição; a experiência como aluno do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFRGS; a atuação como militante no movimento social LGBTT, integrando o *nuances - Grupo pela Livre Expressão Sexual*²¹.

Cabe, inicialmente, descrever um dos principais territórios da prostituição de travestis e mulheres transexuais, em Porto Alegre, o qual possui uma grande quantidade de casas noturnas, saunas, hotéis, motéis e tráfico de drogas. A pesquisa dos

²⁰ Ao som de "Orpheus Odyssey - Legends on Strings", disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=IPHHZg5HifQ>> Acesso em 1 de abr. 2018.

²¹ O *nuances – Grupo pela Livre Expressão Sexual* é uma organização da sociedade civil, fundada em 1991 e regularizada em 1993, que há 25 anos atua com objetivo de defender, promover e garantir os direitos humanos e cidadania de gueis, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no estado do Rio Grande do Sul.

assassinatos também trabalhou com fontes primárias: boletins de ocorrência, inquéritos policiais e processos judiciais (BARNART; MENEGHEL, 2017, BARNART, 2014, MENEGHEL, 2010). Em alguns depoimentos das testemunhas que foram analisados no estudo surgem relatos de que, às vezes, as prostitutas são forçadas a trabalhar para os traficantes, o que também se configura em um agravante no fator de vulnerabilidade no exercício dessa profissão.

A prostituição na rua contribui para sua exposição a situações de violência com motivação transfóbica associada à putafobia, o que agrava mais ainda a vulnerabilidade das travestis. No entanto, o fato de "ser travesti", parece ser o fator determinante das violências que sofrem no espaço público, incluindo os *travesticídios* (assassinatos de travestis) – assumindo as feições de crime de ódio (CARRARA; VIANNA, 2006; BARNART, 2014, 2017) - em especial quando sofrem essas violências em plena luz do dia, quando não estão se prostituindo. Além disso, conforme aponta Klein (2016), muitas vezes as travestis no exercício da prostituição possuem envolvimento com tráfico por demanda dos clientes. A coexistência entre os territórios de prostituição e o tráfico de drogas (BARNART; MENEGHEL, 2017, KLEIN, 2016; BARNART, 2014) agrava os perigos ao qual, as pessoas que se prostituem, estão expostas.

As travestis vivenciam a cidade de uma forma particular, diferenciada de outros grupos sociais, dessa forma suas experiências em relação ao espaço e o risco de morte expõem peculiaridades importantes que foram exploradas em pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudos Territoriais - GETE, da Universidade Estadual de Ponta Grossa - Paraná. Esses estudos atentam para o sentido das espacialidades, a leitura que as travestis fazem da cidade e suas existências cotidianas que trazem a perspectiva da vulnerabilidade e o risco de morte. As representações sociais das travestis em relação à cidade estão relacionadas, respectivamente, às violências, à interdição, à morte e ao preconceito, que acontecem no território e na cidade (CABRAL; SILVA; ORNAT, 2013). Durante sua vivência no período da Ditadura Militar, Marcelly Malta, que será apresentada a seguir, resgata em sua memória à sensação de perigo e percepção em relação à morte:

E depois ela amanheceu, levou... Como se diz, levou uma bala perdida. Mataram ela na Farrapos [...] com seis tiros na cabeça. [...] Era uma travesti muito bonita. E eu me lembro de histórias assim, na questão da violência da população de travestis [...] Poderem sobreviver na sociedade [...] Eu ainda morava num lugar, num lugar bom [...] Eu morava numa peça [...] Com [...] essa minha amiga travesti, a Kate [...] A gente morava na Santa Casa e a gente ainda conseguia se proteger [...] Mas o ruim foi quando a gente ia presa e tu tinha que começar a trabalhar de manhã [...] a gente tinha que sair dez horas do Costume de a pé, caminhando, prá gente chegar. E a explicação que a gente tinha que dar para a freira [...] Qual é a explicação que tu dava? [...] Ai muitas vezes a gente contava, que a gente tava presa [...] que foi feita uma... A gente nem falava blitz [...] Nem sei que palavra que a gente usava [...] quando tu ia preso [...] Então foi uma, foi uma das épocas, no tempo da Ditadura, foi uma das piores épocas da minha vida [...] (Depoimento de Marcelly Malta para o projeto História de Vida e Ação Política).

A partir dessa conjunção de experiências é que surge a necessidade de compreender a formação dos territórios de prostituição de mulheres travestis e transexuais em Porto Alegre, a partir da reconstituição espacial e temporal e análise das dinâmicas de territorialização, ainda na etapa anterior à qualificação. Por motivos que serão expostos a seguir, aconteceram diversas alterações nos procedimentos de pesquisa a partir do trabalho de campo, inclusive a escolha por trabalhar com procedimentos de pesquisa através de uma **proposta genealógica**.

A primeira pista que motivou a formulação de um novo problema ou objeto de pesquisa, com a contribuição do olhar geográfico, surgiu a partir da participação no projeto de extensão "*História de Vida e Ação Política*"²², coordenado pelo professor do curso de Bacharelado em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): Dr. Frederico Viana Machado. A primeira etapa do projeto aconteceu no ano

22 "O projeto História de Vida e Ação Política tem como objetivo trazer para o ambiente universitário as experiências de vida marcantes na vida política e social brasileira, propiciando momentos de debate e reflexão sobre a relação entre os indivíduos e a sociedade. Este projeto parte da necessidade de colocar em diálogo a produção do conhecimento acadêmico e as experiências de ativistas e militantes dos movimentos sociais que tiveram importantes atividades de mobilização social e de organização política no Estado do Rio Grande do Sul. Além de propiciar um espaço de troca de saberes privilegiado para comunidade acadêmica, a organização destes depoimentos poderá contribuir para uma compreensão mais contextualizada das ações políticas, pois possibilita a articulação das distintas formas de mobilização social e resistência política. Colocar em diálogo diferentes líderes de distintos grupos políticos tem sido uma prática de reconhecida relevância entre pesquisadores e militantes" (BARNART; BAUER, 2017, p. 455).

de 2015, na Escola de Enfermagem da UFRGS, com as narrativas de três pessoas²³ importantes para história e memória do movimento LGBT do Rio Grande do Sul (BARNART; BAUER, 2017, p. 454-455).

O depoimento que inspirou o projeto de pesquisa foi o da militante Marcellly Malta: a narrativa de sua história de vida relata sua experiência como prostituta, a partir da década de 1960, quando chegou à capital gaúcha do interior do estado, até sua inserção na militância, onde continua sua luta pelos direitos de pessoas LGBTs nos dias atuais. O trecho abaixo, transcrito de sua narrativa relata sua chegada à cidade de Porto Alegre e como começou o trabalho na Santa Casa de Misericórdia.

*[...] Com quatorze anos não queria mais estudar, saí do colégio e disse pra mãe que eu não queria mais estudar. Daí a mãe e o pai disseram que iam me colocar num colégio interno de padres. E eu disse assim: - '**Nem pensar! Nunca!**' Eu ia fugir. Ia fazer coisas que eles nem iam imaginar que eu poderia fazer. Bom, com quinze anos eu vim para Porto Alegre através dessa freira que era diretora do hospital de Venâncio Aires. E a Santa Casa tinha as mesmas freiras, que eram as Irmãs Franciscanas. E através da diretora da Santa Casa. Não era diretora, era Madre. Madre superiora, a Irmã Régis-nunca me esqueço o nome dela, que ela sempre foi um amor de pessoa comigo, e através dela, eu vim pra Porto Alegre, com quinze anos [...]* (Depoimento de Marcellly Malta para o projeto História de Vida e Ação Política).

Durante sua narrativa de vida, Marcellly, resgata quando começou à "*batalha*" ou "*viração*"²⁴ (transcrito abaixo), na caixa d'água do bairro Moinhos de Vento, onde atualmente fica a Estação de Tratamento de Água Moinhos de Vento do Departamento Municipal de Água e Esgoto da Prefeitura de Porto Alegre. Naquela época, durante a Ditadura Militar, as travestis que ali se prostituíam entravam na caixa d'água ao avistarem uma viatura da Polícia de Costumes, na tentativa de escaparem da detenção pelo "*crime de costumes*" (FERREIRA, 2017, grifo meu), que se refere aos artigos 59 e 61

23 Volmar Santos, fundador da 'Coligay' que foi a primeira torcida de futebol organizada no Brasil composta apenas por homossexuais, fundada na década de 1970; Marcellly Malta, Vice-presidenta da RedeTrans Brasil, presidenta e fundadora da ONG 'Igualdade - Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul', que se constituiu no ano de 1999 e; Célio Golin, militante e fundador do primeiro grupo guei do movimento social LGBTT do RS, no ano de 1991, chamado de 'Movimento Homossexual do Rio Grande do Sul', institucionalizado em 1993 quando passou a se chamar 'nuances - Grupo pela Livre Expressão Sexual' (BARNART, BAUER, 2017, p. 454-455).

24 Expressões utilizadas, na época, para se referir ao exercício da atividade de prostituição.

da Lei de Contravenções Penais, respectivamente, vadiagem e atentado à moral e aos bons costumes. O movimento no espaço parece ser aquilo que faz escapar ao controle policial, já que as rondas policiais intervinham esquadrinhando o espaço urbano, como será visto de maneira mais aprofundada no capítulo 3. Não é apenas a afirmação das expressões das travestilidades que constitui a resistência, mas a possibilidade que as elas possuíam de escapar desses territórios e subverter o controle policial, transformando e produzindo o espaço, traçando linhas de fuga desses territórios para escapar ao poder heteronormativo.

*[...] no início, quando eu fui morar dentro da Santa Casa, me alugaram uma peça. Eu tive que pagar por uma peça. [...] E eu fui botado nessa peça onde também tinha um gay, que trabalhava comigo. Aí, eu achava essa pessoa o máximo. Aí um dia, ele já era maior de idade. E disse assim pra mim: - **"Aí, tu tem um olho tão lindo! Nossa mãe do céu! Tu seria uma travesti belíssima. Imagina se tu deixar o cabelo crescer e a gente de noite ir batalhar. Tu sabe o que que é isso, né?"**. Aí eu falei: - **"Não. Não sei o que que é isso"**. [ele disse] **"Não? Vou te levar pra batalhar."** Aí ela já pegava e fazia a "viração". [...] na época [...] não se chamava como é hoje a frase bonita: Profissional do sexo, trabalhadoras sexuais, essa coisa toda [...] Ele disse: - **"Ah! Vou te levar lá pra ti ganhar um dinheiro"**. E eu me lembro que a gente começou na caixa d'água, que é o Moinhos de Vento [...] E a gente começou a trabalhar lá. Bom, eu achei o máximo. Um luxo! [...] Imagina os homem parando, eu novinha, com quinze pra dezesseis anos e podendo sair com homem, poder ter relações sexuais e eles ainda te dar um bom dinheiro. Eu me lembro naquela época, na primeira noite, eu voltei pra casa, que eu tinha tanto dinheiro guardado, que eu pensei: **"Aonde que eu vou esconder esse dinheiro todo?"**. Que era o dinheiro do mês que eu ganhava na Santa Casa. Entendeu? Naquela época [...] o que eu ganhava na rua era muito dinheiro. Eu escondia, ela também escondia pra ninguém descobrir [...] Pra mim naquela época foi um luxo. Foi maravilhoso. Porque assim, eu tinha que trabalhar. A gente saía cedo, cerca de sete e meia, oito horas da noite, pra gente chegar no ponto em torno de oito horas, oito e meia. E a gente começava a trabalhar. Aí que eu comecei a conhecer realmente o que [...] era uma verdadeira travesti" (Depoimento de Marcelly Malta para o projeto História de Vida e Ação Política).*

Podemos observar através da transcrição de seu depoimento a relação existente entre à prostituição e a sua construção como ser travesti, onde existe também uma intensa relação de convivência com outras travestis tornando os pontos de prostituição espaços de sociabilidade e possibilitando, entre outras coisas, compartilhar técnicas para construção corporal na formação de "uma verdadeira travesti". Até o início dos anos 2000, a maioria das travestis se prostituía nas ruas de Porto Alegre, por isso esses

espaços de trabalho se caracterizam como a principal possibilidade de encontro e sociabilidade entre essa população (BENEDETTI, 2000).

[...] a prostituição nunca saiu de mim. A gente começou, a gente, naquela época a gente trabalhava na caixa d'água, aí a Polícia nos tirou de lá, e a gente foi trabalhar na Independência, um pouco mais pra baixo. Aonde que é a Independência entre a Santo Antonio e o teatro que tem lá [...] (Depoimento de Marcelly Malta para o projeto História de Vida e Ação Política).

As referências que Marcelly faz durante sua narrativa indicam a Rua Santo Antônio, Avenida Independência e o teatro da 'Orquestra Sinfônica de Porto Alegre', que se localizava na Rua General João Telles. O principal elemento que chamou atenção se refere à ação da polícia, quando conta que "*[...] a polícia nos tirou de lá [...]*", esse indício incentivou a formulação da principal questão desta pesquisa, qual seja: existia uma relação entre a ação do Estado e as dinâmicas de territorialização de travestis trabalhadoras sexuais? Partindo dessa hipótese, as travestis se prostituíam na *caixa d'água* e através da ação da Polícia de Costumes, foram forçadas a sair daquele local e ir para outro, em uma dinâmica de formação territorial, ou seja, alterando suas trajetórias no espaço urbano.

Partindo dessas premissas, a principal questão formulada nessa pesquisa foi:

- **Como se estabeleceram as interdições/resistências nas dinâmicas espaciais de travestis na ditadura militar em Porto Alegre?**

Resgate através de depoimentos de onde era possível ou não as travestis viverem o espaço urbano. Como se criavam uma série de interdições, a partir da ideia de higienização da cidade. A polícia de Costumes realizava a ação de tirá-las das ruas, porém existia uma organização social e política da época, que legitimava essa ação.

As subquestões que apresento são:

- **Como as interdições da vivência espacial travesti se constituíram na ditadura militar?**
- **Como as travestis criaram espaços de resistência ao poder heteronormativo instituído pela ditadura militar?**

2.4 O encontro e a busca aos pergaminhos perdidos: no caminho da delegacia *a gente perdeu o sapato*²⁵

Entre agosto e outubro de 2016, aconteceu o primeiro encontro com os processos judiciais, na exposição itinerante: "*Arquivos do Brasil, Memória do Mundo*"²⁶, no Memorial do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre. Naquela oportunidade conheci Verusca, os seus processos complementavam a mostra do Arquivo Nacional, que expunha dois processos de seu acervo: no primeiro, a Justiça Federal do RS - JF-RS, em 1996, estendeu a um homem o direito de ser incluído como beneficiário do plano de saúde de seu companheiro. No outro, a JF-RS, em 2000, com base em ação ajuizada pelo Ministério Público Federal, assegurou pensão à companheira do mesmo sexo, o que garantiu estender os benefícios previdenciários decorrentes do falecimento ou da prisão aos parceiros em relações entre pessoas do mesmo sexo.

Todos os processos encontravam-se lacrados (Figura 2), apenas fragmentos descritivos estavam expostos com algumas considerações históricas e jurídicas pertinentes em destaque conforme descrito abaixo:

25 Ao som de "*Ankh: The Sound of Ancient Egypt*"; disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=optNWwd2NgA>> e "*Chinese Ancient Music*"; disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pBOKeVsiJho>> Acesso em 1º de abr. de 2018.

26 O programa Memória do Mundo foi criado em 1992 pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) com objetivo de preservar a herança documental da humanidade e facilitar o acesso de todos a essa memória coletiva. Em 2007, foi instalado o comitê brasileiro, responsável por indicar documentos nacionais relevantes.

Figura 2 - Capa do processo judicial das prisões arbitrárias de Verusca que compôs o acervo da exposição "Uma Cidade pelas Margens", 2016

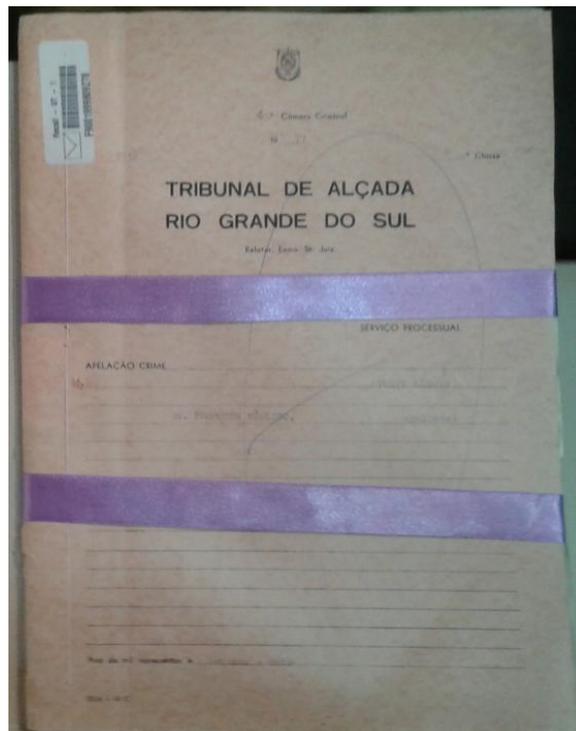


Foto: Acervo Pessoal

Nesse processo é possível observar a visão que se dispensava aos **homossexuais** [às travestis] até pouco tempo, pois, apesar do enquadramento do réu no art. 59 da Lei de Contravenções Penais de 1941, é nítido que ele [ela] foi preso[a] não pela vadiagem, mas por ser homossexual [travesti]. Termos como "*atentado à moralidade*", "*perversão sexual*" e "*transtorno psiquiátrico*" são frequentemente usados pelas autoridades - o que não surpreende, pois até mesmo a Organização Mundial da Saúde incluiu o "*homossexualismo*" na Classificação Internacional de Doenças de 1977 (CID) como uma doença mental, apenas retirando de lista de doenças em 1990. Por outro lado, o Conselho de Psicologia brasileiro deixou de considerar a opção sexual [expressão sexual] como doença ainda em 1985, antes mesmo da resolução da OMS (RIO GRANDE DO SUL, 2016, grifos meus)²⁷.

Ao encontrar essa descrição, relatei com a narrativa da história de vida de Marcelly Malta, identifiquei um potencial para realização do campo de pesquisa e ao mesmo tempo uma possibilidade de atender uma temática que parecia relevante para a

²⁷ Serviço de Arquivos Judiciais e Administrativos - Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul - TJRS.

militante. Naquela oportunidade, a pesquisa tinha um recorte temporal maior, proposto no projeto, que compreendia um resgate espaço-temporal a partir da década de 1960 até os dias atuais com o objetivo de cartografar os movimentos dos territórios de prostituição de mulheres travestis e mulheres transexuais, no espaço urbano de Porto Alegre. Ainda não imaginava a importância daquele encontro com o processo de Veruska e da conexão estabelecida com as narrativas das memórias da Marcelly, a dimensão que isso teria nas escolhas da pesquisa. Cabe ressaltar que, mesmo quatro décadas depois, as instituições do Estado ainda reproduzam uma linguagem que não reconhece as travestilidades como expressões de feminilidade, conforme pontuado na citação acima.

Acreditei que esse dispositivo legal ou jurídico, o artigo 59 da LCP, teria alguma relação com as dinâmicas de territorialização daquela época. Por isso, busquei articular, por intermédio dos organizadores da exposição do Memorial do Tribunal Federal do RS, o contato com o Serviço de Arquivos Judiciais e Administrativos - Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (SAJA - TJ-RS).

Além do interesse da pesquisa, naquela época estava participando do projeto, iniciado em agosto de 2016, "*Uma cidade pelas Margens*"²⁸ como pesquisador e militante do *nuances - Grupo pela Livre Expressão Sexual*, a partir de uma parceria entre o Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, com o objetivo de elaborar uma exposição de curta duração que trouxesse diferentes trajetórias da militância e de pessoas LGBTT para o Museu (Figura 3).

28 Ver mais sobre a exposição no texto "*Sabia que Estaria Aqui: Relatos sobre os Processos Criativos do Projeto 'Uma Cidade pelas Margens'*" (BARNART; BAUER, 2017). Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/10367/pdf16>>. Acesso: 22 de abr. de 2018.

Figura 3 - Imagem do espaço destina à exposição "*Uma cidade pelas Margens*", no Museu de Porto Alegre (2016)



Foto: Guilherme Lund.

Logo em seguida outros grupos integraram-se ao processo criativo da exposição de curta duração "*Uma cidade pelas Margens*", como: a Liga Brasileira de Lésbicas do Rio Grande do Sul (LBLRS) e a Igualdade Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul²⁹, além do **Memorial do Tribunal Federal do Rio Grande do Sul**, do Curso de Graduação em Museologia, do Laboratório de Políticas Públicas Ações Coletivas e Saúde (LAPPACS) e do Programa de Pós Graduação em História, sendo os três últimos vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E nesse processo de construção do projeto fui apresentado às coleções de imagens do acervo pessoal de Marcellly Malta, Presidenta da Igualdade, que trazem um resgate riquíssimo dos espaços de sociabilidade, dos territórios de prostituição, das personalidades, da moda e dos "*babados*"³⁰ da vida das travestis ao longo do tempo. Além das fotos, jornais, convites,

29 Instituição que Marcellly Malta é presidenta.

30 De acordo com Aurélia, A DICIONÁRIA da língua afiada (s/d, p. 25): "'*Babado*' - S.m. 1. Acontecimento qualquer; podendo tanto ser bom como mau; 2. Bas-fond; 3. Caso amoroso e/ou sexual. 'Bas-fond' (bá-

cartazes e folders de festas, atos políticos e campanhas, especialmente do Nuances e da LBL-RS, constituem um acervo ainda inexplorado com imenso potencial para criação de propostas inovadoras (BARNART; BAUER, 2017).

Estar à margem e dar margem à. Foi a partir dessas duas acepções possíveis para o vocábulo margem que teve início o processo reflexivo para o desenvolvimento do projeto "Uma Cidade pelas Margens", voltado à história e memória da comunidade LGBTT em Porto Alegre (BARNART; BAUER, 2017, p. 440).

O interesse para equipe organizadora do projeto "*Uma cidade pelas margens*" foi em agregar alguns processos da exposição do Memorial da Justiça Federal do RS em seu acervo, incluindo o processo da Veruska. Nesse momento, a conexão entre a equipe organizadora e o acervo do TJ-RS é que permitiram acessar as primeiras pistas dos processos judiciais localizados. Além disso, dentro da sala de exposição também foi reservado um espaço para a projeção de vídeos produzidos pelo projeto "*História de Vida e Ação Política*"²⁶, realizado através do Laboratório de Políticas Públicas e Ações Coletivas em Saúde da UFRGS - Coordenado pelo professor Dr. Frederico Viana Machado. As histórias de vida foram exibidas em *looping* durante todo o período da mostra (BARNART; BAUER, 2017), incluindo o vídeo da narrativa da Marcelly³¹. Outras contribuições desse projeto que deu origem a exposição de curta duração de mesmo nome serão apresentadas no decorrer desse trabalho.

O contato com o Serviço de Arquivos Judiciais e Administrativos - Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (SAJA - TJRS) se estabeleceu via *e-mail*, no final de outubro de 2016. Recebi retorno no dia 1º de novembro e no mesmo dia agendamos a primeira visita. A pesquisa nesse local continua em andamento, porém o último processo, efetivamente, utilizado para análise nesta dissertação foi encontrado em março de 2017. Por sorte, o serviço de arquivo do TJRS ficava próximo a minha casa - o que facilitou bastante o processo de busca dos processos, ambos localizados na

fôn) - (do francês) S.m. 1. Lugar do babado; 2. Caso amoroso e/ou sexual; 3. Briga; escândalo; faniquito; piti.

31 Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9g341q0rZO8>>. Acesso em: 23 de fev. de 2017.

malfadada Seção de Meretrício e Vadiagem da Delegacia de Costumes, no período da ditadura brasileira. Nessa primeira resposta fui informado que precisava assinar um Termo de Responsabilidade para acessar os processos da Verusca, também recebi a informação³² da existência de mais dois processos semelhantes: Ana Mara e Alissandra - conforme segue:

O [A] travesti Alissandra foi preso[a] em flagrante, acusado[a] de vadiagem e ofensa ao pudor enquanto buscava clientes na Avenida Farrapos. Ele [Ela] foi detido[a] nove vezes durante os anos de 1975 e 1976. Declarou na delegacia que já havia trabalhado em vários locais, mas estava desempregado[a] no momento. Assinou termo comprometendo-se a tomar ocupação e foi encaminhado[a] para o Presídio Central, onde permaneceu por um dia. Vinte dias após a prisão o juiz ordenou o arquivamento do processo (RIO GRANDE DO SUL, 2016).

O [A] travesti Ana, com 20 anos, foi preso[a] em flagrante, acusado[a] de vadiagem e importunação ofensiva ao pudor enquanto buscava clientes na Avenida Independência. Era sua quarta prisão. Na delegacia dos costumes, declarou não possuir profissão e não gostar de trabalhar em empregos formais, vivendo de programas e *shows* em boates. Foi recolhido[a] ao presídio Central e solto[a] após um dia por ordem judicial. O processo foi arquivado logo depois (RIO GRANDE DO SUL, 2016).

Os três processos foram encontrados por acaso, durante o trabalho contínuo de restauração documental realizado por um departamento específico do SAJA TJ/RS, responsável pelo serviço de preservação documental. A equipe de dois servidores do TJ/RS e um grupo de estagiários, sendo os primeiros dois historiadores. Os documentos localizados nos processos serão utilizados para mapear as trajetórias das prisões dessas pessoas, assim como apresentar os territórios de prostituição no espaço urbano de Porto Alegre. As decisões judiciais e depoimentos contidos nesses processos também serão utilizados para analisar a construção do discurso médico e jurídico relativo às travestis e a prática da prostituição.

Acontece que além das suas atribuições, a equipe tem a sensibilidade de separar alguns processos que consideram com potencial relevante para pesquisas acadêmicas. Sendo assim, criaram "*as caixas de gênero*". Nessas caixas existem diversos processos

32 Informações recebidas por correio eletrônico em 1º de novembro de 2016.

relacionados às temáticas da diversidade de gênero, expressão sexual, racialidades, religiosidade, entre outros. Nelas estavam guardados os processos de três das cinco travestis que são as colaboradoras dessa pesquisa. Esses processos são muito antigos e possuem temáticas como: divórcio, defloração de menores, estupro, aborto, sedução, escravidão, entre outros - sem dúvidas um campo fértil e quase inexplorado pela pesquisa acadêmica.

Na primeira visita ao arquivo, encontrei o estudante de história da UFRGS Thiago Medeiros - também parceiro do projeto *"Uma cidade pelas margens"*, atualmente historiador, que procurava processos de temática semelhante, em especial da Luisa Felpuda³³ - lendária dona de uma casa de prostituição e encontros homossexuais de Porto Alegre, que se localizava na Rua Barros Cassal, no bairro Independência. Luisa Felpuda era seu apelido, mas tratava-se de um homem *guei*, que foi brutalmente assassinado por um *michê*³⁴, na década de 1980.

Tanto pela minha atuação na militância do movimento social LGBT quanto pelo trabalho como pesquisador-militante³⁵ recebi um convite de Marcelly Malta para participar do *"II Workshop Nacional da Rede Trans Brasil - O país que mais mata pessoas trans no mundo"*, realizado entre 24 e 27 de Novembro de 2016, em Morro das Pedras - Florianópolis, Santa Catarina. O evento aconteceu no bojo do *"Seminário Nacional RED-mensionando o Feminino"*³⁶.

33 Para saber mais sobre as memórias de Luisa Felpuda, acesse o trabalho de conclusão de curso do historiador Thiago Vidal Medeiros (2017), intitulado: *"O CRIME DA CASA GAY: o Caso Luísa Felpuda e a produção de sexualidades desviantes pela imprensa (Porto Alegre, 1980)"*.

34 Garoto de programas.

35 Acredito que o processo de pesquisa acadêmica também seja uma forma de militância, no meu caso foi principalmente através da militância que escolhi cursar Saúde Coletiva, minha experiência na iniciação científica, extensão e formação são permeadas pela atuação no movimento social LGBT. Sendo impossível separar o pesquisador do militante e vice versa.

36 O Seminário Nacional RED-mensionando o Feminino, que ocorreu em Florianópolis entre 24 e 27 de novembro de 2017, foi uma proposta da Casa da Mulher Catarina em parceria com a ONG Estrela Guia, que buscou integrar três Redes Nacionais atuante na luta contra os alicerces machistas, misóginos e sexistas - Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, RedeTrans - Rede Nacional de Pessoas Trans - Brasil e, CUTS - Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais. O objetivo foi consolidar um plano de ações e metas para nortear a atuação do controle social - ocupações dos espaços decisórios e de coalizão de pautas, importantes para os movimentos feministas, pessoas trans e os/as profissionais do sexo-trabalhadores/as sexuais. A expectativa foi proporcionar, nos três dias de evento, o fortalecimento das discussões envolvendo as Redes no processo de representação nacional,

Conheci Marcelly pela atuação como integrante do nuances, primeiramente nas reuniões de organização da Parada Livre de Porto Alegre, porém, pouco tempo depois trabalhamos juntos na pesquisa *"Feminicídios e Assassinatos Pautados em Gênero no Rio Grande do Sul"* (MENEGHEL, 2010). Essa pesquisa, onde comecei a iniciação científica, foi fundamental para produção do trabalho de conclusão de curso do bacharelado em Saúde Coletiva, intitulado: *"Assassinatos Pautados em Gênero: um interstício sobre a violência letal contra homossexuais, travesti e mulheres transexuais no Rio Grande do Sul"* (BARNART, 2014). A proposta apresentada como projeto do mestrado tinha intenção de dar continuidade a essa pesquisa iniciada na graduação.

Na etapa de qualificação do projeto de mestrado foram apontadas pela banca avaliadora algumas possibilidades de execução da pesquisa, tornando clara a necessidade de fazer escolhas, pois o projeto era muito ambicioso. Destaco duas das possibilidades apresentadas: ou a continuidade da pesquisa trabalhando com a violência letal de travestis e pessoas transexuais, ou o movimento dos territórios de prostituição no espaço urbano de Porto Alegre, a partir de um resgate espaço-temporal. A primeira possibilidade trabalharia com a cartografia e análise em múltiplas escalas. Na segunda, trabalharia com histórias de vida, inspirado pela narrativa de Marcelly, entrevistando outras travestis para mapear as temporalidades e espacialidades da prostituição de travestis a partir da década de 1960 até os dias atuais.

A narrativa da História de Vida de Marcelly Malta deu a primeira pista para identificar os mecanismos legais ou jurídicos, disciplinares e de segurança (FOUCAULT, 2008), conforme será exemplificado posteriormente. Esses mecanismos estão relacionados às espacialidades das travestis que se prostituíam na cidade, tornando a análise desses elementos fundamental por estarem implicados às trajetórias dessa população.

dentro de um espaço que possibilitou a troca de experiências e reflexões apuradas que tenham potencial para responder diversas demandas de resistência frente as opressões de gênero, com destaque para o enfrentamento da feminilização da Aids e de outras infecções sexualmente transmissíveis. Construiu um espaço de acolhimento das diferenças determinando um ponto de encontro do feminino na busca e identificação da unidade que as unifica: uma sociedade equânime e equivalente no que diz respeito aos direitos civis (descrição retirada do material informativo do evento).

A participação no evento organizado pela Rede Trans Brasil, em Florianópolis, foi determinante na minha escolha, pois no segundo dia de seminário, assisti a mesa: "*Brasil: país que mais mata travestis e transexuais no mundo*"³⁷; nesse momento percebi a intensidade do empoderamento das travestis e pessoas transexuais em relação a essa temática³⁸. Além disso, fiquei emocionado e muito agradecido, pois Marcelly Malta lembrou-se da pesquisa sobre assassinatos de travestis (GUIMARAES; MENEGHEL; GUARANHA; BARNART *et al*, 2013), que iniciamos em 2010, em parceria com a Igualdade e o Cento Universitário Metodista - IPA - Porto Alegre³⁹. Percebi o quanto nosso trabalho contribuiu para que Marcelly Malta pudesse colocar na agenda nacional do movimento de travesti e pessoas transexuais essa temática.

Em vista disso, percebi a necessidade de voltar meu olhar para outras possibilidades que o campo de pesquisa apresentava. As contribuições acumuladas sobre essa temática, pesquisada na graduação e aprimoradas no mestrado, estão publicadas no livro: "*A Diversidade e a Livre Expressão Sexual entre as Ruas, as Redes e as Políticas Públicas*" (MACHADO; BARNART; MATTOS, 2017), no capítulo XV -

37 Participaram da mesa Tathiane Araújo - Presidenta da Rede Trans Brasil e da Câmara Técnica de Combate à violência e discriminação do Conselho Nacional LGBT; Ângela Pires representando a Organização das Nações Unidas - Escritório no Brasil/DF. A mesa foi coordenada por Amanda Figueiredo - Coordenadora de Advocacy Rede Trans Brasil - DF.

38 Atualmente, a Rede Trans Brasil que possui uma sistematização dos casos de violação de direitos humanos e violências contra população de travestis e pessoas transexuais no país, que iniciou através de uma iniciativa da professora de geografia e militante Sayonara Nogueira Secretária de Comunicação da Rede Trans Brasil, a partir da criação de um projeto chamado "*Cartografia da Resistência*", que utilizou o método da cartografia social em sala de aula com base em dados de violência letal contra pessoas LGBTTs no Brasil. A partir disso, Sayonara deu continuidade ao trabalho e criou um blog para divulgar os casos de violência contra população de travestis e pessoas trans. Esse trabalho foi incorporado à agenda da Rede Trans Brasil, que posteriormente criou um site para dar maior visibilidade ao projeto. Logo em seguida, essa iniciativa proporcionou uma parceria com a organização não-governamental alemã Transgender Europe (TGEU) que também realiza o monitoramento dos casos de pessoas trans assassinadas, porém em escala global. O primeiro produto da parceria entre a Rede Trans e a TGEU foi o "*Dossiê: A Geografia dos Corpos das Pessoas Trans*" (informações de acesso nas referências desse texto), lançado no Rio de Janeiro em 29 de janeiro de 2017 Dia Internacional da Visibilidade Trans (BARNART, BAUER, 2017, p. 442). No ano de 2018, a instituição lançou o segundo uma segunda publicação sobre a temática.

39 A participação do IPA foi através da atuação do professor de psicologia Dr. Cristian Fabiano Guimarães e uma equipe de alunos do curso de graduação em Psicologia e também do mestrado em psicologia da UFRGS (Me. Camila Guaranha). Para saber mais sobre o processo dessa pesquisa ver o artigo: "*Assassinatos de Travestis e Transexuais no Rio Grande do Sul: crimes pautados em gênero?*" (GUIMARAES; MENEGHEL; GUARANHA; BARNART *et al*, 2013). Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/104710>>. Acesso em 23 de abr. de 2018.

"Assassinatos Pautados em Gênero: um interstício sobre a violência letal contra travestis e pessoas transexuais no Rio Grande do Sul" (BARNART; MENEGHEL, 2017).

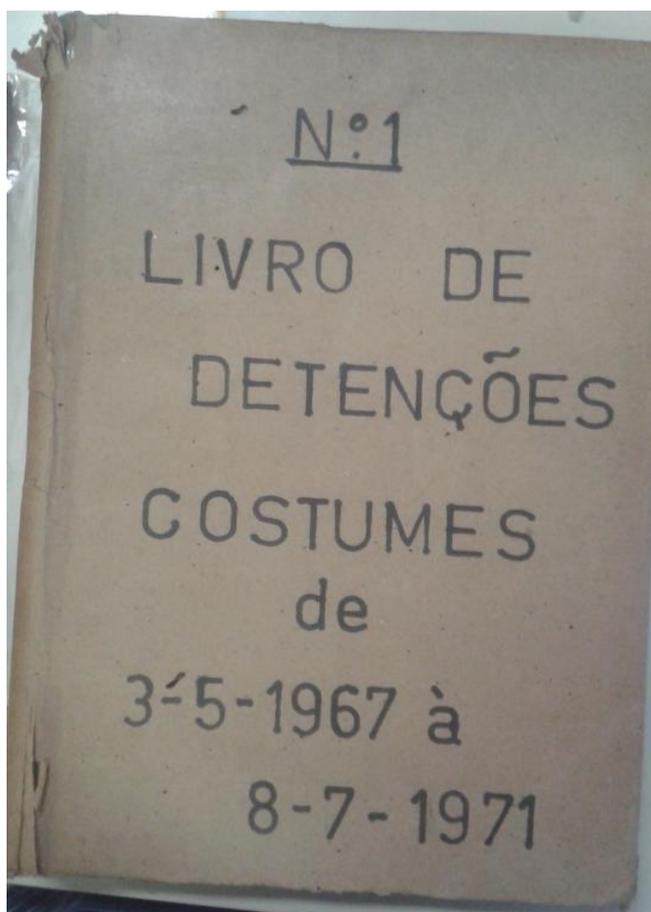
No terceiro dia de evento, assisti a mesa *"Travestis na Ditadura - histórias de silenciamento"* da qual participaram Marcelly Malta e Tina Rodrigues da Associação de Travestis do Ceará, e a coordenação foi de Mônica Soares da ONG Estrela Guia de Florianópolis. Neste dia conheci mais uma história de vida dos corpos marcados pelas violências da Ditadura Militar, dessa vez narrada por Tina que vivenciou a violência e inquisição do regime no Estado do Ceará, assim como as travestis do RS vivenciaram em Porto Alegre. A confluência dessas experiências que meu corpo militante-pesquisador presenciou foi determinante para escolha da temática dessa pesquisa: travestilidades na ditadura.

Durante o trabalho de campo, visitei diversos locais com potencial para pesquisar a temática das travestilidades na ditadura, um deles foi o Memorial do Rio Grande do Sul onde recebi uma indicação para procurar o servidor Robson, responsável pelo museu da Academia de Polícia Civil de Porto Alegre. Lembrei que já havia recebido uma indicação desse local, do historiador Rafael Pellizzari Almeida, que referiu o local em uma conversa em que compartilhamos nossas temáticas de pesquisa. Nesse momento do trabalho de campo, no verão de 2017, estava cansado de buscar por pistas nesse caminho, desmotivado por receber mais negativas de acesso do que boas vindas - parte de um processo de apego que nos faz insistir naquelas portas que se fecham, ao invés de buscar outros caminhos. Além disso, o primeiro prazo de entrega da dissertação se aproximava e precisava encerrar o trabalho de campo. Mas com duas indicações do mesmo local decidi investigar essa pista.

Nesse local encontrei um livro de registros de detenções da Delegacia de Costumes: *"Nº 1 LIVRO DE DETENÇÕES COSTUMES de 3-5-1967 à 8-7-1971"* - FIGURA 4. Importante ressaltar que esse livro estava encapado com papel pardo, por isso não é possível afirmar se existe ou existiu algum livro de um período anterior, visto que não solicitei autorização para verificar a capa original, ou seja, a descrição "Nº1" pode se referir apenas a uma organização interna do Museu, realizada mais recentemente. A

informação que recebi do servidor responsável foi que diversos documentos da Delegacia de Costumes foram queimados após o regime militar, que o que está arquivado naquele depósito empoeirado foi tudo que restou. Mesmo assim, são inúmeros livros de registros de ocorrências que existem no local, talvez exista(m) outro(s) perdido(s) naquelas prateleiras.

Figura 4 - Capa do Livro de Detenções da Delegacia de Costumes



Fonte: Acervo Pessoal

Os nomes encontrados nesse livro de registro foram utilizados para localizar outros processos no arquivo do TJ-RS, muitos deles não foram utilizados nessa pesquisa e ficam para continuidade dela em outra oportunidade. Mas foi ali que conheci a colaboradora mais fascinante da pesquisa: Patrícia - a "bixa-loca". Diferente de Marcellly que conheço a história de vida a partir de suas próprias memórias, o que faz dela a

colaboradora rainha dessa pesquisa, Patrícia se torna fascinante pelo mistério e sem dúvidas pela sua coragem e audácia. A amostra de processos judiciais trabalhada nesta pesquisa foi necessária em função do tempo disponível para pesquisa de mestrado, além disso, comecei a trabalhar com a hipótese de que os processos sobre vadiagem e atentado à moral e aos bons costumes tinham um potencial maior a ser explorado na ciência geográfica.

A parte da pesquisa realizada no Museu de Comunicação José Hipólito da Costa foi realizada motivada pela participação no projeto "*Uma cidade pelas margens*", citado anteriormente, onde foram pesquisados os carnavais do final da década de 1960 e início da década de 1970 (1965, 1967, 1969 e 1971). Os Carnavais das décadas de 1950 e 1960 foram pesquisados pelo historiador Thiago Medeiros e apresentados na exposição de curta duração no Museu de Porto Alegre.

No que se refere ao Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, foi acessado o acervo fotográfico e tridimensional, em especial a coleção sobre Carnaval, festa relevante para a narrativa da exposição, como se verá a seguir. Sobre o mesmo tema, foram pesquisados jornais no acervo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa (BARNART; BAUER, 2017, p. 446).

O espaço do museu como campo de pesquisa era conhecido da época da pesquisa dos assassinatos de travestis e mulheres transexuais, pois realizamos o escrutínio das notícias nas mídias impressas de grande circulação do estado, em busca de pistas dos casos. Alguns anos depois retornei ao local, dessa vez em busca de pistas da presença das travestis nos Carnavais da década de 1970, devido à importância desses eventos no período e nas espacialidades das travestis.

2.5 Sistematizações das Espacialidades Urbanas: territórios de prostituição e os espaços de sociabilidade

A partir das informações coletadas durante todo o processo de pesquisa, desde o ingresso no mestrado, foi construída uma planilha em Excel onde sistematizei as espacialidades urbanas da população LGBT. Esse trabalho possui mais de 250

espacialidades identificadas no espaço-tempo, na cidade de Porto Alegre. A sistematização dessas espacialidades foi caracterizada da seguinte maneira: datação, localização, coordenada cartográfica e referências (documentos oficiais, narrativas de vidas, outros trabalhos acadêmicos). Também estão sendo categorizadas a partir dessas características, onde podem ser identificadas como: espaço público/privado, território de prostituição, espaço de sociabilidade LGBT, entre outros.

A proposta inicial desta sistematização foi para realizar o resgate espaço-temporal dos fluxos dos territórios de prostituição no espaço urbano de Porto Alegre, que seria apresentado através de representações cartográficas - mapas. Além disso, um recorte da amostra que constituí essa planilha foi cedida ao projeto "*Uma cidade pelas Margens*" para que fosse construído um mapa dos espaços de sociabilidade LGBT na cidade, que também será apresentado no último capítulo deste trabalho.

Após diferentes arranjos e muitas ideias, foram dois os eixos definidos para estruturar a exposição de curta duração: de uma parte, a mostra explorou a trajetória de pessoas e organizações que protagonizaram a luta pela visibilidade e pelo direito à diversidade em Porto Alegre, tendo como ponto de partida o entendimento de que a defesa dos direitos humanos da população LGBTTT é condição fundamental para a cidadania plena. De outra, cartografou a cidade sob esta perspectiva, identificando espaços públicos e privados de sociabilidade fundamentais para a construção dessa narrativa. A seguir, passamos a um breve relato sobre a exposição de curta duração, elencando alguns dos recursos espaciais e narrativos utilizados pela equipe (BARNART, BAUER, 2017, p. 446).

Cito, aqui, esse trabalho de sistematização, pois ele será utilizado nesta dissertação para caracterizar alguns locais de prostituição onde as travestis foram presas, mas o potencial que ainda possui será explorado em outra oportunidade.

2.6 Análise dos documentos nas dinâmicas das trajetórias de travestis e as relações entre poder, dispositivos legais e produção de verdade

Contar a história da bichice em Porto Alegre é como costurar uma colcha de retalhos. São pedaços de alguma época que conseguimos reconstruir, cenários que montamos novamente, vidas que são lembradas através de depoimentos ou notas de jornal, boletins policiais, cartas, documentos que muitas vezes precisam ser “traduzidos” [ou decifrados] para que seus verdadeiros significados ultrapassem o que aparentam na superfície, por pressão do preconceito. Ligando uma peça com outro remendo, vamos entendendo qual a cara da bixórdia em outras idades. [...] (BARNART; BAUER, 2017, p.456, Jornal do *nuances*, 2004, p. 6)

A escolha das ferramentas-conceitos para esse estudo foi realizada de acordo com a análise da narrativa de Marcelly Malta, dos documentos dos inquéritos policiais e dos processos judiciais, a partir disso buscando reencontrar uma teoria que fosse adequada a discussão proposta, na garantia de construir um procedimento de pesquisa que evitasse cristalizações e considerasse as possibilidades que surgiram durante o trabalho de campo e o processo de análise de dados. Neste momento do estudo, durante a análise da narrativa e documentos, identifiquei determinados acontecimentos, no encontro entre as travestis e a Polícia de Costumes que influenciaram diretamente suas trajetórias, na cidade Porto Alegre. Além disso, busquei identificar a disputa discursiva estabelecida nos documentos analisados, no que tange às relações de poder para interpretação dos dispositivos legais ou jurídicos dos processos judiciais escolhidos, quais sejam, os artigos 59 e 61 da Lei de Contravenções Penais, que atuam na produção de discursos de verdade direcionados à perseguição das expressões das travestilidades durante o período.

O surgimento da era do biopoder foi abordado durante o desenvolvimento do tema de pesquisa, a partir do livro *"História da Sexualidade I - A vontade de saber"* (FOUCAULT, 2014). Porém, em um novo momento com a produção do livro *"Segurança, Território e População"*, Foucault (2008) propõe a continuidade do estudo desses mecanismos de poder, a partir de cinco indicações, as quais apresentarei a seguir relacionando-as com a temática de pesquisa.

Durante a primeira proposição, Foucault (2008) conceitua o biopoder como um arranjo de mecanismos através do qual aquilo que, na humanidade, compõe suas características biológicas básicas que poderá entrar "numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder" (Ibid. p. 3). Então, propõe uma continuidade da análise desses mecanismos de poder, que consiste em "[...] saber por onde isso passa, como se passa, entre quem e quem, entre que ponto e que ponto, segundo quais procedimentos e com quais efeitos" (Ibid., p. 3-4). Em relação ao poder, não se trata de uma teoria do que é o poder, no máximo um começo de teoria do poder, entendendo e aceitando que

[...] o poder não é, justamente, uma substância, um fluido, algo que decorreria disso ou daquilo, mas simplesmente na medida em que se admita que o poder é um conjunto de mecanismos e de procedimentos que têm como papel ou função e tema manter - mesmo que não consigam - justamente o poder (FOUCAULT, 2008, p. 4).

Na segunda indicação, o autor se refere ao conjunto de procedimentos ou relações: "[...] que têm como papel estabelecer, manter, transformar os mecanismos de poder, pois bem, essas relações não são autogenéricas, não são auto-subsistentes, não são fundadas em si mesmas" (FOUCAULT, 2008, p.4), ou seja, **não haveria nenhum tipo de relação com mecanismos de poder**, porque eles são parte "intrínseca de todas as relações [...]" (p.4).

Portanto, seguindo as duas primeiras proposições de Foucault (2008), em um esforço de relacionar sua teoria de análise dos mecanismos de poder a essa pesquisa, que faz parte das relações sócio-espaciais. Proponho expor às dinâmicas das trajetórias de travestis através da influência dos mecanismos legais ou jurídicos. A interpretação dessas regras do direito também produz disputas de discursos de verdade, na relação entre os saberes jurídicos, médicos e psiquiátricos e a prática da Polícia de Costumes, que influenciam nos processos de exclusão sócio-espaciais, dentre eles o encarceramento.

Na terceira recomendação, Foucault (2008) propõe que a análise das relações de poder pode dar início para "[...] algo como a análise global de uma sociedade. A análise

desses mecanismos de poder também pode se articular, por exemplo, com a história das transformações econômicas" (Ibid., p. 5). Portanto, a aplicação da terceira recomendação do autor nessa pesquisa, qual seja: na escala nacional contextualizar o recorte temporal do estudo no período da Ditadura Militar, apresentar os procedimentos utilizados pela Polícia de Costumes com efeitos de punição da prostituição através de um jogo de poder para interpretar as regras de direito. Assim, buscar "[...] os efeitos de saber produzidos em nossa sociedade pelas lutas, os choques, os combates que nela se desenrolam, e pelas táticas de poder que são os elementos dessa luta" (FOUCAULT, 2008, p. 5).

No quarto ponto, existe uma crítica referente aos discursos teóricos ou análises que são embasados em discursos no imperativo, esse discurso incide em afirmar: "[...] goste disso, deteste aquilo, isto é bom, aquilo é ruim, seja a favor disso, cuidado com aquilo" [...]" (FOUCAULT, 2008, p.5), no qual se constituem como discurso estético, cujo alicerce encontra-se em escolhas da ordem estética. Por isso, o autor considera o discurso imperativo simplista "[...] quando é feito a partir de uma instituição qualquer de ensino ou, até, simplesmente numa folha de papel. [...] A dimensão do que se tem a fazer só pode aparecer, parece-me, no interior de um campo de forças reais [...]" (Ibid., p. 5-6). Por esse motivo, a proposição que o autor coloca é que esses imperativos sejam indicadores táticos ou indicadores condicionais, como: "[...] se você quer lutar eis alguns pontos-chave, eis algumas linhas de força, eis algumas travas e alguns bloqueios [...]" (Ibid, p.6).

Durante o regime militar, apresento uma transformação do discurso jurídico baseado no saber médico e psiquiátrico em relação às homossexualidades, representado nos casos em análise às expressões das travestilidades. Em relação a essas sexualidades e expressões de feminilidade desviantes, houve um deslocamento do âmbito jurídico para produção de uma verdade patologizante dessas populações. Além disso, aponto para construção discursiva sobre a prática da prostituição de travestis como uma prática ilícita, através do apelo à moral e aos bons costumes, mesmo sem ser diretamente criminalizada pelos mecanismos legais ou jurídicos.

Em sua última colocação, antes de iniciar o curso "*Segurança, Território e População*" (FOUCAULT, 2008), é apresentada uma breve discussão sobre a luta e a verdade, sob a égide filosófica, onde o autor se posiciona da seguinte maneira:

[...] essa relação séria e fundamental entre a luta e a verdade, creio que não faz nada mais que se teatralizar, se descarnar, perder o sentido e a eficácia nas polêmicas internas ao discurso teórico. Portanto em tudo isso um só imperativo, mas que será categórico e incondicional: **nunca fazer política** (FOUCAULT, 2008, p. 6, grifo meu).

Este último apontamento, inicialmente, parece contraditório à crítica feita no ponto anterior que se refere ao discurso no imperativo e a análise teórica. A leitura que faço dessa última colocação parece estar relacionada à questão filosófica entre a luta e a verdade, no âmbito da sociedade pós-moderna, onde cabe ao pesquisador a escolha do campo de força que deseja se inserir para buscar esses indicadores táticos como estratégia de luta, em oposição a uma estratégia categórica de busca pela verdade única e absoluta.

Nesse sentido, penso nos lugares que ocupo enquanto sujeito, pesquisador, militante e cidadão. Esses lugares fazem parte do campo de forças que escolhi me inserir, no qual ocorrem as disputas teóricas das quais faço parte, entretanto sempre baseadas na práxis, quais sejam, a militância no movimento social LGBTTT, como participante do *nuances - Grupo pela Livre Expressão Sexual*; as minhas escolhas acadêmicas e de pesquisa; meu posicionamento como sujeito social; e nessas lutas que estou inserido como cidadão que busca cumprir com seus deveres e contribuir na luta para legitimação, garantia e conquista de direitos humanos.

2.7 Paná-Paná: as borboletas colaboradoras da pesquisa

*borboletando*⁴⁰

*eu borboletaria
tu borboletarias
ela borboletaria*

*nós borboletaríamos
vós borboletaríeis
elas borboletariam*

A noção de travestilidade, proposta nesse trabalho, foi entendida como a superação da existência de um ser travesti pronto, acabado e completo. Essa ideia incorpora o movimento identitário de se fazer travesti e o processo de assumir uma identidade travesti, não cristalizada, mas que se faz e refaz nas relações temporais e espaciais. Portanto, trabalhamos com as travestilidades que existiram durante o período da ditadura militar, que são diferentes das travestilidades no presente. Um esforço realizado para que seja possível o trabalho e a reflexão sobre sujeitos que viveram em outra época, em espaços que foram vivenciados pelo autor deste trabalho em outra temporalidade. Esses espaços foram resgatados como em uma arqueologia, trazendo elementos que vão (re)construindo essas histórias através da memória de uma história de vida e fontes secundárias.

Neste subcapítulo, finalmente, irei apresentar oficialmente as colaboradoras dessa pesquisa, seja essa colaboração de forma voluntária através da própria memória de Marcellly Malta ou por fragmentos de extraídos dos processos judiciais. As travestis escolheram a analogia fascinante da metamorfose das lagartas em borboletas para representar a transição entre a masculinidade e a feminilidade, a construção do próprio casulo para repousarem solitárias na escuridão e voarem lindas e coloridas. A encantadora libertação de si mesma para interdição no espaço, a escolha de viver plenamente o desejo e sofrer as piores violências que a humanidade pode oferecer.

40 Conjugação do verbo "borboletar", no futuro do pretérito do indicativo - Inspirado no documentário "Borboletas da Vida" - Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=A0aWrCcrpXk>>. Acesso em 2 de mai de 2018.

Essa escolha está representada no símbolo da Igualdade - Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul, por isso também foi escolhida como uma forma de homenagear as colaboradoras desta pesquisa.

A Tabela 1 apresenta uma síntese das informações socioeconômicas encontradas nos processos do TJ-RS, das travestis presas arbitrariamente durante o período da Ditadura Militar. A única borboleta que as informações não encontra-se na tabela abaixo é Marcelly, visto que não foram localizados processos judiciais referente as suas prisões, o que será discutido posteriormente.

Tabela 1 – Síntese das Informações Socioeconômicas das Travestis

NOME SOCIAL	RAÇA/COR	IDADE	NATALIDADE	PROFISSÃO	ESCOLARIDADE	SITUAÇÃO ECONÔMICA	RELIGIÃO
Ana Mara ou Aninha	SI	18	Itaqui - RS	Bailarina	Primário Completo	Pobre	Umbanda
Alexandra ou Alissandra	branca	18	Porto Alegre - RS	Servente / Estudante	7ª Série	Pobre	Católica
Veruska ou Verusca	branca	24	Lages - SC	Cabeleireira	Ginasial	Pobre	Católica
Patricia ou Luisa	branca	22	Alegrete - RS	Costureira	3º Ano Ginásial	SI	Católica

Fonte: Processos do TJ-RS

Marcelly Malta - A borboleta Rainha

Figura 5 - Marcelly Malta, na Casa de Portugal, em Porto Alegre, na década de 1970



Fonte: acervo pessoal de Marcelly Malta

Como recurso de apresentação de Marcelly Malta utilizo suas próprias palavras transcritas a partir de suas memórias, compartilhadas conosco através da narrativa de sua história de vida para o projeto "Histórias de Vida e Ação Política", conforme segue:

[...] meu nome é Marcelly Malta. Tenho 64 anos, sou presidente duma ONG de travestis e transexuais do Rio Grande do Sul, que é a Igualdade RS. Vou falar um pouco da história da minha vida, contar um pouco da trajetória, da história de vida como que foi. Eu sempre digo assim: como começou a trajetória na questão da minha, eu digo assim, da igualdade de gênero, pra

descobrir quem eu era, quem eu sou, onde que eu ia me encaixar, porque eu não sabia. E hoje também assim, que é importante que eu quero dizer é que hoje eu estou como vice-presidente da RedeTrans do Brasil. Onde a gente acolhe as travestis, transexuais e também os homens trans. Que é muito importante, que é um momento assim, da gente conseguir trazer os homens trans pra dentro do movimento de travestis e transexuais. Eu achei muito importante. A gente acolher essa população, que praticamente são meninos que são expulsos da família, da sociedade. Quem acolhe? Então é muito complicada a questão dos estupros⁴¹ que eles sofrem. Que são histórias que não são contadas. Bom, eu vou contar um pouco da minha história, da minha vida, como começou. Eu nasci numa cidade que eu acho que vocês nunca ouviram falar: Mato Leitão. Não sabem aonde fica? Mas ta no... no mapa do Rio Grande do Sul. Quando eu nasci nem era um município. Se chamava Boa Vista do Mato Leitão. Era uma colônia. Era uma colônia muito pequena onde só morava praticamente todos meus parente. Eu até os doze anos fiquei na colônia, trabalhando. E eu naquela época eu me lembro assim, da minha história de vida. Eu começo a me lembrar... Tu sabe, que com sessenta e quatro anos muitas coisas a gente vai perdendo ao longo do tempo. Mas eu me lembro da minha história de vida assim, a partir dos seis, cinco, seis anos. Eu me lembro que tinha muitos primos. Então, hoje, somos cinco irmãos comigo. Somos dois irmãos. Alias, nasceram três homens. Só que eu que a mãe sempre dizia que nasci diferente. Eu não nasci diferente. Eu sempre dizia pra ela. Eu sempre dizia pra ela que eu nasci igual a todo mundo só que eu tinha uma opção diferente. Que eu não sabia o que era. Naquela época imagina, mil novecentos e... Vamos supor, quando eu me descobri com oito, nove anos, a questão da sexualidade nos guri, na minha época era muito forte. Então a questão da sexualidade pra mim, com oito anos já começou. Entendeu? Com meus primo, com meus parente, amigos enfim. Não se falava na questão da pedofilia, na questão do abuso sexual. Eu não sei se eu posso dizer que eu fui abusada sexualmente, mas tinha, tinha relação sexual com os menino. Isso aí é uma coisa que eu sempre quis ter na minha vida. De ter uma coisa que eu me identificava. Não dizer assim, que eu gostava de brincar de boneca, de brincar disso ou aquilo, escolher um brinquedo não tinha essa coisa. Porque menino ganhava as coisa pra menino e menina pra menina, mas eu nunca tive essa coisa assim de escolher realmente o que que eu queria. E com doze anos a gente saiu da colônia e foi morar na cidade. Na cidade de Venâncio Aires. Era uma cidade mais ou menos na época, pequena ainda, mas eu me senti muito mal naquela cidade. Assim, mal assim no sentido de eu já querer o cabelo comprido, e com doze anos de idade, o pai não aceitava, a mãe tudo bem, a questão dos cabelos compridos. Então eu amava andar de cabelo comprido. E o pai disse: - **“Não. Tem que cortar esse cabelo, porque homem anda de cabelo curto raspado”**. E eu lembro que teve uma época que eu tava numa revolta tão grande que o meu cabelo chegou até o ombro. Tava bem comprido e eu amarrava ele. Aí, o professor mandou um bilhete pra direção. E a direção mandou chamar o pai e a mãe que eu não podia mais entrar na escola por causa do cabelo comprido. Daí o pai me cortou o cabelo, zerinho. Eu me senti muito mal com aquele cabelo. Mas depois com o tempo eu fui me acostumando. Eu acho que assim, a família pra mim foi muito importante. Não contava a minha sexualidade, o que eu sentia [...]"

41 Referência à prática dos estupros corretivos sofridos por mulheres lésbicas e homens trans.

(Transcrição da narrativa de Marcellly Malta para o Projeto História de Vida e Ação Política)

As memórias de Marcellly são intensamente atravessadas pelo político, a partir das suas vivências ela conseguiu superar as dificuldades da vida e transformá-las em luta em prol da população de mulheres travestis e pessoas transexuais. Sua história é belíssima, um exemplo de coragem, solidariedade e perseverança. Tornou-se uma liderança do movimento social LGBT, conhecida dos territórios de prostituição à escala nacional, respeitada e admirada. A memória é um elemento importante, pois quando Marcellly narra sua história de vida, esse passado é a reconstrução que ela faz a partir da sua posição presente, uma mediação entre passado e presente.

Verusca - A borboleta *Sylphina Angel*

Descrita nos processos judiciais como Veruska ou Verusca, atualmente utiliza o nome Verusca, a borboleta *Sylphina Angel*. Tinha 23 anos no primeiro registro de detenção encontrado nessa pesquisa. Natural de Lages -SC; trabalhou como "cobrador" de empresa de ônibus, "cabeleireiro" e fazendo shows em diversas boates como "ator" transformista - segundo Dirnei Messias, dono do "Flower's" uma das boates que Verusca trabalhou, assim eram conhecidas as travestis que atuavam nesse ramo naquela época. Além de Marcellly Malta é a única travesti, borboteta-colaboradora desta pesquisa que tenho certeza que ainda está viva para contar sua história. Conheci Verusca rapidamente durante o lançamento da exposição "Uma cidade pelas margens", não tivemos oportunidade de conversar sobre os seus processos ou esse trabalho, um encontro que ainda está por acontecer.

A borboleta *Sylphina Angel* é encontrada apenas em alguns países da América do Sul, essa homenagem foi escolhida pelas asas transparentes, característica que permite camuflar-se com facilidade para se esconder dos predadores e por ser uma das espécies mais resistentes podendo percorrer grandes distâncias para garantir sua sobrevivência, assim como Verusca que migrou de sua cidade natal para capital gaúcha.

Patrícia - A borboleta Morpho Azul

Figura 6 – Foto de Patrícia encontra nos processos



Fonte: TJ-RS.

Patrícia, Luiza ou "*bixa-loca*" - descrição encontrada no livro de registros de detenções da Delegacia de Costumes. Iniciou na prostituição com apenas 15 anos de idade e tinha como profissão "*costureiro*", era natural de Alegrete - RS. Descrita nos processos como Umbandista, possivelmente sofreu uma repressão maior em função de sua religiosidade. Além disso, em sua fotografia percebem-se os cabelos longos com mechas, sobrancelhas desenhadas e cílios maquiados, um olhar profundo. Talvez tenha sido a travesti que mais foi perseguida.

A borboleta *Morpho* ou *Morpho Azul* é uma das maiores espécies desse inseto e vive nas florestas tropicais da América Central e do Sul. Sua cor azul solar a protege dos ataques de outros animais, além disso, quando se sente ameaçada solta um odor capaz de espantá-los. Essas características de defesa tornam essa borboleta fascinante, assim como a história de Patrícia, que foi perseguida pela polícia, mas resistiu durante os anos mais obscuros.

Ana Mara - A borboleta-coruja

Figura 7 - Foto de Ana Mara encontra nos processos



Fonte: TJ-RS.

Ana Mara, Ana ou Aninha, assim foi nomeada nos documentos analisados. Natural de Itaqui tinha apenas 18 anos quando foi detida pela primeira vez. Em homenagem nomeada como Borboleta Coruja.

Alissandra, Alessandra ou Alexandra - A borboleta-zebra

Figura 8 - Foto de Alissandra encontra nos processos



Fonte: TJ-RS

Alissandra ou Alexandra, natural de Porto Alegre, trabalho em diversos locais, mesmo assim foi presa de forma arbitrária durante a prática da prostituição. Foi homenageada como a Borboleta Zebra desse trabalho.

3. AS INTERDIÇÕES DA VIVÊNCIA ESPACIAL TRAVESTI NA DITADURA MILITAR

No Brasil, as práticas da prostituição, do ponto de vista jurídico, nunca foram expressamente proibidas. Em contrapartida, o trabalho sexual nunca foi legalizado ou protegido, por isso "sempre houve uma zona cinzenta de normatividade permitindo uma arbitrariedade muito grande no tratamento que as forças policiais dispensavam para essa população" (QUINALHA, 2017, p.184). Não existe registro de nenhum dispositivo legal ou jurídico que tenha como finalidade direta à criminalização da prática individual da prostituição. Porém, existem leis que criminalizam agenciar a prostituição e os estabelecimentos que promovem e facilitam essa prática. A cafetinagem ou rufianismo⁴² também é criminalizado. Entretanto, durante a Ditadura Militar Brasileira desenvolve-se, com base no arcabouço legal existente, uma maneira de punir a prática da prostituição, vista como uma ameaça ao regime militar.

As prostitutas e travestis eram consideradas inimigas do regime militar, "um dos segmentos da sociedade mais perseguidos e reprimidos pela ditadura em sua ânsia de proteção da 'família' e dos valores cristãos" (QUINALHA, 2017, p.184), um mau exemplo para o desenvolvimento da juventude, e, no caso da prostituição de travestis, representou especificamente um perigo à formação da juventude masculina. A prostituição e as travestilidades, então, foram consideradas subversivas, contra os valores da moral e dos bons costumes e seu entendimento como trabalho discutido a partir de uma lógica religiosa e moral foi combatido por meio de estratégias militares também com finalidades políticas.

3.1 O discurso moral da ditadura e a ação da Polícia de Costumes na instrumentalização do biopoder

Em Porto Alegre, a Delegacia de Costumes (DC) tinha como estratégia de repressão à prostituição a organização de rondas policiais na porção do espaço urbano que denominaram de "Seção de Meretrício e Vadiagem". Equipes de agentes da Polícia

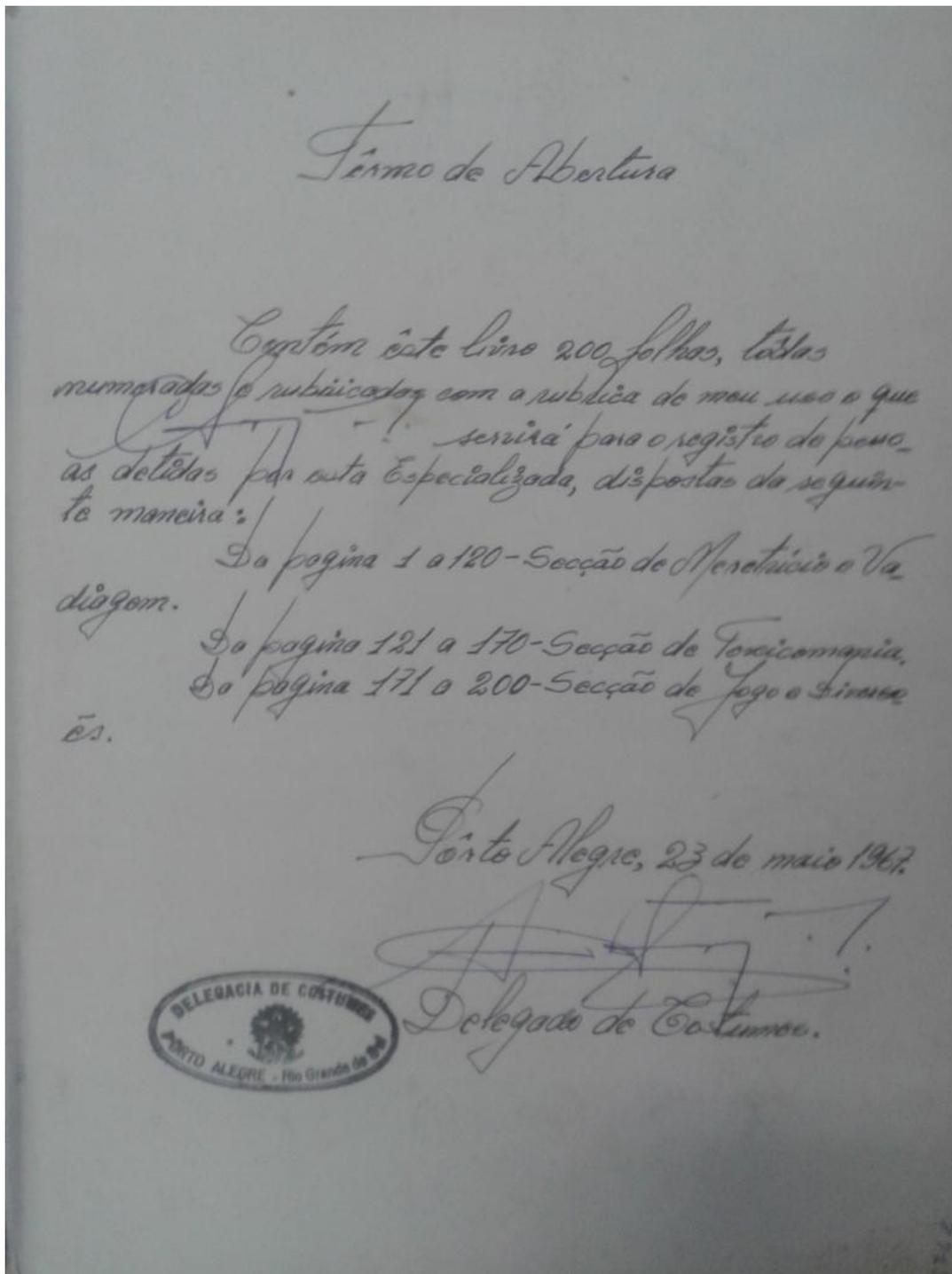
42 Artigos 227, 228, 229 e 230 do Código Penal.

de Costumes (PC) circulavam pelas ruas da capital à caça de pessoas que estivessem envolvidas, de alguma maneira, com a prostituição. As detenções realizadas eram, especialmente de mulheres e travestis, trabalhadoras sexuais. Eventualmente, foram detidos homens rufiões (cafetões ou proxenetas) e clientes. Durante a pesquisa foram encontradas pistas em relação à prostituição de homens que não foram investigadas visto que não se trata da temática em questão.

A figura 8 apresenta o livro de detenções da DC, localizado em um depósito do Museu da ACADEPol, que contém mais de 120 páginas de registros de prisões arbitrárias realizadas entre o período de 1968 e 1971, na cidade de Porto Alegre. Possui informações sobre as pessoas detidas na Seção de Meretrício e Vadiagem, em sua grande maioria pela prática de prostituição, enquadradas na Lei de Contravenções Penais através do artigo que pune a "*vadiagem*". Essas informações foram sistematizadas para compor a narrativa da dissertação. Na sua maioria são descritas, no campo "profissão" como meretrizes (Figura 9), mas também foram localizados registros de prisões de pessoas classificadas/identificadas como homens, pederastas, bichas e "bixa-loca".

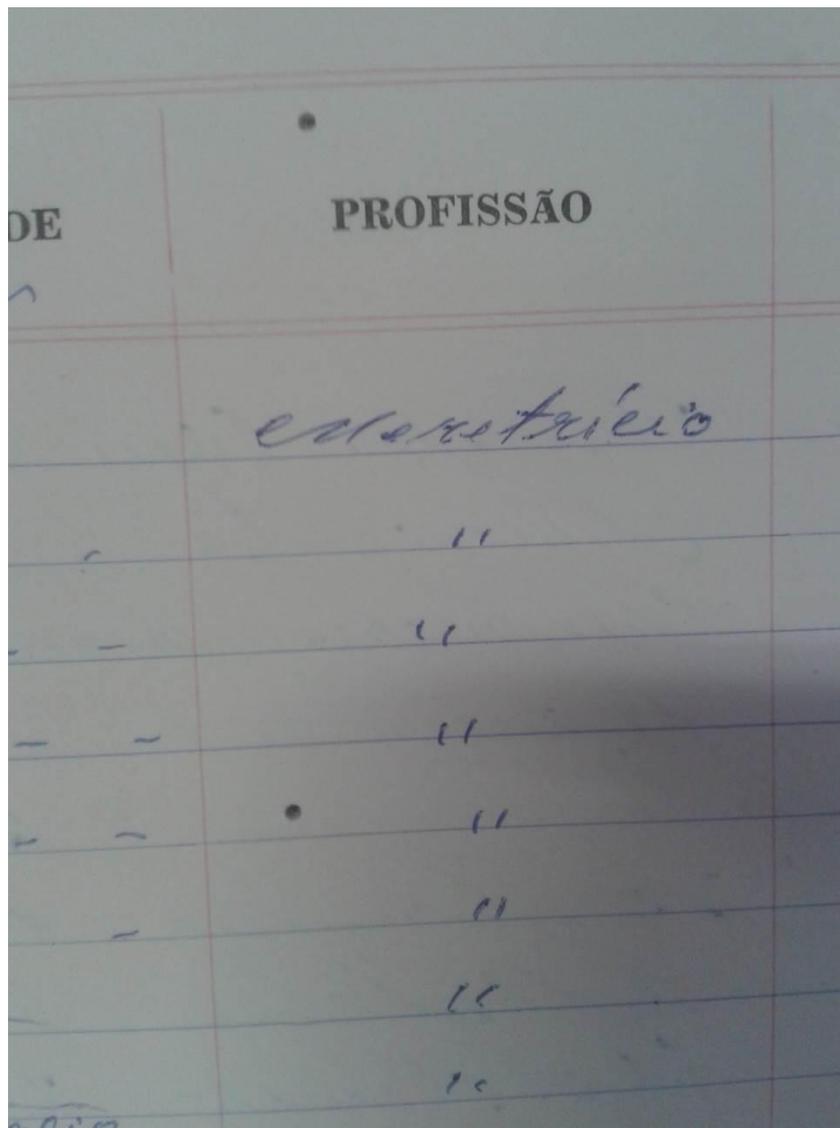
O termo de abertura desse livro (Figura 8), escrito em 23 de maio de 1967, descreve que o mesmo contém 200 (duzentas) folhas numeradas e rubricadas pelo Delegado de Costumes da época, utilizado para registrar as informações referentes às pessoas detidas por aquela DC. O livro foi dividido em três partes: da página 1 até 120 corresponde às detenções da Seção de Meretrício e Vadiagem; as outras duas partes referem-se às detenções realizadas nas Seções de Toxicomania e Seção de Jogos e Diversões, respectivamente, das páginas 121 a 170 e 171 a 200. As que se referem às detenções na Seção de Meretrício e Vadiagem foram quase todas utilizadas. Existem poucos registros de detenções na Seção Toxicomania, que não completam uma página inteira e, nenhum registro de detenção na Seção de Jogos e Diversões.

Figura 9 – Termo de Abertura do Livro de Detenções da Delegacia de Costumes



Fonte: Acervo Museu AcadePol

Figura 10 – Descrição da profissão de mulheres no Livro de Detenções da Delegacia de Costumes

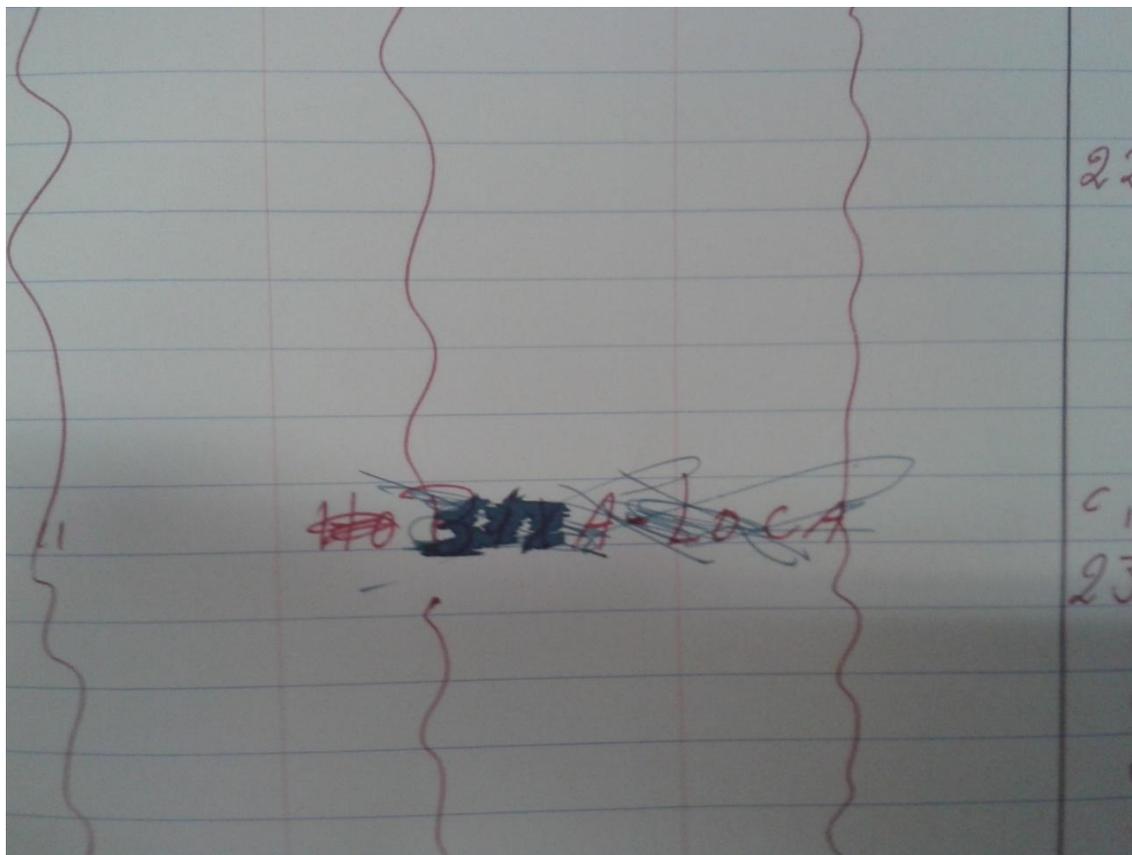


Fonte: Acervo Museu AcadePol

A classificação da população detida era feita no campo destinado a "profissão", onde as mulheres prostitutas eram classificadas como meretrizes, os cafetões como homens, homens considerados vadios correspondiam à moradores em situação de rua ou papaleiros e, finalmente, as travestis. Apesar dos registros analisados no livro de detenções da Delegacia de Costumes mostrarem a ocorrência de homens, sendo que esses se tratavam de cafetões, clientes, papaleiros ou moradores em situação de rua, na

sua grande maioria essas detenções eram de mulheres cisgênero na prática da prostituição, quando se tratava das travestis foram encontradas as seguintes classificações: pederasta, bicha, homossexual, e até mesmo "bixa-loca" – Figura 10.

Figura 11 - Descrição da profissão de Patrícia no Livro do Detenções da Delegacia de Costumes



Fonte: Acervo Museu AcadePol

Os processos analisados neste trabalho mostram a perseguição sistemática que travestis sofreram na cidade de Porto Alegre, na década de 1970, um período de transformações importantes para essa população. De acordo com Ocanha (2015), dois fatores importantes que modificaram as relações sociais e de poder, possibilitando uma maior visibilidade para as travestis foram a "popularização da terapia hormonal e a chegada da cirurgia de mudança de sexo no Brasil" (p. 152). No início dos anos 1970, nos bailes de Carnaval, na cidade do Rio de Janeiro, as travestis expunham os peitos que

tinham conquistados recentemente com o uso das novas tecnologias de modificações corporais: terapia hormonal, aplicação de silicone industrial e até mesmo de próteses de silicone ou outras cirurgias plásticas.

No Rio Grande do Sul, o silicone só veio no meio da década de 1970: *"até então era tudo truque, com enchimento e cabelo 'joãozinho', peruca era uma lenda e um luxo muito extravagante"*⁴³ (Jornal do Nuances, 2004, BARNART; BAUER, 2017). Essas novas alternativas de medicalização e intervenções cirúrgicas proporcionaram "possibilidades de construções e desconstruções dos corpos" (OCANHA, 2015, p. 152) que ainda eram raras no país.

"[...] naquela época [...] também que as travestis só usavam perucas, [...] Porque travesti durante o dia não saía [...] Elas contavam as histórias. Como que elas viviam [...] E eu queria me transformar [...]. Daí eu comecei a me transformar. Essa minha amiga, que era o Roberto, que se chamava Kate. A gente chamava ela de Kate. E ela disse assim: - Ué! Tu tem que tomar hormônio, vamo roubar da freira. Que tinha o Premarim 50mg. A gente pegava, e porque na Santa Casa era assim, a farmácia não era muito controlada [...]A gente entrava na farmácia, porque o que vinha na Santa Casa era muita doação. E aonde que a gente que achava, que as freiras mandavam a gente, dia que não tinha muito serviço, vamos separar as medicações. Aonde a gente achava o Premarim 50mg, a gente tomava. Bom, chegava a tomar uma caixa por dia. E o peito começou a vir. Meu Deus, o que [...] tá acontecendo. E a Kate disse assim: - É assim mesmo. Tá vendo como é que eu tô [...]" (História de Vida de Marcellly Malta)

O caso da Verusca foi o único em que aparece uma descrição da utilização dessas novas tecnologias de transformação corporal, conforme segue: *"estava com roupas 'Unisex' que não usava saias, mas calças compridas, que estava sozinha no momento [...] foi presa [...] que tem feito tratamento hormonal, o que explica seu aspecto afeminado"*, essa descrição foi encontrada no Termo de Interrogatório de um dos processos judiciais datado de maio de 1977.

A partir da observação das fotografias dos processos podemos observar outras tecnologias de transformações corporais, que são atribuídas culturalmente à feminilidade como: cabelos longos com luzes ou mechas, utilização de maquiagem,

43 Entrevista da famosa travesti Rubina para o Jornal do **nuances**, vinda do interior, chegou a Porto Alegre em 1953, aos 21 anos.

sobrancelhas feitas, entre outras. No estudo de Benedetti (2000), no subcapítulo "As mãos e um carão", confirma que a cabeça, assim como as mãos, é a primeira parte do corpo escolhidas para as modificações, essa decisão justifica-se pela facilidade em operar essas tecnologias que são associadas à feminilidade, quando comparadas à utilização de hormônios ou silicone, por exemplo.

Então o cuidado intenso com as unhas pode indicar o início de um processo de transição, assim como a utilização de esmalte e o início do processo de crescimento das unhas. No caso das unhas compridas pode tornar-se facilmente identificado à luz do dia, o que facilita a atuação dos agentes de polícia. As unhas "afiadas" também podem ser utilizadas como uma forma de defesa em caso de ameaça dos perigos da noite.

[...] a maquiagem para o rosto - boca, pômulos, pálpebras, olhos e toda a tez - começa a ser utilizada pela (ainda) *bichinha* ou *bicha-boy*⁴⁴, que aos poucos vai ganhando intimidade e conhecimento de todo o processo de transformação. Poderíamos talvez identificar uma "fase de transição" entre o menino e a travesti, quando ele vai experimentando pequenas alterações no corpo, normalmente modificações mais facilmente reversíveis mas que sirvam para identificação com os atributos do feminino (BENEDETTI, 2000, p. 47-48, grifo do autor)

As tecnologias mais invasivas como a medicalização, intervenção cirúrgica ou utilização de silicone industrial, eram novidades que poucas tinham acesso, em especial aquelas de classes sociais mais privilegiadas.

Também as travestis, ao investirem tempo, dinheiro e emoção nestes processos de alteração corporal não estão concebendo o corpo como um mero suporte de significados. O corpo das travestis é antes de tudo uma linguagem; é no corpo e através dele que os significados do feminino e do masculino se concretizam e conferem à pessoa suas qualidades sociais. É no corpo que as travestis se produzem enquanto sujeitos (BENEDETTI, 2000, p. 46).

Sem dúvidas, todas essas tecnologias são formas de marcar os corpos, alterando sua estética proporcionam o reconhecimento de sua feminilidade, conseqüentemente,

44 As travestis que participaram do estudo de Benedetti (2000) utilizavam as categorias *bicha-boy* ou *bichina* para se referir ao período de transição entre o menino e a travesti.

uma maior visibilidade facilitando a sua identificação no espaço e, especialmente no espaço público pelos agentes de polícia, conforme relata Marcellly:

"[...] Só que quando começou a crescer o peito, eu vi que eu tinha que disfarçar [...] Eu usava uma faixa pra disfarçá-lo. Mas o cabelo, eu amarrava ele, fazia um, um, um top atrás e usava um boné pra sair. Porque naquela época não era fácil a questão. Em primeiro lugar, era a questão da polícia. A repressão. Eu digo assim, eu sou dos anos, é... Quando eu vim à Porto Alegre, começou toda essa trajetória. É antes dos anos 70. Então a questão da prostituição era muito rigorosa, a gente ia presa mesmo [...]"

As travestis eram, sem dúvidas, o alvo privilegiado da repressão moralizante levada a cabo pelas forças de policiamento que circulavam pelas ruas. [...] elas, diferentemente de alguns homossexuais que escondiam a orientação sexual dentro do armário, não podiam ocultar sua identidade de gênero [...] Segundo, porque geralmente elas estavam mais expostas em locais públicos por se dedicarem profissionalmente, à prostituição, diante da falta de outras oportunidades no mercado de trabalho. Terceiro, porque já sofriam duramente a repulsa da sociedade por conta do estigma criado em torno delas e das prostitutas que habitavam esses territórios marginais, por fim, é importante notar o expressivo crescimento de travestis na liberação dos padrões de gênero em curso no final dos anos 1970 e início da década de 1980. (QUINALHA, 2017, p. 182)

Na cidade de São Paulo, as travestis eram tidas como uma espécie de "novidade para o momento e foram os principais alvos da polícia [...] A discricção imposta pela sociedade às sexualidades desviantes trouxe o silêncio para a circulação das travestis no espaço público da rua" (OCANHA, 2015, p.153). Além disso, o imaginário de uma população que representa o perigo "[...] leva à banalização das abordagens policiais e aprisionamentos, fazendo mesmo com que a prisão e a delegacia se tornem uma espécie de extensão das suas comunidades, onde podem exercer suas sociabilidades" (FERREIRA, 2017, p. 215).

Mas essas instituições também banalizam as possibilidades de encontro com as travestis, e seus padrões de seletividade penal [...] fazem materializar um modelo de sujeito que pode ser capturado, reprimido e até mesmo exterminado pelo Estado – indiretamente quando não subsidia as possibilidades mínimas de vida, mas também diretamente quando as próprias instituições policiais e presidiárias dão conta disso através de seus agentes (FERREIRA, 2017, p. 215-216).

A partir da década de 1970, as travestis trabalhadoras sexuais começam a ocupar o espaço público com maior intensidade, por isso tem uma maior visibilidade e são "*vistas com maior frequência praticando o **trottoir***" nas ruas (OCANHA, 2015, p. 153, grifo do autor). Esse mesmo fenômeno se reproduziu nos grandes centros urbanos do país, incluindo a cidade de Porto Alegre, conforme pode se verificar na citação abaixo que se refere à cidade de São Paulo.

Nesta década, a homossexualidade havia rompido o tradicional silêncio que pairava no espaço público e as rondas de policiamento ostensivo foram a principal forma de combater à homossexualidade utilizada na cidade de São Paulo na fase de abertura da ditadura militar. Os diversos segmentos LGBTs sofreram rondas específicas por parte da polícia civil e militar, não se limitando aos que se encontravam em situação de prostituição. A prostituição de fato passou a ser mais vista e comentada na época, mas as rondas não se limitavam a ela, somente se utilizavam do argumento de sua expansão para justificar suas prisões arbitrárias (OCANHA, 2015, p. 154)

Segundo Fico (2015), no período da ditadura civil militar, iniciado com o golpe de 1964, a repressão contra população LGBTT foi sistemática em diversas cidades brasileiras, em especial nos grandes centros urbanos. Desde o início ocorreram violências e violações de direitos, porém após dezembro de 1968 houve um recrudescimento da violência do regime com o decreto do famoso Ato Institucional Número Cinco - AI-5.

[...] essa população concentrada em uma das regiões centrais das grandes cidades A situação se agravava com a estigmatização social e o preconceito cultural largamente difundido, que acabava conferindo legitimidade às violências que levavam a cabo os projetos de 'limpeza e higienização' (QUINALHA, 2017, p. 184)

Estudos recentes com base em documentos históricos, notícias de jornal e narrativas de vida comprovam uma intensa operação das polícias civil e militar no sentido de higienizar essas cidades, pois assim como a ameaça comunista, os esquerdistas, democratas liberais, pessoas LGBTT e profissionais do sexo eram vistos como subversivos e, portanto, inimigos do regime militar, o que justificava sua perseguição (FICO, 2015, BARNART; BAUER, 2017, p. 458).

3.2 A criação da ideia de vadiagem como possibilidade de higienização do espaço

A gente foi presa, né. A gente apanhou tanto, tanto, tanto, que a gente perdeu o sapato. Queria correr e não adiantou. A gente foi presa, a gente não foi pro presídio, mas a gente foi pro Costume. Naquela época a gente ia pro Costume por vadiagem, né. Que até hoje... Eu não me lembro... Quem tá fazendo... ? Quem é do Direito aqui? Se vocês pesquisarem... Ó! Pode pesquisar. Vadiagem ainda tá no termo. Não foi tirado. Inclusive a gente tem uma cartilha da Igualdade, aonde a gente fala "Direitos e Deveres da População de Travestis". E essa, a vadiagem ainda não saiu, né. Tu pode pesquisar lá [...] (Depoimento de Marcelly Malta para o projeto História de Vida e Ação Política)

Na memória da história de vida de Marcelly Malta, também publicada no livro *"Construindo Igualdade: a história da prostituição de travestis em Porto Alegre"* (BOER, 2013), por exemplo, é possível identificar elementos que apresentam a violência institucionalizada do Estado em relação a grupos de travestis que se prostituíam nas ruas da cidade, o que se reproduziu em outras cidades brasileiras, em especial durante a ditadura civil militar, baseada no dispositivo legal conhecido popularmente no meio das travestis como a "Lei da Vadiagem" (BARNART, BAUER, 2017). A correlação com os mecanismos legais ou jurídicos identificados nas narrativas foram entendidos conforme definido por Foucault (2008):

[...] consiste em criar uma lei ou estabelecer uma punição para os que a infringirem, é o sistema do código legal com divisão binária entre o permitido e o proibido, e um acoplamento, que é precisamente no que consiste o código, o acoplamento entre um tipo de ação proibida e um tipo de punição. É, portanto, o mecanismo legal ou jurídico. O segundo mecanismo, a lei enquadrada por mecanismos de vigilância e de correção, não voltarei a isso, é evidente o mecanismo disciplinar. É o mecanismo disciplinar que vai se caracterizar pelo fato de que dentro do sistema binário do código aparece um terceiro personagem, que é o culpado, e ao mesmo tempo, fora, além do ato legislativo que cria a lei e do ato judicial que pune o culpado, aparece toda uma série de técnicas adjacentes, policiais, médicas, psicológicas, que são do domínio da vigilância, do diagnóstico, da eventual transformação dos indivíduos (p. 8)

O Art. 59 da LCP, a famigerada "Lei de Vadiagem" permitia e legitimava o poder público através desse mecanismo legal ou jurídico, estabelecendo as punições e sanções do poder disciplinar, que se materializava não só na privação de liberdade - prisões

arbitrárias -, mas também na violência física, tortura, extorsão, exploração ou abuso sexual, essas duas últimas descritas em outros momentos da história de vida de Marcelly, e até mesmo a morte (BARNART; BAUER, 2017).

A repressão policial nas ruas foi a face mais visível da constante e costumeira violência que se abateu contra homossexuais, travestis e prostitutas nos grandes centros urbanos. Pontos de sociabilidade e de diversão frequentados por homens que desejavam outros homens e mulheres que buscavam outras mulheres, sofreram não apenas monitoramento intensificado neste período, mas foram constantemente assediados por batidas policiais seguidas de prisões arbitrárias, pelas práticas das mais diversas formas de tortura física e psicológica, pela extorsão e outros métodos de violação de direitos humanos desta população já marginalizada. As polícias, que logo integraram o complexo de aparatos repressivos da ditadura militarizada contra os subversivos "políticos", passaram a regular também o direito à rua para os segmentos LGBT (QUINALHA, 2017, p. 170)

Segundo Foucault (2008), o mecanismo disciplinar é responsável pela punição do culpado, segundo o que estabelece o dispositivo legal ou jurídico. Esse mecanismo legal ou jurídico, conhecido popularmente como a "Lei de Vadiagem" refere-se ao Art. 59 da Lei de Contravenções Penais - instituído em 1941. No texto da Lei de Contravenções Penais - Capítulo VII - Das Contravenções Relativas à Polícia de Costumes, ainda existe o artigo de "vadiagem", conforme segue descrito: *"Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita [...]"* (BRASIL, 1941)⁴⁵. Prevê pena de prisão simples entre 15 dias e 3 (três) meses, sendo extinguida tal punição no caso de *"[...]aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência [...]"* (ibid., BARNART; BAUER, 2017).

No caso de Ana, alegou que era auxiliar de cabeleireiro, apesar de não ter carteira assinada, tinha profissão lícita, conforme descrito em diversas parte dos seus processos: *"que o depoente não [não] possui carteira profissional; que está aguardando sua regularização perante o Exército [exercito] para tratar de carteira profissional; [...]"*

45 BRASIL. Decreto-Lei Nº 3.688, de 3 de Outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3688.htm>. Acesso: 15 de mar. de 2018.

trabalha em salões de beleza, como auxiliar de cabelereiro [cabeleireiro]" (Retirado do Termo de Interrogatório de Ana).

Da mesma forma aconteceu com Verusca, tinha como "*[...] profissão cabeleireiro, residente e domiciliado à rua Dr. Malheiros, 191, atualmente recolhido ao PC [Presídio Central] [...]"* (Retirado do documento que o Advogado Heitor M. Roing apresenta sua defesa⁴⁶). Nesse acontecimento, o fato de ter uma profissão lícita, mesmo que informal - sem comprovação no momento da prisão: trabalhava como autônoma e comissionada no salão de beleza - o que foi comprovado através de uma declaração anexa a sua defesa; todos esses argumentos expostos e registrados em seu Termo de Interrogatório não foram impedimento para que se materializassem as sanções do mecanismo disciplinar através da privação de liberdade - uma prisão arbitrária. Essa questão leva a acreditar que o motivo real de sua prisão se dava ao fato de ser uma travesti, que em outras oportunidades, a Polícia de Costumes, já havia identificado na prática da prostituição, conforme alega o advogado em sua defesa: "*Que poderá provar não ser vadio, apesar de ter assinado um compromisso, há algum tempo, por exigência da Polícia sob pena de sofrer perseguição contínua [...]"*. Essa assinatura firmando um compromisso trata-se do TTO - Termo de Tomar Ocupação, descrito anteriormente, onde elas assumiam o prazo de trinta dias para arrumar um trabalho considerado lícito.

Nesse último caso, da Verusca, foi uma prisão realizada em 28 de setembro de 1976, durante o dia, em que seu advogado alegou na defesa que ela "*dirigia-se a uma casa comercial para adquirir produtos que necessitava para executar suas atividades de cabeleireiro"*, nessa oportunidade os agentes de polícia realizaram a prisão em flagrante justificada por não possuir documentos de identificação e que comprovassem sua atividade profissional (Carteira de Trabalho). A interpretação de trabalho lícito, pelos agentes da Polícia de Costumes, significava também a sua comprovação através de documentos considerados oficiais, ou seja, a subjetividade na interpretação estava sob-

46 FOTO 9, 10 e 11 - Defesa do Advogado Heitor M. Roing; datado de 29 de setembro de 1986.

responsabilidade desses agentes que se utilizavam desse poder, baseada em preceitos morais estabelecidos pela sociedade e pelo próprio Regime Militar.

A argumentação do advogado de defesa em relação à prisão em flagrante (caso fosse legítima) foi realizada com base no direito do cidadão estabelecido pelo Código Processo Penal⁴⁷: "*a pena de prisão simples não excede a três meses*⁴⁸ [...]; *o requerente nunca foi condenado por essa ou qualquer outra infração penal*⁴⁹ [...]; *não há prova de que o requerente seja vadio, ao contrário, a prova é que exerce profissão legal*⁵⁰ - [...>". Além disso, apresentou a jurisprudência existente naquela época, conforme segue:

A vadiagem é uma contravenção cujo requisito da habitualidade não pode e nem deve ser aferido por ato de prisão em flagrante, nem o fato do indivíduo ter assinado um compromisso de assumir emprego lícito, dentro de um prazo fixado pela autoridade contitui [constitui] "per se" a prova da infração. Os seus requisitos precisam ser provados pela Justiça Pública, na qualidade de autora da ação penal, pois ao acusado favorece a presunção de inocência. [...] (O grifo é nosso). A contravenção não se caracteriza pela falta de documentação, mas por meios de subsistência ou de atividade ilícita [...] (fragmento retirado do pedido de Relaxamento de Prisão, datado de 29 de setembro de 1976).

Alguns meses depois, no ano seguinte, o mesmo evento se reproduz, mais uma prisão arbitrária justificada pelas mesmas razões: vadiagem e importunação pública ao pudor. Mesmo que no acontecimento anterior, em setembro de 1976, estivesse anexada uma declaração do seu exercício profissional como cabeleireira em salão de beleza. Nesse outro evento: a prisão em flagrante realizada na noite de 19 de abril de 1977; Veruska estava na "*Avenida Farrapos, proximidades da Rua Almirante Barroso*"; o documento analisado trata-se da Solicitação de Relaxamento da Prisão⁵¹, datado de 3 (três) de maio de 1977, ou seja, o período entre a data dessa prisão arbitrária e a solicitação para que fosse solta foi de 14 dias encarcerada no Presídio Central.

47 Artigos 331 e 331.

48 Parágrafo II, artigo 321.

49 Parágrafo III, artigo 323.

50 Parágrafo IV, artigo 323.

51 FOTO 35/37 - SOLICITAÇÃO DE RELAXAMENTO DA PRISÃO PP - 03/05/1977

Nessa última oportunidade, a argumentação de advogado de defesa em relação ao artigo 61 da LCP deixa claro que a justificativa da prisão está motivada pelo exercício de sua expressão de feminilidade, identificada como desviante da *cisheteronorma*, no espaço público:

O auto de prisão em,quanto [enquanto] ao delito previsto no artigo 61 da LCP, não oferece prova de importunação ao pudor público, se a própria classificação da contravenção é de ser questionada, eis que, embora o requerente se confessado pederasta passivo, esta condição não implica necessariamente que quer se configure o delito do artigo 61 da referida lei (Pedido de Relaxamento de Prisão, 1977).

No que se refere ao artigo 59 da LCP - referido no documento como "*delito de vadiagem*", a primeira alegação do advogado de Verusca não foi muito diferente daquela apresentada no ano anterior, exceto por apresentar uma das realidades de quem atua no mercado informal de trabalho: "*embora não tenha sua documentação em dia e, mesmo assim, os institutos de beleza, não assumem a responsabilidade que lhe impõe as leis trabalhistas e previdenciárias, o que prejudica muito o servidor*". A precarização das relações trabalhistas é uma realidade ainda atual para travestis, que se submetem a essa situação em função da materialização do preconceito expressa através da discriminação no mercado formal de trabalho, e conseqüente exclusão desse meio de reprodução material. Motivo pelo qual a maioria delas tem na prostituição sua única forma de sobrevivência. Isso decorre, entre outras questões, por apresentarem uma expressão de feminilidade divergente daquela que socialmente lhe é atribuída.

Na sequência do documento analisado, ainda sobre o suposto delito de vadiagem, a defesa questiona a interpretação do artigo, no que tange a construção social ontológica do ser "vadio" como alguém capaz, que "*não participa em qualquer atividade laboral e a manutenção de uma condição social que perturbe a convivência em sociedade, fato que não ocorre no presente momento, além do mais, o requerente recebe auxílio de seus familiares*". Conforme argumentado anteriormente, apensar de não possuir carteira assinada, Verusca exercia uma profissão, ainda foi adicionado mais um argumento em relação ao apoio financeira da família, porém a questão da

prostituição ainda não estava em pauta e será abordada no final do pedido de Relaxamento de Prisão.

A argumentação da defesa segue denunciando a perseguição sofrida por Verusca pelo agente daquela DC:

[...] mesmo que o indivíduo pederasta fichado naquela [delegacia] especializada [de costumes] tenha sua vida regularizada profissionalmente, sempre que o encontrar em via pública, o deterá. Insto [Isto] nos mostra vivamente, um [uma] certa perseguição a todo elemento desprovido de uma melhor condição social, ocorrendo então a injustiça pura e simples por parte dos servidores da Segurança Pública, podendo-se aceitar até como um desrescalque, um desabafo, por estarem prestando serviço sob um clima intranquilo (Pedido de Relaxamento de Prisão, 1977).

Mesmo que o fato de sofrer perseguição esteja registrado, entendo que foi atenuada na argumentação do advogado de defesa: "*um [uma] certa perseguição*"; o que é reforçado pelo fato de anteriormente ter afirmado uma ameaça sofrida: o agente de polícia ao encontro de Verusca, na relação de poder estabelecida entre seus corpos, irá materializar o evento da prisão (arbitrária), independente da situação legal de sua documentação de trabalho. Esse evento, a privação de sua liberdade, está atribuído a sua condição social, descrita nos documentos como uma situação econômica de pobreza, além disso, como manifestação de um tipo de "protesto" que reproduz as condições adversas do trabalho policial. Fica dúbia a alegação do advogado de defesa quando utiliza o adjetivo "certo", pois pode se referir tanto no sentido de qualificar a motivação de perseguição sofrida por Verusca, quando na incerteza de que se trata de uma perseguição sistemática.

Por fim, a argumentação do advogado aborda a prática da prostituição, registrando o que deveria ser óbvio: "*O "trottoir", não é proibido em diploma algum, bem como o homossexualismo não é reprimido pela Lei Penal, desfigurando-se assim, por não estarem tipificadas as contravenções impostas ao acusado*". As manifestações do mecanismo de poder existente, no caso de Verusca, são analisadas sob dois aspectos: de um lado na prática da segurança pública, a utilização do dispositivo legal ou jurídico da LCP, qual seja, o artigo 59, que delimita formalmente o poder do agente de

polícia e se materializa na técnica de exclusão do encarceramento; por outro lado os efeitos de verdade desse mecanismo de poder produzem, na interpretação do Sistema Judiciário que será transmitido e reproduzido.

Uma relação triangular existe entre o poder, as regras de direito e a produção da verdade, conforme descrito por Foucault (1979), em uma relação que se retroalimenta na medida que as técnicas policiais na montagem de um inquérito são forjadas no objetivo de punir as sexualidades desviantes. Afinal, porque Verusca foi perseguida? Podemos verificar a interpretação dos agentes de polícia na aplicação de um dispositivo legal, representantes do Sistema de Segurança Pública, agindo com base em suas crenças e valores morais e, mediante os interesses do Regime Militar. A defesa do advogado, representando a cidadã, na disputa discursiva que produz um regime de verdade relativo às sexualidades desviantes. A interpretação e definição em relação a esse jogo de forças a cargo do Sistema Jurídico, essa instituição representada na figura do juiz de direito, na forma de utilização desse dispositivo legal ou jurídico para sua aplicação e definição de uma sentença, no caso deveria corresponder aos interesses coletivos da sociedade. Esse emaranhado de disputas discursivas se materializava na vida das travestis, que mesmo sem uma condenação já sofriam as sanções disciplinares através da prisão preventiva.

A aplicabilidade dessa Lei estava, inevitavelmente, a mercê da interpretação subjetiva de diversos agentes do Estado e à serviço dos interesses do Regime Militar. A própria disputa discursiva que vai deslocar e construir esse regime de verdade, que diz respeito a expressão da travestilidade, em relação aos sujeitos em questão acontece na medida em que a sanção já está em curso, ou seja, a punição vem antes da própria "verdade". A "justiça" não passa de uma idealização.

Podemos dizer que esse mecanismo legal ou jurídico foi um dos instrumentos pelo qual os agentes da polícia de costumes estabeleciam uma relação com as pessoas que praticavam a prostituição, garantindo legitimidade para o uso da força policial, conseqüentemente cometendo atos de abuso de poder, conforme podemos verificar no seguinte trecho da reportagem do jornal O Globo: "[...] em muitos casos, como uma

espécie de manto para encobrir o abuso de poder da polícia — representante do Estado — nas prisões efetuadas para averiguações" (O Globo, 2014).

Portanto, um mecanismo legal ou jurídico do Estado que utilizado para promover a violência contra grupos "[...] *principalmente pobres, negros e pessoas sem emprego, muitos dos quais inocentes*" (Jornal O Globo, 2014), na notícia não há referência à repressão contra prostituição na década de 1940, não buscamos por registro dessa época. Porém a utilização desse mecanismo jurídico na repressão contra a "vadiagem" foi fortemente incentivada mesmo antes do período da Ditadura Militar - conforme Figura 11.

Figura 12 - Nota sobre repressão à vadiagem publicada no jornal O Globo



Fonte: *site* jornal O Globo⁵²

Este trabalho foca na violência sofrida por travestis durante o Regime Militar, em virtude dos muitos relatos dessa população em relação às violências que sofriam, naquela época, motivadas por essa lei. Os documentos oficiais, contidos nos processos judiciais e encontrados no trabalho de campo retratam a intensa perseguição que essa população sofreu, especificamente na década de 1970, na cidade de Porto Alegre.

52 Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/lei-de-1941-considera-ociosidade-crime-pune-vadiagem-com-prisao-de-3-meses-14738298>>. Acesso: 12 de abr. de 2016.

No caso da Verusca, presa no ano de 1976, enquadrada nos Artigos 59 (descrito acima) e 60 da Lei de Contravenções Penais, o último artigo refere-se ao atentado a moral e aos bons costumes, descrito como: "*Importunar alguém em lugar público ou acessível ao público, de modo ofensivo ao pudor: pena multa de duzentos mil réis a dois contos de réis*" (BRASIL, 1941). O entendimento da polícia de costumes é que tanto o fato de estar travestida, como estar se prostituindo, ambos na rua, era considerado naquela época "*atentado à moralidade*", "*perversão sexual*" e "*transtorno psiquiátrico*", conforme descrito no processo. Outras atividades remuneradas exercidas pelas travestis naquela época eram a realização de shows nas boates e o trabalho em salões de beleza, descrito nos processos, no campo destinado à profissão, como cabeleireiros. No entanto, essas atividades configuravam atividades informais, ou seja, não tinham carteira assinada, o que permitia seu enquadramento no art. 59 da LCP (BARNART; BAUER, 2017).

[...] Inspetor de Polícia, exercendo suas atividades na Seção de Meretrício e Vadiagem desta DC [...] que apresentava preso em flagrante o CONDUZIDO presente, pelo motivo que passa a expor: que o CONDUZIDO se encontrava na Seção de Meretrício e/desde DC, às 14 horas de hoje, ocasião em que o declarante constatou a existência de um "TTO" firmado pelo CONDUZIDO e datado de dois de agosto de 1974; que o declarante perguntou ao CONDUZIDO se o mesmo havia tomado ocupação onesta [honesta] e se poderia fazer prova da mesma, tendo o CONDUZIDO respondido negativamente, isto é, que não tinha nenhum vínculo empregatício que pudesse comprovar; que, ato contínuo, o declarante deu voz de prisão em flagrante [...], pela contravenção de Vadiagem; que apresenta duas testemunhas do fato [dois Investigadores de Polícia] "[...] que o interrogando não trabalha / porque o interrogando é homossexual passivo e pratica o "trottoir" e com isso consegue mais que qualquer profissão. PR: que praticando a prostituição masculina (homossexualismo), o interrogando ganha de Cr\$3.0000,00 a Cr\$4.000,00 (três a quatro mil cruzeiros) mensais; PR: que embora o interrogando seja costureiro mas há muito tempo [...] deixou de costurar, pelos motivos já explicados [explicados]. [...] provê sua subsistência exclusivamente da prática do "trottoir". PR: que a última vez que [...] trabalhou, lícitamente, [...] faz de 6 para 7 anos, trabalhou como doméstica. PR: que se acha [FOTO 66] válido para o trabalho. [...] PR: que a seis anos [...] exerce a prostituição masculina (homossexualismo)." (Auto de Prisão em Flagrante, datado de 25 de abril de 1975 - FOTO 64/65)

Naquela época as travestis eram entendidas como uma expressão das homossexualidades, ou seja, homens homossexuais vestidos de mulher. Essa

compreensão e o fato de estarem se prostituído em espaço público justificava a sua detenção a partir do enquadramento no art. 61 da LCP, considerando um atentado à moralidade, pederastia - uma perversão sexual. O transtorno psiquiátrico estava relacionado com sua condição desviante da normalidade e a patologização dessas expressões das sexualidades, está relacionada com a inclusão da inclusão do "*homossexualismo*" no Código Internacional de Doenças pela OMS.

Outro mecanismo legal ou jurídico analisado neste estudo também foi identificado nos mesmos processos e refere-se ao artigo 61 da LCP: "*Importunar alguém, em lugar público ou acessível ao público, de modo ofensivo ao pudor*". Ao contrário da Lei da Vadiagem que se refere a questão do trabalho, esse mecanismo legal ou jurídico se baseia na construção de um discurso com base moral, na interpretação das travestilidades como um atentado à moral e aos bons costumes

O que será abordado nesta seção refere-se à visão que foi construída durante o Regime Militar, em especial na década de 1970, sobre a prostituição constituir um trabalho, mas não apenas isso, um trabalho lícito ou ilícito. A prostituição nunca foi criminalizada no Brasil, nem mesmo durante a Ditadura Militar, porém o Estado criou estratégias, através dos mecanismos legais disponíveis para repreender e punir essa prática. Os documentos analisados mostram o intenso trabalho da Polícia de Costumes na repressão contra a prostituição de travestis, naquela época entendida como o "*trottoir masculino homossexualismo*".

Apesar da ausência de legislação expressa criminalizando orientações sexuais não-normativas, diversos outros tipos penais foram mobilizados para enquadrar os homossexuais e coibir sua existência aberta. Vadiagem, atentado público ao pudor, corrupção de menores, violação da moral e dos bons costumes, furtos e roubos, uso de drogas, foram alguns dos dispositivos utilizados para instrumentalizar o direito e realizar um controle legal destes grupos, geralmente jogados em um submundo associado a diversos tipos de contravenções e crimes morais e patrimoniais. A prática policial criminalizava, assim, as condutas que a legislação não definia como delitos penais. (QUINALHA, 2017, p. 172-173)

Em virtude da prostituição não ser criminalizada, o regime buscou dentro do arcabouço legal uma forma de coibir essa prática, utilizando o artigo 59 da Lei de

Contravenções Penais para justificar as prisões das travestis que se prostituíam. Esse artigo traz em sua redação o seguinte: "*Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita [...]*". A disputa discursiva versa sobre a prostituição constituir ou não uma atividade lícita, apesar de não ser especificamente criminalizada no Código Penal ou na LCP. O Regime desenvolveu uma estratégia com base no arcabouço legal existente na LCP para reprimir e criminalizar a prática da prostituição, enquadrando no Art. 59 como uma contravenção penal.

[...] se verifica que ele fazia da prostituição masculina a sua profissão, e em caráter habitual, sendo que prova irretorquível desta habitualidade são os diversos processos e apenso, noticiando diversas prisões em flagrante pela prática de trottoir, em várias oportunidades e locais, isso para não falar no rosário de detenções Resta, portanto indagar se tal fato constituiu a contravenção de vadiagem e, a respeito, a resposta, no meu entender, deve ser positiva. [...] (retirado do documento "Audiência de Debates", contido em um dos processos de Patrícia, 1976).

Para que fosse possível punir a prática da prostituição, foi utilizada como estratégia a criação de um discurso que colocasse em disputa seu caráter como trabalho. Para isso, no trecho transcrito abaixo o magistrado utiliza como recurso uma analogia com a mendicância, afirmando a necessidade de qualquer trabalho possuir uma relevância social para ser qualificado como tal e ter uma legitimidade legal. Nota-se que essa analogia, sutilmente, faz-se através do questionamento do uso do corpo para um esforço físico, que no caso da mendicância refere-se ao ato de estender a mão para pedir uma esmola, um esforço que também se faz na prostituição ao utilizar o corpo no ato sexual. Além disso, também cita-se a questão do deslocamento, pois no caso da mendicância as trajetórias dos "*mendigos*" entre um e outro ponto de mendicância, assim como na prostituição, são conhecidas como o "*trottoir*". Por fim, fica claro a qual tipo de prostituição refere-se: a prostituição masculina, e no caso das travestis, ou a noção de travestilidade como entendemos atualmente (vista como uma expressão da homossexualidade), um homem homossexual passivo travestido.

Realmente, não é qualquer ocupação, no sentido físico, que descaracteriza a vadiagem. Não é apenas o trabalho na acepção material que viria impedir o reconhecimento da referida contravenção. Ninguém há de negar, por exemplo, ao falso mendigo um certo dispêndio de energia, o desempenho de uma tarefa física, um determinado esforço, xxx atividade no deslocar-se para o ponto da mendicância, no gesticular para o fim de captar piedade alheia, no implorar a caridade. Tal esforço, tal trabalho, no sentido meramente físico, não há de obstar que ele seja reconhecido como vadio, pois para que o esforço, o trabalho possam contar com o reconhecimento, com a chancela da lei, necessário se faz sejam socialmente úteis e esta utilidade social, em hipótese alguma, sob qualquer ângulo que se a encare, poderá ser admitida no prostituição masculina. Trata-se de uma aberração deformante, que de maneira alguma, poderia contar com o beneplácito [beneplácito] legal [...] O Tribunal de Alçada de São Paulo, entendendo que a prostituição masculina é "atividade que não se enquadra no conceito [conceito] de ocupação lícita [lícita]", proclamou ser "certo que a moral social repudia [repudia] qualquer pretensa liceidade do comércio carnal de passivos" [...] (retirado do documento "Audiência de Debates" contido em um dos processos de Patrícia, 1976)

Na sequência, outra analogia é utilizada como recurso para a punição das travestis e, ao mesmo tempo de tolerância à prostituição de mulheres como um "*mal necessário*" à sociedade. Sua função social e biológica atribuída é fruto de uma sociedade patriarcal, na servidão ao modelo de cidadão de primeira classe, o homem e heterossexual, qual seja: ou como mantenedora do lar e da família, no espaço doméstico, ou como no caso em voga como objeto sexual, no espaço público.

A prostituição feminina é, segundo conceito milenar, "um mal necessário" e a mulher prostituta, de certa forma, está dentro do seu papel biológico, pois está agindo como mulher. Portanto, está ela, num critério amoral, mas realístico, exercendo uma função social (retirado do documento "Audiência de Debates", contido em um dos processos de Patrícia, 1976).

As mulheres prostitutas também foram alvo das rondas policiais da Delegacia de Costumes, porém não pesquisei nenhum dos nomes do livro de registros de detenções da Delegacia de Costumes no arquivo do TJ-RS. A perseguição talvez gerasse uma punição mais branda, ficando apenas a cargo da DC, a partir de uma justificativa moral e no âmbito do sistema de segurança pública, sendo conduzidas às delegacias para averiguações, sem realizar a abertura de um inquérito policial para transferência ao

sistema judiciário. De qualquer forma, mulheres e travestis foram perseguidas nas ruas das cidades brasileiras, sofrendo todo tipo de abuso da repressão policial, o não dito nesses registros, mas registrado a partir das memórias de Marcellly Malta e outras travestis, foi todo tipo de abuso sofrido: extorsão, torturas, violências física e sexual e na pior face das violências, a morte - exclusão sócio-espacial plena.

Assim como nos dias atuais, o poder que passa pelo Estado e atravessa seus agentes permite a materialização de diversos tipos de violências, a situação daquela época também está registrada na manifestação discursiva de do advogado de defesa, retirado do "Pedido de Relaxamento de Prisão" de Patrícia, conforme segue:

QUE mais uma vez o arbítrio policial, o abuso de poder e a prepotência que impera em nossos dias, se fez presente em um ato repulsivo, contra o qual nos opomos e contra o qual nos rebelamos com veemência, por entendermos a injustiça e improcedentes as acusações que recheiam o processo [...], no qual consta como tendo sido preso em "flagrante" o indiciado acima caracterizado (Pedido de Relaxamento de Prisão, 1976)

Nesse sentido seu advogado sustenta a tese de que o flagrante foi forjado pelos policiais, porém atribuí a isso um conflito de ordem pessoal entre o inspetor de polícia e Patrícia, transcrito abaixo, não atentando a questão para uma perseguição de ordem sistemática à população de travestis. Segundo aponta Ferreira (2017), essa questão apesar de parecer de ordem individual, por referir-se às subjetividades, ao contrário a sujeição criminal⁵³ possui exatamente uma dimensão de ordem coletiva, além disso, analisando as características socioeconômicas na escala da América Latina que "[...] contribuiu para que os sistemas de justiça favoreçam essa definição, já que, na prática, as classes subalternas, quando acusadas, é que na maioria das vezes precisam provar inocência" (Ibid, p. 219).

53 "A sujeição criminal é o processo social pelo qual identidades são construídas e atribuídas para habitar adequadamente o que é representado como um 'mundo à parte', o 'mundo do crime'. Há sujeição criminal quando há reprodução social de 'tipos sociais' representados como criminais ou potencialmente criminais: *bandidos*" (Misse, 1999, p. 71 *apud* FERREIRA, 2017, p. 219).

A vítima encontrava-se jantando na oportunidade em companhia de uma pessoa amiga, quando o aludido inspetor de polícia, seu inimigo de há muitos e muitos anos, proveitou-se da oportunidade e deu-lhe voz de prisão, FORJANDO UM FLAGRANTE, IMPERFEITO, MAL INTENCIONADO E DESCABIDO DE FUNDAMENTAÇÃO [...] Faltam elementos para compor o flagrante perfeito, e a nossa jurisprudência e farta em prejulgados dessa natureza, em recursos que pela falta sua fundamentação e amparo legal não dão acolhida nem amparo em gestos tão equívocos tão paradoxais, tão exdrúxulos, tão uniformes, tão unilaterais, contra liberdade de ir e vir da pessoa humana. (Pedido de Relaxamento de Prisão, 1976, transcrito conforme consta nos originais).

O advogado inclusive atenta para "*liberdade de ir e vir*" onde a punição materializada na privação de liberdade e interdição das trajetórias das travestis, conforme descrito no caso acima, sofreu um falso flagrante. Sendo que mesmo que estivesse de fato se prostituindo, ainda assim, seria uma arbitrariedade e um abuso de poder das autoridades policiais com base na interpretação do mecanismo legal da vadiagem. Interpretação esta baseada em seus valores morais e intencionalidades políticas do regime.

As democracias recentes dos Estados Nações na América Latina utilizam como estratégia de controle das violências o exercício da própria violência, através das práticas de tortura e prisões arbitrárias materializadas pelas suas instituições através da figura de seus agentes (ZAFFARONI, 1999; PINHEIRO, 1997 *apud* FERREIRA, 2017). A impunidade e naturalização são características intrínsecas dessa estratégia do Estado, portanto, não podem ser entendidas como exceção, visto que se reproduzem cotidianamente nas relações com populações marginalizadas.

A interpretação e aplicação da lei cabem aos agentes policiais que atuam nesses espaços, submetidos às ordens dos delegados de polícia, seus superiores diretos. Elementos considerados suspeitos eram caçados pela polícia nas ruas dos grandes centros urbanos, "a subjetividade da aplicação da contravenção penal de vadiagem fazia com que estereótipos como os de travestis, gays e lésbicas tornassem alvos preferenciais da polícia" (OCANHA, 2015, p. 151).

3.3 A negação da vivência espacial na atividade de prostituição

"A visibilidade é uma armadilha"

Michel Foucault

Vigiar e Punir (p. 194)

No texto de Michel Foucault (1979), "O Nascimento da Medicina Social", o autor reconstrói três etapas na construção da Medicina Social: a medicina de Estado na Alemanha, no começo do século XVIII; a medicina urbana na França, no final do século XVIII e; finalmente, a medicina dos pobres na Inglaterra, no século XIX.

A medicina dos pobres, da força de trabalho, do operário não foi o primeiro alvo da medicina social, mas o último. Em primeiro lugar o Estado, em seguida a cidade e finalmente os pobres, trabalhadores foram objeto da medicalização." (FOUCAULT, 1979, p. 93)

Na década de 1970, a prática da prostituição das travestis era denominada como o *"trottoir masculino homossexualismo passivo"* nos documentos analisados, ou seja, era vista como uma patologia que assolava os grandes centros urbanos do país. Não só a prostituição, mas também a jogatina e o comércio de drogas tinham que ser reprimidos. Nesse sentido, a estratégia da Polícia de Costumes foi semelhante com àquela utilizada para conter a peste, quando o espaço urbano também foi esquadrinhado, divididos nas Seções de Meretrício e Vadiagem; Jogos e Diversões e Toxicomania.

A cidade devia ser dividida em bairros que se encontravam sob a responsabilidade de uma autoridade designada para isso. Esse chefe de distrito tinha sob suas ordens inspetores que deviam durante o dia percorrer as ruas, ou permanecer em suas extremidades, para verificar se alguém saía de seu local. Sistema, portanto de vigilância generalizada que dividia, esquadrinhava o espaço urbano (FOUCAULT, 1979, p. 88)

Parece-me que o um dos focos da repressão da ditadura foi à prostituição, visto que os registros do "Livro de Detenções Costumes" foi quase na totalidade das detenções de mulheres e travestis. A estratégia implementada nos moldes de uma

composição dos esquemas de combate à lepra e à peste: o esquadramento do espaço urbano e a formação de uma equipe de vigilantes das ruas das grandes cidades brasileiras.

Houve fundamentalmente dois grandes modelos de organização médica na história ocidental: o modelo suscitado pela lepra e o modelo suscitado pela peste. Na Idade Média, o leproso era alguém que, logo que descoberto, era expulso do espaço comum, posto fora dos muros da cidade, exilado em um lugar confuso onde ia misturar sua lepra à lepra dos outros. O mecanismo da exclusão era o mecanismo do exílio, da purificação do espaço urbano. Medicalizar alguém era mandá-lo para fora e, por conseguinte, purificar os outros. A medicina era uma medicina de exclusão (FOUCAULT, 1979, p. 88).

No final do século XVII, quando o modelo da peste era implementado em uma cidade, tinha por objetivo que a doença não se espalhasse entre seus habitantes. Seguido de um procedimento, um rito que consistia no esquadramento do espaço urbano, uma divisão da cidade para uma vigilância constante, se exercia *"[...] um policiamento espacial estrito [...] Espaço recortado, imóvel, fixado. Cada qual se prende a seu lugar. E, no caso se mexa, corre perigo de vida, por contágio ou punição"* (FOUCAULT, 2011, p. 190). O espaço urbano era constantemente inspecionado por um corpo de milícia composto de bons oficiais, que exerciam o poder de polícia para vigiar os habitantes. A medicina de Estado, na Alemanha, se caracterizava por ser um modelo administrativo e de máxima estatização.

Em 1764, foi introduzido na Alemanha o conceito de "polícia médica", contribuindo para consolidar um sistema de pensamento e comportamento administrativo que atribuía ao Estado o governo do bem-estar e da saúde dos indivíduos, a partir do estabelecimento de normas e regulamentos de conduta. A polícia médica foi uma tentativa de analisar sistematicamente os problemas de saúde da sociedade (GUIMARAES, 2015, p. 42, FOUCAULT, 2011, 1979).

A Polícia de Costumes atua na vigilância da moral e dos bons costumes, no caso das travestis como homossexuais passivos, doentes e pervertidos, foram vigiadas, perseguidas, registradas e controladas pelo poder do Estado através das rondas policiais como no modelo da peste.

Esses vigias de rua ou de bairro deviam fazer todos os dias um relatório preciso ao prefeito da cidade para informar tudo que tinham observado. Sistema, portanto não somente de vigilância, mas de registro centralizado [...] Os inspetores deviam diariamente passar em revista todos os habitantes da cidade [...] Esse esquema da quarentena foi um sonho político-médico da boa organização sanitária das cidades, no século XVIII (FOUCAULT, 1979, p. 88).

No período do nascimento da medicina urbana, na França do século XVIII, o aumento da tensão a partir do surgimento de revoltas urbanas⁵⁴ e o receio das epidemias urbanas, surge o que Foucault (1979) chamou de "medo urbano, medo da cidade, angústia diante da cidade" (p.87). Essas transformações em Paris, geraram uma "inquietação político-sanitária que se forma na medida em que se desenvolve o tecido urbano" (p.86). Como consequência surge a necessidade de intervenções para controlar esses fenômenos que afligem a população urbana, adota-se o modelo médico e político da quarentena. Esse modelo de intervenção surgiu no final da Idade Média em todos os países da Europa e era adotado no surgimento de epidemias nas cidades.

A medicina urbana com seus métodos de vigilância, de hospitalização, etc., não é mais do que um aperfeiçoamento, na segunda metade do século XVIII, do esquema político-médico da quarentena que tinha sido realizado no final da Idade Média, nos séculos XVI e XVII. A higiene pública é uma variação sofisticada do tema da quarentena e é daí que provém a grande medicina urbana que aparece na segunda metade do século XVIII e se desenvolve sobretudo na França" (FOUCAULT, 1979, p.89).

A medicina urbana possui três principais objetivos: analisar o espaço urbano para identificar possíveis locais de risco para criação e/ou propagação de doenças, que possam gerar epidemias ou endemias; controlar a circulação da água e do ar na cidade (FOUCAULT, 1979).

De maneira análoga, no final dos anos 1960, durante a ditadura militar brasileira, no chamado período de "efervescência cultural antes do Ato Institucional n. 5 (AI-5)

54 No final do século XVIII, ao contrário, as revoltas camponesas entram em regressão, acalmam-se em consequência da elevação do nível de vida dos camponeses e a revolta urbana torna-se cada vez mais frequente com a formação de uma plebe em vias de se proletarizar. Daí a necessidade de um poder político capaz de esquadrihar essa população urbana" (FOUCAULT, 1979, p.86).

surgiram manifestações de certa politização entre alguns gays e lésbicas que apontavam a possibilidade de um movimento político" (GREEN; QUINALHA, 2015, p. 6). Na França, no século XVIII, foi adotado o modelo médico e político da quarentena para controlar a crise político-sanitária. No Brasil, a implementação do AI-5, uma estratégia repressiva adotada para lidar com a crise política do Regime Militar, na sua especificidade em relação às expressões das sexualidades desviantes, o início de uma crise moral da sociedade que ameaçava a ditadura.

Logo depois do AI-5, pararam de editar o jornalzinho por causa de um incidente com a polícia na Cinelândia e da preocupação em ser confundido com publicações "subversivas" das esquerdas clandestinas. Segundo Agildo Guimarães, o editor do *Snob*, o acirramento da violência estatal também os atingira: passaram a ser interpelados [...] quando distribuía seus jornais e boletins, pois os agentes da repressão julgavam que fossem panfletos da resistência ao regime (GREEN; QUINALHA, 2015, p. 7)

Os espaços de sociabilidade dos sujeitos LGBT foram conectados a resistência contra o regime militar (GREEN, QUINALHA, 2015). Representava para o regime um "medo" (perigo) que se espalhava pelas cidades, um tipo de "epidemia" urbana de expressões das sexualidades desviantes que necessitava de controle.

O jornalzinho publicou um artigo de sua autoria, intitulado "Protesto", no seu último número em 1969, sobre uma cena imaginária quando um grupo de gays e travestis resolveram protestar contra a repressão policial. A criação deste evento fictício sinalizava a existência de ideias embrionárias sobre a possibilidade de uma organização política de gays, lésbicas e travestis. Infelizmente, esses sentimentos foram abortados com a onda de repressão após o dia 13 de dezembro de 1968 (GREEN, QUINALHA, 2015, p. 7)

No que se refere às travestis, houve um **interdição** político-moral para sua exclusão do espaço urbano através das técnicas de encarceramento para higienização da cidade dessa ameaça subversiva ao Regime Militar, um atentado à moral e aos bons costumes, uma ameaça à família e a formação da juventude masculina, conforme será verificado nos diversos fragmentos retirados dos documentos analisados e transcritos abaixo.

Fragmentos retirados dos processos de Patrícia:

O atuado que foi recolhido ao Presídio Central à disposição da Justiça, possui [possui] várias entradas nesta Especializada pela prática das mesmas contravenções, conforme Boletim de Antecedentes Policiais constantes nos autos, sendo reincidente específico (Fragmento do Relatório⁵⁵ de inquérito de **Patrícia**, datado em **22 de setembro de 1975**, assinado pelo Delegado de Costumes Arthur Flores Pinto, enviado ao Sistema de Justiça).

No Relatório de um dos inquéritos de Patrícia, transcrito acima, registra a informação das diversas prisões arbitrárias que sofreu, conforme apresentado no documento Boletim de Antecedentes Criminais, datado em 19 de setembro de 1975 (Figura 13).

Figura 13 - Boletim de Antecedentes Policiais de Patrícia

DELEGACIA DE POLÍCIA de(o) **COSTUMES**

BOLETIM DE ANTECEDENTES POLICIAIS

Nome: [REDACTED] Apelido: **"Patrícia"**

Filiação: [REDACTED]

Cor: **Branca** Estado Civil: **Solteiro**

Nacionalidade: **Brasileira** Naturalidade: **Alegrete/RS**

Idade: **25 anos** Profissão: **Costureiro**

Residência: **Rua Barão de Bagé, 937 - Vila Jardim - n/Capital**

DATA	HISTÓRICO
13.03.70	Detido na Assis Brasil, por prática de "trottoir"
13.11.71	Detido na Sarmento Leite, por prática de "trottoir"
19.11.71	Detido na Assis Brasil, por prática de "trottoir"
05.11.74	Detido na Farrapos, por prática de "trottoir"
23.04.75	Detido na Farrapos, por prática de "trottoir"
25.04.75	Autuado em Flagrante por Vadiagem, artº 59 da L.C.P., cujo processo sumário tomou o nº 57/75 e remetido à Justiça em 30.04.75.

Fonte: Acervo TJ-RS.

55 FOTO 29/32 - "RELATÓRIO" - 22/09/1975

Em um fragmento de outro Relatório de inquérito, transcrito abaixo, e assinado pelo mesmo delegado Arthur Flores Pinto, apenas 2 (dois) meses depois do anterior, Patrícia foi encaminhada ao Presídio Central

Antecedentes: o autuado é fichado na Seção de Meretrício e Vadiagem desta DC, onde tem várias entradas pelos mesmos motivos e que é a terceira vez que autuado em flagrante pela prática das contravenções de "trottoir" e vadiagem, sendo recolhido ao Presídio Central (Fragmento do Relatório de inquérito de Patrícia, datado em **28 de novembro de 1975**, assinado pelo Delegado de Costumes Arthur Flores Pinto, enviado ao Sistema de Justiça).

O fragmento abaixo foi retirado do pedido de Habeas Corpus emitido pelo advogado de defesa, datado em 24 de março de 1976, apenas 4 (quarto) meses depois estava privada de liberdade no Presídio Central. Importante ressaltar que as travestis eram detidas nas ruas e encarceradas nas próprias delegacias, outras vezes encaminhadas ao Presídio Central.

O paciente acima qualificado encontra-se recolhido ao presídio Central, por determinação do Delegado de Polícia da Delegacia de Costumes desta Capital, por ter sido incurso, segundo aquele profissional nos arts 59 e 61 da Lei de Contravenções Penais (Pedido de Habeas Corpus em grau de recurso, emitido pelo advogado de defesa de Patrícia, datado em **24 de março de 1976**).

Apenas 3 (três) meses depois após o último evento de prisão arbitrária, quando foi encaminhada no Presídio Central, não sendo possível determinar os dias de encarceramento vivenciados nas delegacias de polícia durante intervalo que esteve em "*liberdade*"⁵⁶, Patrícia foi mais uma vez encaminhada ao Presídio Central pelas mesmas acusações, qual seja, estar travestida expressando diferentes formas de vivenciar feminilidade em espaço público, estar praticando a prostituição. Nesse Relatório de inquérito, datado em 16 de julho de 1976, fragmento transcrito abaixo, também está registrado que como estratégia de resistência, Patrícia, altera suas trajetórias para

56 Aqui utilizo o recurso entre aspas por entender que quaisquer cidadãos que sofram perseguições sistemáticas do Estado, ameaçados por prisões arbitrárias, tortura, extorsão e violências, não estejam de fato experienciando uma sensação de liberdade.

escapar da prisão arbitrária, sendo literalmente perseguida pelos agentes de polícia nas ruas.

[...] avistaram o acusado que se encontrava travestido, fazendo o "trottoir" masculino e ao perceber àproximação [aproximação] da viatura, saiu em desabalada carreira, tentando a fuga, mas foi perseguido pelos policiais e preso logo a seguir, ocasião em que o condutor deu **voz de prisão em flagrante** ao conduzido, que foi **recolhido ao xadrez** a disposição desta Especializada, sendo no dia seguinte, transportado para esta DC, por onde foi iniciado o presente processo sumário (Fragmento do Relatório de inquérito de Patrícia, datado em 16 de junho de 1976, assinado pelo Delegado de Costumes Arthur Flores Pinto, enviado ao Sistema de Justiça, grifo meu)

No trecho abaixo, retirado do Relatório de inquérito em questão, pode-se destacar uma questão importante até então não abordada: a invisibilidade do cliente na prática de prostituição. A prática da prostituição, seja de travesti ou mulheres transexuais ou homens e mulheres cisgênero, ainda é um tabu na nossa sociedade, inclusive para os grupos de militância, que se eximem do debate acerca dessa temática por conservadorismo ou interesse político. A omissão desse debate também contribui para invisibilizar um ator sexual importante: os clientes. A marginalização ao qual são submetidas mulheres travestis e transexuais em situação de prostituição, em geral, não acompanha o debate de quem são os usuários/exploradores (clientes) desses serviços sexuais (BARNART, 2014, GOLIN, 2013).

A forma como a questão da prostituição está registrada nos processos de forma unilateral, os clientes estão protegidos pela pretensa moral da sociedade, pois em geral, é o homem branco heterossexual e cristão, integrante da família tradicional, uma construção social de exemplo a ser seguido representante da moral e dos bons costumes. Por isso, os registros apresentam as travestis como seres à procura ou à caça de homens para realização dos programas, a espreita pala aliciar, perverter ou "contaminar" os "homens de bem". Outra questão importante de ressaltar sobre o intenso comércio sexual de travestis, nos anos 1970, está no fato de que a maioria delas iniciou a prática da prostituição muito cedo, antes dos 18 anos de idade, muitas delas na

faixa etária entre 12 e 14 anos, sendo que os clientes, em sua maioria, são homens adultos.

A prática da prostituição é relacional, entendida como uma relação poder. Se existe oferta é por que há uma demanda, ou seja, também pode ser entendida como uma relação comercial. A ciência econômica nos mostra que é a demanda que determina a oferta, em outras palavras, se existe um grande número de trabalhadores e trabalhadoras sexuais oferecendo seus serviços é por que existe um número maior ainda de clientes à procura dos serviços sexuais.

O réu é um dos muitos homossexuais que infestam as ruas dessa Capital, **travestido à procura de "programas"**, homossexualismo, se portanto de maneira atentatória à moral e aos bons costumes [...] Finalmente, disse o autuado, que tem várias entradas nesta Especializada e que é **a sexta vez que é autuado nesta DC**, por Vadiagem e Importunação Ofensiva ao Pudor. Antecedentes: O acusado possui movimentada ficha nesta DC, pois foi detido por várias vezes pela prática do "trottoir", conforme consta no Boletim de Antecedentes Policiais [...] O acusado, após ter sido autuado em flagrante nesta Especializada, foi recolhido ao Presídio Central, nesta Capital, onde deverá permanecer à disposição da Justiça (Fragmento do Relatório de inquérito de Patrícia, datado em 16 de junho de 1976, assinado pelo Delegado de Costumes Arthur Flores Pinto, enviado ao Sistema de Justiça, grifo meu)

Na Solicitação de Defesa, transcrita abaixo, emitida pelo advogado de Patrícia, está registrado o número de dias que estava presa: 32 dias. Em sua defesa foi alegado a impossibilidade de procurar emprego considerado lícito, trabalho formal, uma vez que estava sendo "caçada" pelas autoridades policiais nas ruas de Porto Alegre. Além disso, também está registrada a prática de extorsão sob ameaça de arma de fogo. A extorsão também está registrada nos documentos oficiais do Estado, a partir um processo que não entrou na amostra dessa pesquisa por tratar-se de uma sindicância instaurada contra um agente da polícia, que explorava mulheres e travestis que se prostituíam nas imediações da Av. Assis Brasil, também na década de 1970.

Que está prêso [preso] há 32 dias [...] Que há muito vem sofrendo sistemática perseguição por parte da Polícia que não lhe deixa nem mesmo sair às ruas em busca de emprêgo [emprego] Que tal perseguição deve-se ao fato de o acusado negar-se, quando interpelado a dar dinheiro às tais autoridades [...] Que por ocasião do último flagrante, foi o mesmo prêso

[preso], **sob ameaça de revólver**, na esquina da rua Cairú, com a Av. Farrapos, quando aguardava a condução que o levaria para sua residência em Canoas. [...] Que tem residência fixa e é primário. Diante dos motivos acima expostos, Requer se digne V. Exa. decretar o competente Relaxamento de Prisão, mandando expedir o competente e respectivo Alvará de Soltura prometendo seguir à risca as determinações impostas por vosso sábio critério. (Soliditação de Defesa Prévia⁵⁷, emitido pelo advogado de defesa A.P.S.; datado em 16 de julho de 1976, grifo meu).

Por fim, encerramos o caso das prisões arbitrárias e perseguição sistemática de Patrícia apresentando o deferimento do pedido de Relaxamento de Prisão, que na oportunidade já estava presa a quase o equivalente da metade do tempo de detenção previsto para a contravenção penal de que estava sendo acusada.

Figura 14 - Fragmento de processo

A seguir pelo MM.Juiz foi dito que relaxava a prisão do réu considerando encontrar-se ele preso a mais de uj mes, tendo cumprido quase a metade da pena máxima que lhe poderia ser imposta e tendo em vista, ainda, que, tratando-se de réu primário, muito possivelmente obteria o sursis. Disse mais o Dr. Juiz que designava o dia 30 de julho às 15,00 horas, para a audiência e ouvida de testemunhas eventualmente arroladas pela defesa, terminando ainda se apensasse ao presente os demais proce sos que responde o réu, mesmo os com instrução já encerrada. Nada mais. a Aux-Jud.

Fonte: TJ-RS.

Fragmentos retirados dos processos de Ana:

[...] J.C.M. possui mé [má] folha sobre a vida pregressa [...] mau boletim de antecedentes policiais [...] e má certidão de antecedentes judiciais [...] atualmente recolhido ao Presídio Central [...]" (Fragmento retirado de documento emitido pela Procuradoria Geral de Justiça - Ministério Público, datado em 13 de outubro de 1975).

Os policiais MT e OSR, integrantes de uma das equipes desta Especializada de combate ao "trottoir" e vadiagem, [...], surpreenderam o presente autuado, homossexual já conhecido dos policiais, na prática das contravenções penais

57 FOTO 266, 267, 268 - "DEFESA PRÉVIA" - 16/07/1976

de Vadiagem e Importunação Ofensiva ao Pudor. Primeiro, porque o mesmo (JCM) havia assinado termo de tomar ocupação lícita, nesta Especializada, em 08.10.1975, e como em outras vezes, não deu a mínima importância ao compromisso firmado. Segundo, por estar se comportando de maneira inconveniente à moral e aos bons costumes, em plena via pública, trajando-se sumariamente [...] Disse, também que é homossexual passivo e pratica a prostituição masculina há dois anos, em diversos locais desta Capital [...] Concluindo: entendemos, que o homossexual JCM, vulgo "ANA", por tudo que foi exposto e do que consta nos presentes autos, é vadio contumaz e praticou as contravenções penais previstas nos artigos 59 e 61 da L.C.P., respectivamente, Vadiagem e Importunação Ofensiva ao Pudor, pelo que deverá responder perante a Justiça Pública. O réu, após ter sido autuado em flagrante nesta Especializada, foi recolhido ao Presídio Central, nesta Capital (Fragmento retirado do Relatório⁵⁸ de inquérito, assinado pelo Delegado Arthur Flores Pinto, datado em 29 de março de 1976).

Fragmentos retirado dos processos de Alissandra:

[...] vulgo "ALISSANDRA" que vai ser recolhido ao PC [...]

[...] ao passarem pela Av. Farrapos, esquina rua 7 de abril, depararam com o conduzido presente, travestido, fazendo "trottoir" masculino, procurando atrair homens que por ali passassem, para consigo fazerem "programas" de homossexualismo, portando-se de maneira incompatível com a moral e aos bons costumes. [...] na ocasião não apresentou comprovante convincente de estar exercendo uma atividade lícita [...] o acusado tinha conhecimento que havia assinado um TTO nesta DC, no dia 21 de outubro de 1975 e embora dissesse que após isso tivesse trabalhado numa firma com carteira assinada e em outra Firma, confirmou que atualmente está em plena ociosidade promovendo sua subsistência exclusivamente da prostituição masculina-homossexualismo, tendo como ponto de preferencia, o local onde foi preso, ou seja, na Av. Farrapos, esquina com Rua 7 de abril, nesta Capital." [...] faz dois anos que faz o "trottoir" masculino travestido e cobra por seus "programas", quando no interior de automóveis - cinquenta cruzeiros e em quartos de hotéis, cem cruzeiros, auferindo a base de trezentos cruzeiros por semana. Antecedentes: O réu possui várias entradas na Seção de Meretrício e Vadiagem desta Especializada, conforme BAP [...]" (Fragmento retirado do Relatório de inquérito de Alexandra, datado em 26 de novembro de 1976).

Fragmentos retirado dos processos de Verusca:

"[...] o réu, travestido, se entrar em flagrante afronta à moral e os bons costumes, abordando os transeuntes com gestos obscenos, convidando-os para com ele manterem relação de sexo [...] Conduzindo Verusca até esta DC, onde interrogado, disse viver exclusivamente da pratica do homossexualismo [...] O réu é vadio contumaz por conveniência, pois embora alegue que é válido para o trabalho, se mantém na ociosidade. JRMR [Verusca] , após autuado em flagrante, foi recolhido ao PC [Presídio Central] à disposição da

Justiça" (Fragmento retirado do Relatório de inquérito de Verusca, datado em 27 de abril de 1977)

A complexidade para sistematização dessas informações seja ou pela falta de informações nos processos, ou pela própria falta de registro das autoridades policiais, tornou impossível determinar o número exato de prisões arbitrárias e dias de privação de liberdade. De qualquer forma, acredito mais importante é realizar o registro de forma mais fidedigna possível e narrar esses acontecimentos com as informações que estão disponíveis até o momento. As travestis ou as expressões das travestilidades, representavam diversos perigos expostas nas ruas, de ordem política justificado pela moral, de ordem econômica que ameaçava o Sistema Capitalista e de ordem científica justificada pelos saberes médicos e psiquiátricos.

E o esquema suscitado pela peste; não mais a exclusão, mas o internamento; não mais o agrupamento no exterior da cidade, mas, ao contrário, a análise minuciosa da cidade, a análise individualizante, o registro permanente, não mais um modelo religioso, mas militar. É a revista militar e não a purificação religiosa que serve, fundamentalmente, do modelo longínquo para esta organização político-médica (FOUCAULT, 1979, p. 88-89).

O saber médico e político compõe o modelo da quarentena, adotado desde o final da Idade Média em todos os países da Europa, que consiste em um "*regulamento de urgência*" em termos contemporâneos, a partir da imobilidade dos habitantes em suas casas permitia que cada indivíduo fosse constantemente localizado e examinado, o que possibilitava controlar e registrar, através de relatórios, o número de habitantes saudáveis, doentes ou mortos (FOUCAULT, 2014, 1979).

A peste como forma real e, ao mesmo tempo, imaginária da desordem tem a disciplina como correlato médico e político. Atrás dos dispositivos disciplinares se lê o terror dos 'contágios', da peste, das revoltas, dos crimes, **da vagabundagem**, das deserções, das pessoas que aparecem e desaparecem, vivem e morrem na desordem (FOUCAULT, 2014, p. 192, grifo meu).

A prostituição de mulheres foi considerada "*um mal necessário à sociedade*", as mulheres prostitutas vistas como cumprindo seu papel biológico e social, por isso, de

certa forma tolerada. A prostituição de travestis entendidas como uma doença, rigorosamente disciplinada, excluída e punida.

O próprio internato dos loucos, malfeitores, etc., em meados do século XVII, obedece a esse esquema. Em compensação, existe um outro grande esquema político-médico que foi estabelecido, não mais contra a lepra, mas contra a peste. Neste caso, a medicina não exclui, não expulsa em uma região negra e confusa. O poder da medicina consiste em distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, individualizá-los, vigiá-los um a um [...] fixar, assim, a sociedade em um espaço esquadrinhado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente e controlado por um registro, tanto quanto possível completo, de todos os fenômenos. Tem-se, portanto, o velho esquema médico da reação à lepra que é de exclusão, de exílio, de forma religiosa, de purificação da cidade, de bode expiatório [...] A higiene pública é uma variação sofisticada do tema da quarentena e é daí que provém a grande medicina urbana que aparece na segunda metade do século XVIII e se desenvolve sobretudo na França (FOUCAULT, 1979, p.89).

A medicina urbana, na França, possui um caráter higienista, de controle político-científico do espaço urbano, sendo na relação entre organismo⁵⁹ e o espaço que se justifica a medicalização das cidades (FOUCAULT, 1979).

Ocorreu que os mecanismos de exclusão da loucura e de vigilância da sexualidade infantil evidenciaram, a partir de determinado momento e por motivos que é preciso estudar um lucro econômico e uma utilidade política, tornando-se, de repente, naturalmente colonizados e sustentados por mecanismos globais do sistema do Estado. É focalizando nessas técnicas de poder e mostrando os lucros econômicos ou as utilidades políticas que delas derivam, num determinado contexto e por razões, que se pode compreender como esses mecanismos acabaram efetivamente fazendo parte do conjunto (FOUCAULT, 1979, p.187).

Da mesma maneira que ocorre com a loucura e a sexualidade infantil, o Poder Judiciário não se importa com as travestis ou com o *"homossexualismo-passivo"* em si, mas os procedimentos de exclusão e vigilância da moral e dos bons costumes

59 "Era uma velha crença do século XVIII que o ar tinha uma influência direta sobre o organismo, por veicular miasmas ou porque as qualidades do ar frio, quente, seco ou úmido em demasia se comunicavam ao organismo ou, finalmente, porque se pensava que o ar agia diretamente por ação mecânica, pressão direta sobre o corpo. O ar, então, era considerado um dos grandes fatores patógenos. Ora, como manter as qualidades do ar em uma cidade, fazer com que o ar seja sadio, se ele existe como que bloqueado, impedido de circular, entre muros, casas, os recintos, etc? Daí a necessidade de abrir longas avenidas no espaço urbano, para manter o bom estado de saúde da população" (FOUCAULT, 1979, p. 90).

perceberam, durante esse período histórico, a necessidade de formação de uma juventude que pudesse se tornar economicamente útil ao próprio sistema econômico capitalista. A presença delas no espaço público representava um perigo de fins econômicos e sociais. Os fins econômicos: a sua subsistência através do trabalho sexual como uma prática sem relevância para sociedade e para o desenvolvimento econômico, sem possibilidade contribuir ao sistema capitalista. As expressões das travestilidades entendidas como uma questão médica psiquiátrica acoplada de um desvio moral e de caráter, tornando-se uma "*aberração deformante*" portadora de uma doença, precisava ser combatida como tal.

Conforme foi descrito em um dos processos, a questão que emerge como um problema político e social a ser combatido pelas autoridades do regime não é o "homossexualismo" em si, pois este deve ser uma questão de relevância médica e psiquiátrica, mas o ganho econômico através da sua condição "doente" não poderia ser tolerado visto que não era útil ao sistema econômico. Isso justifica a descrição detalhada dos valores dos programas e a necessidade de comprovar a sua subsistência **exclusivamente** através do trabalho sexual considerado ilícito, mesmo sem ser diretamente criminalizado.

[...] o interrogado é homossexual passivo, pratica o "trottoir" masculino e não trabalha; que praticando o "trottoir" consegue o suficiente para sua subsistência; PR: que praticando a prostituição masculino (homossexualismo), o interrogado ganha de Cr\$3.000,00 a Cr\$4.000,00 (tres [três] a quatro mil cruzeiros) mensais; PR: que é costureiro mas não está exercendo a profissão há muito tempo e que prove sua subsistencia [subsistência] exclusivamente da prática do "trottoir"; PR. que a última vez que o declarante trabalhou em atividade lícita foi como "doméstico", em uma casa de família [...] e fazem seis (6) anos [...]PR: [...] que cobra de Cr\$50,00 a 100,00 (cem cruzeiros por seus programas (PROCESSO PATRÍCIA LIBS, 1975).

Além disso, o trecho acima, extraído do "Auto de Prisão em Flagrante" dos processos de Patrícia LIBS, demonstram que o apesar de sua profissão declarada ser de costureiro, não era suficiente para evitar a autuação e detenção, pois além de não estar exercendo a atividade, e mesmo que estivesse, era necessário apresentar os documentos comprobatórios de tal prática profissional. Se estivesse exercendo tal

profissão de modo autônomo também não seria suficiente para evitar a prisão, caso não tivesse os documentos comprobatórios, como veremos no caso seguinte. Há outra contradição que podem ser problematizadas nas descrições dos processos: apesar de considerar o "*homossexualismo masculino*" uma doença está descrito que o interrogado não sofre de nenhuma enfermidade - conforme extraído no trecho transcrito abaixo - por isso apto ao trabalho lícito, ou seja, um vadio - não trabalha por opção, escolhe a prostituição.

[...] que não sofre nenhuma enfermidade e se considera válido para trabalho, mas que não trabalha pelos motivos já expostos - PR. que é fichado na Seção de Meretrício e Vadiagem onde tem cinco entradas. PR: que é a terceira vez que é autuado em flagrante pela prática do "trottoir" masculino. PR: que costuma fazer o "trottoir" na Av. Farrapos, esquina Sarmiento Barata, embora ontem (18.09.1975) tenha sido preso na Av. Assis Brasil, esquina com Rua Alberto Silva. PR: que não promove atos ofensivos ao pudor e se limita a esperar que seus "freguêzes" venha ao seu encontro. [...] PR: que nunca foi preso por outras Delegacias. Nada mais disse. Dada a palavra ao Defensor este nada requereu. E, como nada mais dissesse nem lhe fosse perguntado, mandou a autoridade, fosse encerrado o presente Auto de Prisão em Flagrante, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado por todos [...]"⁶⁰ (PROCESSO PATRÍCIA LIBS, 1975)

Durante a produção discursiva da prostituição "*masculino homossexualismo passivo*" como uma questão de relevância jurídica ocorre um refinamento das técnicas de poder, na relação entre a polícia e o judiciário: os agentes de polícia (inspetores e delegado de costumes) apreendem como forjar um inquérito policial que justifique a punição das travestis, sendo útil para fins de higienização do espaço urbano.

A visibilidade crescente da alta concentração homossexual nas grandes cidades, com maior presença das travestis a partir dos anos 1973 e 1974, especialmente em São Paulo, trabalhando como prostitutas, foi um fenômeno significativo para o tratamento desses corpos marcados por sexualidade e gênero dissidentes" (QUINALHA, 2017, p. 174).

O crescimento do número de travestis nas ruas foi combatido como uma epidemia que se alastrava no espaço urbano, capaz de contaminar a juventude em desenvolvimento, assim colocando em risco o desenvolvimento econômico. A

60 FOTO 18/19 - "AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE" - 19/09/1975

destruição da família se dá, pois, a presença desses sujeitos considerados subversivos poderia, mais cedo ou mais tarde, atrair os cidadãos de bem que circulavam pela cidade ou contaminar a juventude. O homem jovem, uma vez "contaminado" por essa patologia poderia se tornar uma delas, contribuindo para "*infestar*" (conforme será exposto a seguir) as ruas da cidade: "[...] o escândalo social causado pelos travestis" - conforme sentença do juiz (não identificado) descrita em um "Termo de Interrogatório" da travesti Verusca - documento datado em nove de maio de 1977.

A atuação da polícia de costumes como vigilantes da moral e dos bons costumes, de maneira semelhante atuação polícia médica alemã no combate à peste, no nascimento da medicina social, esses agentes de Estado atuaram através de rondas policiais, identificando, detendo, recolhendo e limpando as ruas de um dos muitos "*homossexuais passivos*",

[...] sendo a terceira vez que é autuado em flagrante pela prática das mesmas contravenções [Vadiagem e Importunação Ofensiva ao Pudor], sendo um dos muitos que infestam esta Capital, a procura de "programas" proporcionando atos vexatórios, indo de encontro aos bons costumes e o pudor público, pois faz do "trottoir" masculino - (homossexualismo), sua profissão" (Relatório do inquérito de Patrícia, emitido e assinado pelo Delegado de Costumes **Arthur Flores Pinto**, datado de 22 de setembro de 1975).

Misturam-se as técnicas de poder da exclusão através das detenções e encarceramento para higienização do espaço urbano e de vigilância para o registro e controle, o poder disciplinar no combate às expressões das travestilidades.

As rondas policiais, realizadas entre 1976 e 1982, foi uma das estratégias utilizadas pelo Regime Militar, em diversas cidades brasileiras, para repressão dos segmentos LGBT. Segundo o pesquisador Ocanha (2015), a partir da sistematização dos registros das detenções a polícia realizou um estudo criminológico tanto de travestis quanto dos michês que se prostituíam nas ruas de São Paulo. Essas rondas policiais também ocorriam em Porto Alegre - conforme exposto no trecho do Relatório de um dos inquéritos de Patrícia; controlavam e vigiavam os territórios que possibilitavam as vivências de travestis e homens que se prostituíam, sistematizando as informações

registradas a partir das detenções, em um jogo de força entre as forças policiais e as experiências dessa população.

Na noite do fato os policiais [...], da Seção de Meretrício e Vadiagem desta DC., faziam ronda costumeira, quando surpreenderam o acusado na hora e local mencionados, fazendo o "trottoir" e trataram de prende-lo em flagrante, por vadiagem e importunação ofensiva ao pudor⁶¹ (Delegado de Costumes ARTHUR FLORES PINTO, 1975)

Em Porto Alegre não foi diferente, diversos documentos que comprovam esses registros foram encontrados nos processos judiciais e nos livros de detenções da polícia de costumes. Estes documentos de registro são: **Informações sobre a Vida Progressa do Indiciado, o Boletim de Antecedentes Policiais e a ficha do Serviço de Estatística**, que foram sistematizados para essa pesquisa e ainda serão apresentados neste trabalho.

As preocupações do regime militar brasileiro com a resistência armada e assaltos a banco por organizações de esquerda trouxeram novas políticas de policiamento ostensivo para o espaço público da rua, sobretudo depois 1968. Tal prática teve como objetivo a prevenção à criminalidade por meio de rondas e da simples presença de policiais na rua como forma de intimidação (OCANHA, 2015, p. 150).

Tais modificações na estratégia política de policiamento das ruas, que intensificou a repressão depois de 1968 é um dos indícios que justifica a localização de processos judiciais de repressão à vadiagem e de atentado à moral e aos bons costumes datados apenas na década de 1970. O **Nº 1 - Livro de Detenções da Polícia de Costumes** possui registros a partir de maio 1967 até julho de 1971. A primeira detenção de Patrícia LIBS registrada no livro foi em 9 outubro de 1967, porém seu primeiro processo judicial possui datação de 1973.

Com a derrota da guerrilha no início da década de 1970, o aparelho repressivo das rondas voltou-se para a criminalidade urbana. A Rota, por exemplo, mudou o foco de combate a terroristas para o policiamento da periferia da cidade de São Paulo [...] passou a organizar rondas de combate a prostituição

61 FOTO 29/32 - "RELATÓRIO" - 22/09/1975

de travestis [...] e começaram a realizar operações de rondão contra a presença de LGBTs no espaço público (OCANHA, 2015, p. 150-151)

Até o início da década de 1970, uma hipótese é que a Polícia de Costumes realizasse apenas as rondas policiais e encarceramento nas delegacias, em Porto Alegre, para detenção temporária de mulheres cisgênero e travestis em atividade de prostituição, quando começou a investigar e construir dossiês contra a população de travestis para recrudescer a repressão, da mesma forma que aconteceu em São Paulo, encaminhando os inquiridos policiais ao judiciário buscando uma punição mais severa através do encarceramento nos presídios e condenações judiciais.

A prisão temporária, com o argumento de averiguações, contém elementos clássicos da instituição prisional. Nessa ação, o indivíduo detido entra em contato com as dimensões físicas e psíquicas do ambiente, no que Foucault chamou de "o espírito da prisão". Mesmo que por um curto período de tempo, o preso teria de negociar com as autoridades da polícia civil a sua liberação e conviver com a ordem marginal dentro das celas, envolvendo o uso de banheiro, o direito à comida e os acertos com carcereiros para a aquisição de objetos como cigarros (OCANHA, 2015, p. 151).

No estado de São Paulo, a partir de 1976, a polícia civil começou a estudar e reprimir as travestis, autorizando a prisão simples para averiguações das travestis que circulavam no centro da cidade. A Portaria 390/76 da Delegacia Seccional Centro orientava o procedimento policial da seguinte forma: "o cadastro policial das travestis *'deverá ser ilustrado com fotos dos pervertidos, para que o os juízes possam avaliar seu grau de periculosidade'*, dando às imagens importância fundamental no inquérito policial" (OCANHA, 2015, p. 151-152, grifo meu). Os documentos encontrados nos processos judiciais das prisões realizadas em Porto Alegre incluíam as fotografias das travestis (FIGURAS 5, 6, 7 e 8), o mesmo procedimento utilizado em São Paulo naquele período.

Estudos criminológicos realizados na década de 1970, no Rio de Janeiro, pelo Delegado Guido Fonseca, a partir dos registros policiais das prisões de travestis mapearam a porção do espaço urbano ocupada hegemonicamente por travestis até 1977, na ocasião a polícia organizou uma operação de repressão que fechou diversos

estabelecimentos de sociabilidade LGBT naquela área. Segundo Fonseca foram identificadas diversas alterações nas trajetórias de prostituição das travestis em função dessa intervenção policial, ocasionando um fenômeno espacial que Ocanha (2015) chamou de "migração", um deslocamento da população de travestis que se prostituía naquela região. Esse deslocamento forçou a ocupação de outros espaços ocupados por mulheres que se prostituíam ou áreas não ocupadas nas imediações. Nos locais ocupados por prostitutas ocasionou um conflito entre estas e as travestis recém-chegadas, o delegado Fonseca afirmou nesse estudo que "as travestis sempre levavam vantagem na disputa com prostitutas por pontos em grandes avenidas" (p. 152).

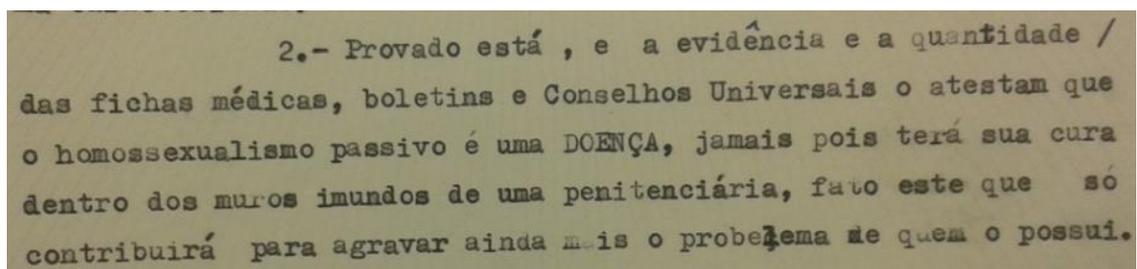
Entretanto, o discurso sobre a homossexualidade, em voga naquela época, deixava de ser uma questão de alçada jurídica e passava para uma questão de relevância médica e psiquiátrica, sendo essa responsabilidade deslocada para o âmbito do processo saúde-doença, por isso entendida como homossexualismo - o sufixo "*ismo*" refere-se a uma condição patológica, na medicina. Ocorre uma emergência discursiva das homossexualidades em si, neste estudo entendido com expressões das travestilidades, que constitui um jogo de forças que tenta deslocar do saber jurídico para o médico e psiquiátrico. Ou seja, os homossexuais e as travestis, estas últimas entendidas como homossexuais passivos, foram considerados uma população doente. O que foi observado na análise dos discursos produzidos nos processos judiciais como questão problemática, no âmbito jurídico, era o ganho econômico feito a partir de sua condição considerada uma "*aberração deformante*", conforme descrito no seguinte trecho:

É que olhar-se o homossexualismo como uma doença, que, por isso, não deva ser punido, é algo muito diferente do que admitir façam os homossexuais profissão dessa sua anomalia, dela tirando proveito econômico, numa total deformação de costumes, de efeito, inclusive, deletério para formação da juventude masculina. Seria, o aceitar-se a prostituição masculina, a sacramentação da imoralidade, do deboche, de todos os aspectos negativos que essa triste condição tráz [trás] consigo. [...] Com relação à prostituição masculina [...] sua aceitação, como foi dito, implicaria numa total subversão biológica, num abastardamento completo dos costumes sociais, numa perigosa oficialização das anomalias e taras sexuais. Assim, imperioso é reconhecer a figura contravencional da vadiagem em casos em que, como o

presente, alguém vive exclusivamente [exclusivamente] do homossexualismo, dele tirando proveito econômico (extraído do documento "Audiência de Debates" de um dos processos da Patrícia).

Mesmo em sua defesa o advogado inicia a argumentação, reiterando o discurso médico e psiquiátrico de patologização da homossexualidade (FIGURAS 14 e 15), com base no discurso produzido pelo saber médico e psiquiátrico, conforme segue:

Figura 15 - Pedido de Relaxamento de Prisão de Patrícia, 1976⁶²



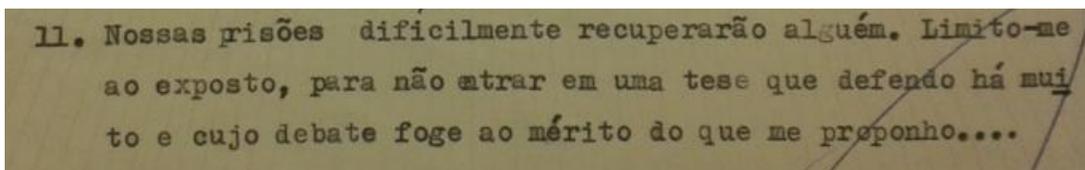
2.- Provado está, e a evidência e a quantidade / das fichas médicas, boletins e Conselhos Universais o atestam que o homossexualismo passivo é uma DOENÇA, jamais pois terá sua cura dentro dos muros imundos de uma penitenciária, fato este que só contribuirá para agravar ainda mais o problema de quem o possui.

Fonte: TJ-RS.

O defensor de Patrícia também coloca em debate a precariedade do sistema penitenciário desde aquela época, uma situação agravada nos dias de hoje em função do crescimento populacional e do aumento no número de encarceramento. No Brasil, a superlotação das prisões devido ao aumento da população carcerária são consequências, sobretudo, do recrudescimento das políticas de punição do tráfico de drogas (CARTA CAPITAL, 2016; BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2015 *apud* FERREIRA, 2017)

62 Transcrição: "[...] Provado está, e a evidência e a quantidade das fichas médicas, boletins e Conselhos Universais o atestam que o homossexualismo passivo é uma DOENÇA, jamais pois terá sua cura dentro dos muros imundos de uma penitenciária, fato este que só contribuirá para agravar ainda mais o problema de quem o possui".

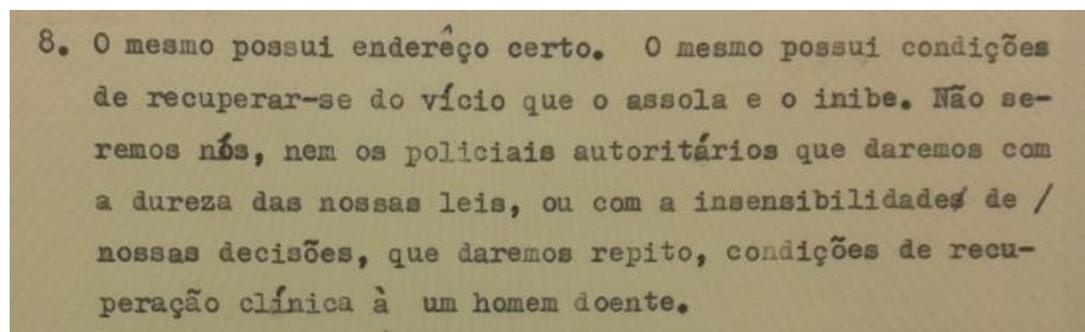
Figura 16 - Pedido de Relaxamento de Prisão de Patrícia, 1976



11. Nossas prisões dificilmente recuperarão alguém. Limito-me ao exposto, para não entrar em uma tese que defendo há muito e cujo debate foge ao mérito do que me proponho....

Fonte: TJ-RS.

O trecho abaixo reitera o imaginário de que as travestis eram entendidas como homens homossexuais, sendo esta condição interpretada como uma patologia que necessitava de assistência à saúde através de intervenções de ordem clínica, relacionadas ao saber médico e psiquiátrico, passível de tratamento e cura

Figura 17 - Pedido de Relaxamento de Prisão de Patrícia, 1976⁶³.


8. O mesmo possui endereço certo. O mesmo possui condições de recuperar-se do vício que o assola e o inibe. Não seremos nós, nem os policiais autoritários que daremos com a dureza das nossas leis, ou com a insensibilidade de / nossas decisões, que daremos repito, condições de recuperação clínica à um homem doente.

Fonte: TJ-RS.

As técnicas de vigilância utilizadas foram as rondas policiais na porção do espaço urbano, esquadrinhada e dividida como a Seção de Meretrício e Vadiagem, local dos territórios de prostituição. As técnicas de exclusão do convívio social são aplicadas através da detenção, encarceramento e privação de liberdade como um mecanismo disciplinar.

Enquanto a polícia de costumes age através do poder disciplinar, punindo as travestis. Os produtores da verdade são os juízes que condenam baseado em valores

63 O mesmo possui condições de recuperar-se do vício que o assola e o inibe. Não seremos nós, nem os policiais autoritários que daremos com a dureza das nossas leis, ou com a insensibilidade de nossas decisões, que daremos repito, condições de recuperação clínica à um homem doente (Pedido de Relaxamento de Prisão, 1976).

morais e nos discursos médicos e psiquiátricos vigentes naquela época, produzindo corpos doentes, por isso contagioso. Esse sistema de repressão às sexualidades desviantes se retroalimenta, em medida que as sentenças são deferidas e os réus condenados. Entretanto percebe-se uma contradição, na medida em que se identificou sentenças divergentes, de acordo com cada caso.

A Polícia de Costumes utiliza uma fórmula como base no sistema legal, que passa por um processo burocrático para construção do inquérito policial, constituindo em um complexo conjunto de mecanismos para disciplinar e punir as travestis. O panoptismo foi como Foucault (1979) denominou esse conjunto de mecanismos que conectam "[...] feixes de procedimentos de que se serve o poder. O panoptismo foi uma invenção tecnológica na ordem do poder, como a máquina a vapor o foi na ordem da produção" (p. 160). As escolas, as prisões, os serviços de saúde tornam-se lugares da "experimentação da vigilância integral". Os inquéritos são os dossiês preparados para "estabelecer as notações e as classificações, a fazer a contabilidade integrativa desses dados individuais" (p.160). Essas tecnologias de poder são exercidas, primeiramente nos territórios de prostituição pelos agentes de polícia, encarregados da caça às travestis. Eles são os olhos do Regime Militar nas ruas, que vigiam e perseguem. Depois registram, classificam e encarceram, limpando o espaço urbano da ameaça que elas representam.

Mas a vigilância permanente [...] de um grupo de doentes é outra coisa. [...] é um único olhar que vigia as desordens, prevê os perigos de criminalidade, sanciona todos os desvios. E se por acaso qualquer coisa nesse olhar universal viesse a relaxar, se ele cochilasse em algum lugar, o Estado não estaria longe da ruína. O panoptimo não foi confiscado por pelos aparelhos de Estado mas estes se apoiaram nessa espécie de pequenos panoptismos regionais e dispersos. De modo que, se quisermos apreender os mecanismos de poder em sua complexidade e detalhe, não podemos nos ater unicamente à análise dos aparelhos de Estado. [...] o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder. O poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. As redes de dominação e os circuitos da exploração se recobrem, se apóiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem (FOUCAULT, 1979, p. 160).

Desde a sua autuação, onde as travestis eram obrigadas a apresentar documentos comprobatórios de atividade lícita e, caso não os tivesse deveria assinar

um "Termo de Tomar Ocupação" - TTO - assumindo o compromisso de sair da ociosidade, encontrando emprego considerado lícito e apresentar documentação comprobatória - Carteira de Trabalho Assinada - para suspensão do termo. O "TTO" determinava um prazo de 30 (trinta) dias para comprovação de ocupação, no caso de expirado esse período, o indivíduo sendo novamente detido inicia-se um novo procedimento com a prisão em flagrante e, conseqüente emissão do documento chamado "Auto de Prisão em Flagrante" - APF.

No APF estão registradas diversas informações: localização e datação das detenções, valores dos programas - que inclui as suas variações de preços quando realizado dentro de automóvel, na rua ou em quarto de motel/pensão; histórico da vida laboral: quando e onde trabalhou, se o trabalho é considerado lícito ou ilícito; relato das condições de vida: moradia e relações familiares; se estava travestido. Os detalhes descritos tinham por objetivo justificar a detenção e enquadrá-las nos artigos 59 e 61 da LCT. As testemunhas dessas prisões são os próprios agentes de polícia: o condutor da viatura e um ou dois investigadores, a equipe que realizava as rondas na Seção de Meretrício e Vadiagem.

Para abertura de inquérito policial a ser encaminhado ao Poder Judiciário é necessário cumprir um rito burocrático, durante esse procedimento são forjados diversos documentos:

1. Termo de Tomar Ocupação
2. Auto de Prisão em Flagrante:
3. Informações sobre a Vida Pregressa do Indiciado;
4. Boletim de Antecedentes Policiais,
5. Nota de Culpa,
6. Ficha do Serviço de Estatística,
7. "Relatório" do caso, entre outros. O "Relatório" é um resumo do caso, assinado pelo Delegado de Costumes ao encaminhar o inquérito ao judiciário.

Esses documentos de registro e controle da DC iriam compor antes de encaminhado para o Poder Judiciário o Delegado resumia as principais informações necessárias para cumprir o rito

Conforme pode ser visto abaixo, em no "Relatório" contido em um dos processos de Patrícia LIBS, no qual já havia sido autuada e assinado o "TTO" e foi presa em flagrante sem ter apresentado documentação comprobatória de trabalho lícito.

"[...] o autuado assinara um "TTO", nesta - DC. que não foi cumprido, o que sempre acontece nesses casos, visto que ainda se encontra na ociosidade. Situação esta que não se justifica, visto que o mesmo é jovem e desfruta de boa saude [saúde], sendo válido para o trabalho, tornando-se inqualificável seu comportamento."⁶⁴ (Delegado de Costumes ARTHUR FLORES PINTO, 1975)

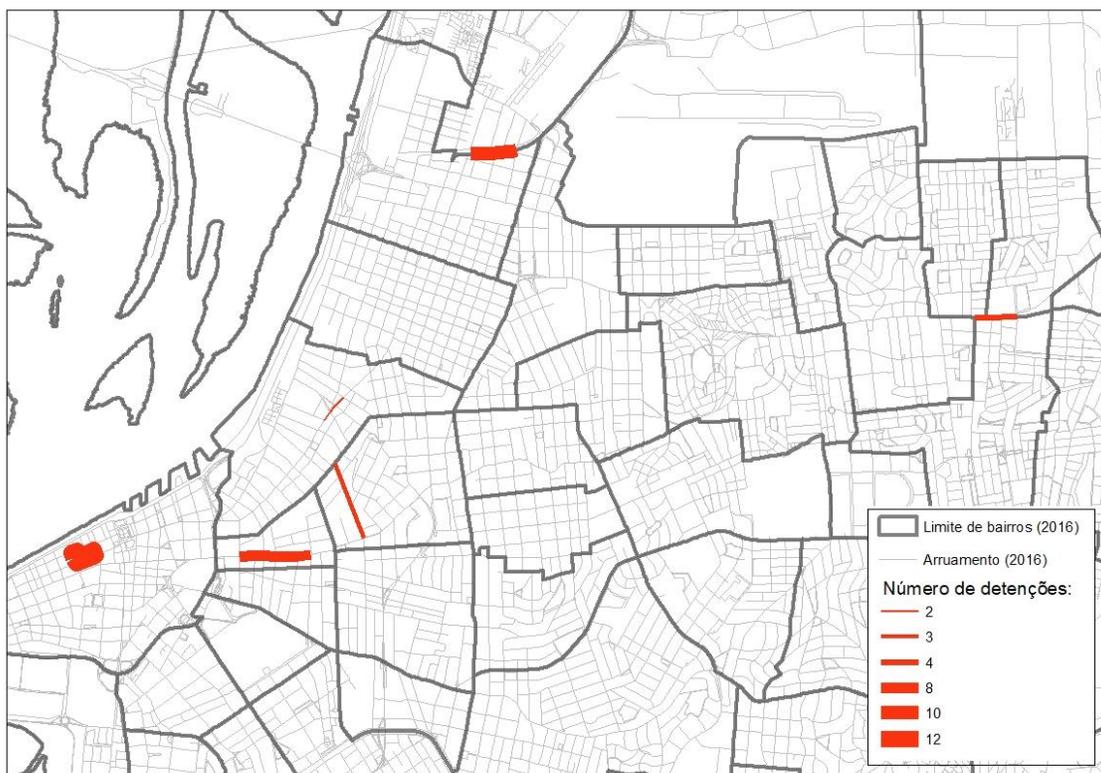
Esse "Relatório" encaminhado pelo Delegado de Costumes Arthur Flores Pinto para Justiça, trata-se de um resumo do caso, formalidade necessária para encaminhar o inquérito para justiça. Nessa etapa Patrícia LIBS já se encontrava presa na DC, há três dias, aguardando o cumprimento do rito burocrático entre a instituição policial e jurídica para ser encaminhada ao Presídio Central. O APF é o procedimento necessário para dar-se abertura ao inquérito policial, que posteriormente seria remetido à justiça. No caso da prisão em flagrante, o indivíduo é colocado em privação de liberdade na própria Delegacia de Costumes até ser encaminhado para o Presídio.

[...]qualquer censura moral e dos bons costumes de uma sociedade também possui um aspecto intrinsecamente político de policiamento das condutas, de limitação das liberdades, de sujeição dos corpos, de controle de sexualidades dissidentes, de domesticação dos desejos e mesmo de restrição às subjetividades de modo mais ampla. (QUINALHA, 2017, p. 38)

As rondas policiais e detenções realizadas em Porto Alegre também alteravam as trajetórias da prostituição de travestis, conforme representado no mapa das detenções abaixo:

64 FOTO 29/32 - "RELATÓRIO" - 22/09/1975

Figura 18 - Mapa das detenções de travestis em Porto Alegre com base no Boletim de Antecedentes Policiais (1970-1977)



Fonte: POLIDORO, Mauricio; BARNART, Fabiano (2018).

A repressão da Polícia de Costumes influenciava a dinâmica de espacialização das travestis, através das rondas policiais para sua detenção, que alteravam suas trajetórias na prática da prostituição. A construção dessa representação foi realizada com base nos documentos integrantes dos processos judiciais analisados, em especial através do "Boletim de Antecedentes Policiais", documento que apresenta os registros das detenções das travestis, enquadradas nos artigos 59 e 61 da LCT. Esse mapa apresenta algumas pistas sobre a formação dos territórios de prostituição, partindo do princípio que a maioria dessas prisões arbitrárias ocorre em razão da prática da prostituição.

4. ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA TRAVESTI AO PODER HETERONORMATIVO INSTITUÍDO PELA DITADURA MILITAR

4.1 - A resistência espacial e aspectos da formação dos territórios de prostituição travesti

As travestis são consideradas o segmento mais vulnerável da população LGBTT, em virtude de diversos fatores de perigo aos quais são submetidas no decorrer de suas trajetórias de vida. Utilizo o conceito de perigo em virtude de estar associado com causas alheias a uma decisão daquela pessoa que sofre o dano, enquanto o conceito de risco se refere a danos relacionados à decisão própria (LUHMANN, 2000 *apud* MENEGHEL; CECCON, 2015).

Os processos de exclusão sócio-espacial que atingem essa população também são exercidos através de técnicas de poder executadas por instituições públicas e sociais, como a família, a escola, os serviços de saúde, a segurança pública, entre outros. Essas técnicas de poder “operam, também, como fatores de segregação e de hierarquização social” (FOUCAULT, 2014, p.152). Através desses processos de exclusão social, agrega-se também um processo de segregação espacial, ou seja, forças de interdição sócio-espacial atuam nas espacialidades desses sujeitos de maneira que refletem nas suas dinâmicas de sociabilidade (SILVA, 2013). A exclusão sócio-espacial age como um mecanismo de saber-poder investido na ditadura para produzir estigma, que só funciona se uma identidade travesti for construída peça por peça. Essa identidade, constructo policial e médico, influencia nas trajetórias singulares dessas pessoas de forma a produzir uma inclusão diferencial no espaço desses sujeitos, a partir da produção de um modo de existência desviante e potencialmente perigoso. Movimento de privatização do espaço público em discursos privados policialescos e morais.

Em geral, as primeiras violências surgem no âmbito familiar, na medida em que a identidade de gênero feminina se revela. Em virtude da fragilidade desse vínculo com a família, muitas travestis são expulsas ou abandonam suas casas muito jovens devido ao preconceito e discriminação que sofrem no âmbito familiar, de forma concomitante,

ocorrem a evasão escolar e, posteriormente, a exclusão do mercado de trabalho formal. A rua ou o espaço público se torna um dos poucos locais de sociabilidade e construção do ser travesti (KLEIN, 2016; FERREIRA, 2015; BARNART, 2014). A exclusão desses espaços de sociabilidade, desde muito jovens, contribui para diversas situações de perigo, colocando-as em situação de abandono e vulnerabilidade, assim, mais exposta a todo tipo de violências.

As dificuldades de inserção no mercado de trabalho, em primeiro lugar devido a pouca ou nenhuma escolaridade, em segundo lugar a própria condição de apresentar uma expressão de gênero desviante, essas questões contribuem para a baixa empregabilidade, especialmente no mercado formal. Assim, são obrigadas a aprender a se virar sozinhas desde muito jovens, encontrando apoio umas nas outras, tendo como uma alternativa a "*viração*", ou seja, a prostituição como meio de subsistência.

Conforme explica Ornat (2007, p. 50) é "[...] a força da interdição socioespacial que possibilita o fortalecimento do território da prostituição travesti, já que este é um dos poucos espaços que lhes possibilita reconhecimento social, independentemente de sua valoração moral", condicionando o processo de apropriação espacial para formação de territórios de prostituição. A mesma sociedade *cisheteronormativa* que "[...] exclui as travestis da maioria das espacialidades de convivência social cotidiana diurna, possibilita a constituição dos territórios da prostituição durante a noite [...]" (CABRAL; SILVA; ORNAT, 2013, p. 290).

Cabe lembrar, que os sujeitos possuem uma realidade vivida diferenciada em relação às opressões que sofrem, atribuindo diferentes percepções aos fenômenos de exclusão sócio-espacial e às violências. Por outro lado, é legítimo reivindicar, por exemplo, o direito à prostituição, em especial, aquelas travestis que pertencem às classes sociais mais privilegiadas. Sendo assim, a prostituição não deve ser analisada de forma simplista pela via da vitimização, ou apenas pelos conceitos de risco ou vulnerabilidade.

4.2- Relações de poder nos Territórios de Prostituição

As relações de poder que se manifestam no espaço entre os grupos de prostituição constituem os territórios de prostituição e sua dominação resulta na separação desses grupos de prostituição de mulheres travestis e transexuais, *homens cis*⁶⁵ e *mulheres cis*⁶⁶ em territórios específicos. Essa separação se dá pelo o desejo ou necessidade defender ou conquistar um território, visando o acesso a recursos e riquezas, com a captura de posições estratégicas e/ou com a manutenção de modos de vida [...] (SACK, 1986), ou seja, a necessidade de garantir um território de prostituição exclusivamente para mulheres travestis e transexuais, em geral, exclui a possibilidade de disputa territorial com a prostituição de *mulheres cis* ou *homens cis*.

As fronteiras territoriais que separam grupos de prostituição são efêmeras, não necessariamente estanques, ao contrário, podendo ocorrer variações na apropriação desse espaço, os "territórios podem ser de *longa duração* [...] ou em um extremo, efêmeros" (SOUZA, 2013, p. 107), pois resultam de relações sociais construídas através do exercício do poder, podendo ser modificadas a partir dos acordos estabelecidos entre os grupos.

[...] ao mesmo tempo que o território corresponde a uma faceta do espaço social [...] ele é, *em si mesmo*, intangível, assim como o próprio poder o é, por ser uma relação social (ou melhor uma das dimensões das relações sociais). Se o poder é uma das dimensões das relações sociais, o território é a expressão espacial disso: *uma relação social tornada espaço* (SOUZA, 2013, p. 97-98, grifos do autor)

Os espaços apropriados pela prostituição de *mulheres cis* durante o dia podem ser os mesmos da prostituição de travestis à noite, entretanto, dificilmente se identifica *mulheres cis* em territórios de prostituição de travesti e vice versa, em geral, esses

65 "[...] homem cis é uma pessoa que, ao nascer, foi designada como homem e, durante a sua vida, se identifica como homem" (GUIMARÃES, 2013). Disponível em: <<https://feminismotrans.wordpress.com/2013/03/15/cissexual-cisgenero-e-cissexismo-um-glossario-basico/>>. Acesso: 12 de abr. de 2016.

66 Em analogia ao homem cis, a mulher cis é uma pessoa que, ao nascer, foi designada como mulher e, durante a sua vida, se identifica como mulher.

indivíduos estão agrupados espacialmente configurando uma divisão baseada na identidade de gênero. As trajetórias entre os grupos que modificam a composição do território e, além disso, os territórios de prostituição podem ser entendidos como territórios cíclicos conforme descrito por Souza (2013):

[...]os diferentes usos diurnos de muitas praças e outros logradouros públicos pelo mundo afora, comumente tão diferentes de seus usos noturnos (SOUZA, 1995, p. 87-89). De dia, mães com crianças e aposentados frequentam uma praça para conversar, deixar os filhos brincar, etc.; a mesma praça que, à noite, é ocupada por prostitutas ou travestis à espera de clientes. (SOUZA, 2013, p. 106-107)

No caso de Porto Alegre, a prostituição masculina ocorre cada vez menos na rua e mais nos estabelecimentos comerciais (bares, casas noturnas e saunas) ou por meios virtuais, enquanto a prostituição de mulheres travestis e transexuais e *mulheres cis* ainda ocorre na rua, em especial nos arredores da "insone e nervosa Avenida Farrapos – zona histórica no cenário de prostituição na cidade" (POCAHY; 2012, p. 124), o que não necessariamente exclui a prática de prostituição de travestis e mulheres cis nos estabelecimentos comerciais ou por meios virtuais.

A apropriação do espaço é a forma primeira que, se reduzida ao sentido de posse (de domínio), resulta apenas na separação de grupos ou comunidades. O seu outro sentido, o de adequação (de tornar um espaço apropriado, favorável ou suscetível), decorre do uso, da transformação que, embora tenha tornado plenamente efetiva a desnaturalização, constrói a humanização do espaço como uma condição oposta. (HEIDRICH, 2006, p. 25)

O contexto da prostituição de rua na perspectiva de apropriação do espaço que "consiste na criação dos territórios, em seu duplo sentido de posse e adequação" (HEIDRICH, 2006, p.26). No sentido da adequação se constrói a possibilidade de estabelecer um vínculo com o território que permita a prática do sexo tarifado, a partir da formação dos territórios de prostituição; no sentido de posse, a dinâmica se manifesta com a separação dos grupos de prostituição de mulheres cis e mulheres travestis e transexuais e homens cis (BARNART; MENEGHEL, 2017, p. 239-240).

As relações de poder no interior do território de prostituição de travestis estabelece uma dinâmica de separação de grupos baseada na hierarquização, pois os lugares mais disputados e com maior circulação de clientes, chamados de "vitrine"⁶⁷, possibilitam maior visibilidade e, conseqüentemente, são destinados às prostitutas consideradas mais atraentes (BARNART; MENEGHEL, 2017, p. 240).

[...] a *transformação*, que é determinada tanto pela frequência quanto pelo aprofundamento de usos e técnicas de modificação do corpo, desde a depilação até o uso de hormônios, o que define posteriormente o *ser travesti*, relacionado principalmente com a aplicação de silicone e outros procedimentos [...] O corpo esculpido não revela apenas uma dimensão estética, mas igualmente uma oportunidade de poder e prestígio no campo da prostituição. As travestis *tops*, aquelas que acessam mais tecnologias de modificação do corpo e entre elas são consideradas as mais femininas (PELÚCIO, 2005; KLEIN, 2016, p. 57-58, grifo do autor)

É importante ressaltar que na dinâmica de relação entre as travestis que se prostituem, as mais desejadas e que possuem uma performance mais associada ao feminino depende das transformações corporais as quais se submetem. Essas transformações corporais dependem de cirurgias estéticas, utilização de hormônios (de forma prescrita ou clandestina), aplicação de silicone industrial, entre outras práticas, que de qualquer forma depende de investimento financeiro, nesse caso a fonte de renda poderá ser exclusivamente a prostituição. Analisando por essa perspectiva, pode-se dizer que o fato de uma travesti mais atraente ocupar o espaço da "vitrine", o que pode atrair mais clientes ao território de prostituição e, conseqüentemente, poderá beneficiar todo o grupo, possibilitando maior circulação dos clientes e aumentar a realização de programas.

Nesta seção, pretendo contribuir para a reflexão de como o biopoder está relacionado e influencia as dinâmicas da violência contra as travestis. Para que possamos refletir sobre o fenômeno de exclusão sócio-espacial e formação dos territórios de prostituição de travestis e sua relação com o biopoder, inicialmente,

67 Esse termo surge a partir de relato de uma travesti que acompanhei durante o Estágio Obrigatório de Graduação em Saúde Coletiva, realizado no Consultório na Rua - CnaRua, do Grupo Hospitalar Conceição - GHC.

vamos abordar um resgate da constituição da era do biopoder, conforme abordado por Michel Foucault (2014).

O direito de vida e morte, característica do poder soberano podia ser exercido em determinadas circunstâncias: em caso de ameaça externa ao poder do soberano, ou seja, a necessidade de defender as fronteiras do território ou manter o Estado, ou quando seu súdito contasse ou infringisse a lei, podendo ser aplicada a pena de morte como punição. O exercício do poder soberano está relacionado ao direito de morte, ou seja, jurídico, mesmo que apenas seja tolerado em certas circunstâncias, de qualquer forma é um direito legítimo e garantido legalmente ao soberano expor a vida de seus súditos.

A partir do século XVII, ocorre uma transformação do direito de morte para um poder de vida ou um "direito do corpo social de garantir sua própria vida, mantê-la ou desenvolvê-la" (FOUCAULT, 2014, p.147). O poder de morte, agora, passa a ser exercido de forma positiva sobre a vida com objetivos de gerir, aumentar a expectativa de vida, multiplicar, controlar e regular (Ibid., 2014). O biopoder trata-se de uma nova forma de exercício de poder, que vai acoplar e suplantará o poder soberano nos novos Estados-Nação em regimes democráticos. Mesmo durante as guerras, o exercício do poder se dá em nome da vida, da espécie, da raça, executado enquanto estratégia militar e relacionado ao biológico, pois a necessidade de exterminar o "outro" vem da justificativa de sobrevivência (FOUCAULT, 2014).

No seu sentido material, o termo parece neutro, mas quem analisa os eventos violentos descobre que eles se referem a conflitos de autoridade, a lutas pelo poder e a vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens. Suas manifestações são aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ilícitas segundo normas sociais mantidas por usos e costumes ou por aparatos legais da sociedade. Mutante, a violência designa, pois - de acordo com épocas, locais e circunstâncias - realidades muito diferentes. Há violências toleradas e há violências condenadas." (MINAYO, 2006, p. 13)

Tanto na interpretação de Foucault (2014), quando na perspectiva abordada por Minayo (2006), existe, respectivamente, uma necessidade e vontade, que se coloca na ordem do desejo dos sujeitos, em exterminar ou aniquilar o 'outro'; que se justifica, por

exemplo, na espécie ou raça relacionada às questões biológicas, conforme exemplificado por Foucault (2014). No caso das travestis o desejo de eliminação/aniquilamento, em certo grau, está relacionado à transgressão aos padrões de masculinidades impostos socialmente, na medida em que esses sujeitos vivenciam uma expressão de feminilidade que não está em conformidade com aquela atribuída ao nascimento, então, emerge o desejo de eliminar essas pessoas.

Para Foucault (2014), nesta nova configuração do poder, de gerir a vida, torna-se quase impraticável que seja exercida como a pena de morte. Apenas em casos extremos, quando praticados de forma cruel e por criminosos considerados incorrigíveis, "que constituem um perigo biológico" (Ibid, 2014, p.148) para população. Por isso, o poder exercido através das execuções torna-se cada vez mais raro, em virtude de seu caráter contraditório para gerir a vida, enquanto as mortes através das guerras são mais numerosas, pois se justificam pela sobrevivência (Ibid., 2014).

Com a passagem de um mundo para o outro, a morte era a substituição de uma soberania terrestre por uma outra, singularmente mais poderosa; o fausto que a acompanhava era da ordem do cerimonial político. Agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação; a morte é o limite, o momento que lhe escapa; ela se torna o ponto mais secreto da existência, o mais "privado" (FOUCAULT, 2014, p.149)

O poder sobre a vida se desenvolve de duas maneiras: corpo como máquina ou disciplinas do corpo e, corpo-espécie ou regulações da população (FOUCAULT, 2014). Importante destacar que esses dois pólos do exercício do poder não são opostos, porém agem em uma dinâmica de forma concomitante, e através de uma trama relacional entre seus dois aspectos, é que será exercida essa nova modalidade do poder: o biopoder. (Ibid.).

Primeiramente, a partir do século XVII, surge o exercício do poder sobre a vida, no aspecto do corpo como máquina, sendo relacionado às seguintes questões:

[...] adestramento, ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos - tudo isso assegurado por

procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo humano* (FOUCAULT, 2014, p.150, grifo do autor)

Posteriormente, a partir da metade do século XVIII, o exercício do poder sobre a vida se desenvolve com base nos "[...] processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-lo variar [...]" (FOUCAULT, 2014, p. 150), ou seja, a regulação e controle da morbi-mortalidade.

Essas técnicas desenvolvidas estão relacionadas ao corpo-espécie e serão reguladas por "[...] intervenções e *controles reguladores: uma biopolítica da população*" (Ibid., p.150, grifo do autor).

A instalação - durante a época clássica, dessa grande tecnologia de duas faces - anatômica e biológica, individualizante e especificamente, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida - caracteriza um poder cuja função mais elevada não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo (FOUCAULT, 2014, p.150)

A partir dessas transformações o poder soberano deixa no passado sua principal característica: o direito de morte; então, assume uma nova dimensão do seu exercício, qual seja a "administração dos corpos e pela gestão calculista da vida" (Ibid., p.150). Esse duplo aspecto assumido pelo poder soberano assumirá técnicas que rapidamente irão se desenvolver e se materializar na área da educação, nos sistemas político e econômico, na saúde pública, etc. Inicia-se o que Foucault (2014) chamou de "era de um "biopoder"" (Ibid., p.151).

As disciplinas anátomo-políticas do corpo humano e de regulações da população ou corpo-espécie são exercidas através das instituições públicas, por exemplo: nos sistemas de saúde, de educação, de segurança pública e no jurídico; que estão organizadas de maneira a promover e garantir os direitos de cidadania.

No que se refere às disciplinas anátomo-políticas, o poder disciplinar também é exercido para adestrar os corpos (FOUCAULT, 2014). O poder disciplinar tem por função

o adestramento e a docilização dos corpos estabelecido de acordo com uma sociedade organizada com base na *cisheteronormatividade*⁶⁸.

O termo *heteronormatividade* foi criado na década de 1990, segundo Nardi e Machado (2015), trata-se da

[...] função normativa da sexualidade heterossexual, ou seja, à forma como a norma da sexualidade elege a heterossexualidade como padrão, o normal, com base no qual todas as outras expressões da sexualidade são hierarquizadas, julgadas, definidas e esquadrihadas (p. 160).

Para esses autores: "A heteronormatividade é a base da violência simbólica, material e física que afeta o amplo espectro das expressões da sexualidade" (NARDI; MACHADO, 2015, p. 161). Nota-se que esse conceito está relacionado à expressão sexual. No caso de referência às travestis o mais adequado é incorporar a noção de *cisgeneridade* ao conceito de heteronormatividade, pois também se refere à expressão de gênero.

Na medida em que os indivíduos transgridem as normas de gênero e sexualidade, exercendo uma expressão de gênero ou sexual desviante daquela imposta ao nascimento, começam a sofrer sanções disciplinares que são materializadas em ações discriminatórias e interdições sócio-espaciais, que aos poucos vão excluindo esses sujeitos de determinados espaços de sociabilidade.

O espaço interdito às travestis não é algo que possa facilmente ser detectado materialmente, pois não se podem colocar placas e avisos proibitórios à sua entrada. Mas esse espaço se faz no efeito de ações regulatórias, um conjunto de práticas que são lidas e interpretadas por elas como sendo espaços dos quais elas não tem o direito de fazer parte (SILVA, 2013, p. 158).

De acordo com Silva (2013), os lugares nos quais as travestis "são impedidas de estar" (Ibid., p. 158) tratam-se dos espaços interditos, as sanções disciplinares podem se

68 A *cisheteronormatividade* incorpora a noção de *cisgeneridade* que se refere ao gênero, ou seja, a *pessoa cisgênera ou cis* seria aquela que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento. Enquanto as *peçoas transgêneras ou trans ou transexuais* e as *travestis*, seriam aquelas que não se identificam com a expressão de gênero atribuída ao nascimento (GUIMARÃES, 2013).

manifestar "[...] de maneira sutil, por meio de constrangimentos, como olhares acusatórios, sorrisos de deboche e humilhação ou atos de rejeição ou exclusão explícita [...]" (Ibid., p. 158).

O espaço interdito é concebido como o efeito da ordem discursiva, espacial em que práticas regulatórias são desempenhadas por aqueles que se julgam dentro da ordem e possuem o poder de exercê-la, bem como o de estabelecer as formas com que determinados sujeitos devem ser excluídos. (SILVA, 2013, P. 158-159)

Dentre a população LGBTT, as travestis são aquelas que mais sofrem sanções disciplinares, pois as transgressões à *cisnormatividade* estão inscritas e marcadas (materializadas) nas suas modificações corporais em busca da conformidade entre seu corpo e a sua expressão de gênero. No âmbito das biopolíticas de regulação da população, as violências que as travestis estão submetidas são invisibilizadas pelas instituições do poder público. Isso não significa que estão isentas das tecnologias de controle e regulação, mas que as violências que atingem essa população não são dignas de regulação ou controle, ou seja, é a dimensão do poder de gerir a vida, que nesse processo de invisibilidade se materializa na outra face desse poder: deixar morrer.

Esta seção pretende contribuir para compreensão da formação dos territórios de prostituição, na cidade de Porto Alegre. As características dos territórios de prostituição se reproduzem em diversas cidades do Brasil de forma similar, as comparações dos estudos que serão citados na sequência, realizados em diferentes cidades e com objetos de análise semelhante, comprovam essa evidência. Em especial, no que se refere a pesquisas realizadas por Carrara e Vianna (2006) no Rio de Janeiro; pesquisas do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), da Universidade Estadual de Ponta Grossa e; pelo autor desse trabalho em Porto Alegre, entre os anos de 2010 e 2014 (BARNART, 2014); que apontam o território de prostituição como o local de maior ocorrência dos assassinatos de travestis, quando o homicídio não ocorre no próprio território, ou seja, na rua, ocorre em função dos riscos atribuídos à atividade de prostituição.

A apropriação do espaço urbano por grupos de travestis na criação dos territórios de prostituição consiste na justificativa de que esse grupo sofre um processo

de exclusão sócio-espacial. Para compreender melhor e singularizar a exclusão sócio-espacial para população de travestis que se prostituem, vamos abordar a noção de exclusão social apontada por Heidrich (2006):

[...] Em sentido amplo, o que a globalização e a reestruturação produtiva fazem é produzir um novo espaço, com renovadas técnicas. [...] A geração de situações de perda da condição de reprodução social, embora implique mudança de arranjos espaciais, especialmente em virtude das mudanças técnicas, ganha sentido por meio de processos de *desterritorialização*, posto que se configuram como descolamentos (social ou territorial) das pessoas e grupos em relação a suas condições originais de vínculo com o espaço. Assim, por exclusão social, em termos rígidos, se pressupõe considerar o caso de excluir o indivíduo da sociedade, tal consideração transita tanto pela obviedade quanto pelo absurdo. Mas não tanto assim, se a reconhecermos como processo, como um "mecanismo de perda" (p. 22-23)

No caso das travestis o fenômeno que o autor supracitado chamou de 'mecanismo de perda' manifesta-se em sua segregação/marginalização no espaço urbano, construção dos espaços interditos, falta de alternativas de inserção no mercado de trabalho, negação de direitos sociais, privação de cidadania, etc. A exclusão social interpretada como um processo que

[...] consiste na perda de sua participação na integração, de não ter participação nos interesses e necessidades da integração, tampouco do acolhimento a suas significações e valores. Em contraposição, é necessário reconhecer que a ocorrência do indivíduo na sociedade é predominantemente contingencial, sem grandes possibilidades de escolha (HEIDRICH, 20006, p. 23)

Essas condições as quais as travestis estão submetidas, no que se refere à exclusão social, podem ser identificadas como um processo, ou seja, o mecanismo de perda agrava na medida em que o indivíduo experiencia o processo de transgressão das fronteiras entre a expressão de masculinidade atribuído ao nascimento e aquele com o qual se identifica: a feminilidade. Segundo Heidrich (2006),

[...] pode-se apontar diversos tipos-resultado e formas-processo da situação geral em questão: perda de direitos e garantias sociais; carência ou falta em termos de educação, saúde, moradia, etc.; exclusão da possibilidade de

realização do trabalho, das condições de reprodução da vida e, até mesmo, impossibilidade da manifestação e da exposição do pensamento no âmbito da integração (p. 23-24)

O processo de exclusão social se concretiza em termos absolutos na medida em que se deixa de existir, ou seja, no caso da morte.

Considerando-se a maior concentração de assassinatos de mulheres travestis e transexuais estar localizada no território de prostituição (BARNART, 2014) e que a formação desses territórios se dá em função de uma sociedade *hetero[cis]normativa* (ORNAT, 2007), portanto, podemos considerar o fenômeno de exclusão sócio-espacial que as travestis estão submetidas como um processo que conduz a exclusão sócio-espacial plena.

Dessa forma, também ficam nítidos os mecanismos do biopoder que contribuem para a exclusão sócio-espacial plena das travestis, onde as técnicas disciplinares conduzem para a negação dos direitos de cidadania, as técnicas de regulação das populações conduzem para invisibilizar o fenômeno da violência letal infringida contra travestis, assim como os mecanismos de interdição espacial contribuem para formação dos territórios de prostituição.

Em relação ao uso do território por grupos excluídos, que constituem as chamadas minorias, pode-se atentar para a formação de “guetos” com o objetivo de confinar e segregar estas populações, que por outro lado, podem usar este espaço de modo compartilhado e estabelecer nele estratégias de luta e de sobrevivência (CABRAL; SILVA; ORNAT, 2013)

Conforme visto anteriormente, nas pesquisas realizadas no Rio de Janeiro e em Porto Alegre (CARRARA; VIANNA, 2006, BARNART, 2014), os territórios de prostituição são os locais onde existe maior ocorrência de assassinatos dessa população, portanto a mesma sociedade que exclui as travestis de outros espaços de sociabilidade e reprodução material, assim, contribuindo para a formação dos territórios de prostituição e condicionando essa população a sobreviver em um território de morte, apesar de todas as ressignificações possíveis no sentido de vínculos e afetos nos processos de sociabilidade entre esses indivíduos.

4.3- Espaços de enfrentamentos na criação de visibilidades travestis: o carnaval, a militância e as sociabilidades

Por andar vestido de mulher, apesar de não sê-lo, isto é, in partibus, porque pelos modos [...] foi recolhido ao xadrez da chefatura de polícia [...] Adão Luiz Pereira, preso há 1 [uma] hora da madrugada. Parece que Adão anda sofrendo das faculdades mentais, quando andava vestido de mulheres, Adão Pereira chamava-se Isolina da Silva! Que mania! Correio do Povo, 20 de outubro de 1986⁶⁹.

As primeiras pistas referentes às travestis encontradas nesta pesquisa datam do final do século XIX. No texto "A Travesti e seu Duplo: uma aproximação" do sociólogo José Juvenal Gomes (2003), publicado no livro "Construindo a Igualdade: a história da prostituição de travestis em Porto Alegre" (BOER, 2003), apresenta alguns fragmentos de expressões das travestilidades através de registros históricos do final da década de 1890. Esse texto inicia com a transcrição do trecho de um dos primeiros estudos que apresenta a temática das expressões sexuais desviantes, realizado pelo criminalista Viveiros de Castro. Paulatinamente, a temática das dissidências sexuais chama atenção das ciências médicas e psiquiátricas, de juristas. A passagem abaixo se refere ao estudo de Castro (1984), no qual descreve características que representam a feminilidade atrelada a uma personalidade instável e desvio de caráter.

Teem como as mulheres a paixão da toilette, dos enfeites, das cores vistosas, das rendas, das joias, dos perfumes. Trazem consigo sempre consigo um arsenal particular, espelhos, pente, alfinete, vidros de sal e de perfume, caixa de pó de arroz, leque. São de uma verbiage insuportável. Depilam-se cuidadosamente. Um dos seus maiores prazeres é vestir-se como mulheres, com flores, grinaldas nos cabellos. Suas scenas de ciúmes terminam com ataques de nervos. Designam-se por nomes femininos, Maintenon, pricesa Salomé, Fedora, Adriana Lecouvreur, Cora Pearl, etc. São caprichosos, invejosos, vingativos. Nenhuma energia, nenhuma virilidade. Inconstantes e versáteis, passam rappidamente de um egoísmo feroz à sensibilidade que chora. Mentira, delação, coverdia, obliteração do senso moral, tal é o seu apanágio. A carta anônima é a expressão mais exata de sua coragem. Não seguem as profissões que demandam qualidades viris, preferem ser alfaiates, modistas, lavadeiros, engomadores, cabeleireiros, floristas, etc... (CASTRO, 1984 *apud* GOMES, 2003)

69 Publicado no texto do sociólogo José Juvenal Gomes (2003). Ao entrar em contato, algumas vezes, com o jornal Correio do Povo solicitando o acesso ao original desta notícia nunca obtive retorno.

O trabalho de Gomes (2003) apresenta um ensaio para mapeamento do espaço de sociabilidade de travestis, em Porto Alegre, no final do século XIX até o início da década de 1950. Segundo esse estudo o termo travesti foi utilizado pelo sexólogo Magnus Hirschfeld (1910), como sinônimo de pederasta, fresco, *maricona*, invertido, entre outros.

Quem fala, elabora um discurso sobre a travesti, nesta Porto Alegre, não muito longínqua? Falam pelas travestis, as ciências disciplinadoras da vida, a Medicina Legal, a Psiquiatria e a Criminologia. Fala a crônica policial dos jornais e das revistas. Fala os relatórios da Polícia de Costumes, bem como os relatórios do Sistema Prisional. Mas também fala o escárnio, o deboche, a curiosidade e a atração que o senso comum tem pela travesti [...] (GOMES, 2003, p. 25).

A pesquisa apresenta registros dos espaços apropriados por travestis seja para formação dos territórios de prostituição ou lugares de sociabilidade, importante ressaltar que os locais de prostituição também são entendidos como espaços de sociabilidade (GOMES, 2003).

As práticas de apropriação e valorização do espaço exercidas por profissionais do sexo se constituem através de relações de poder na formação dos territórios de prostituição e se traduzem na transformação do espaço em local de sobrevivência, socialização e trabalho. No caso dos espaços da prostituição cria-se uma imagem externa que considera esse um lugar perigoso ou de 'má fama', entretanto também se constitui internamente como um lugar de sociabilidade e reconhecimento para quem se prostitui (BARNART; MENEGHEL, 2017). A população que habita esses espaços de "má fama" assume essa mesma imagem perante a sociedade, ou seja, também lhe é atribuída essa ideia de perigo. Portanto, se as travestis ocupam esses espaços, também representam esse perigo passando a possuir uma "má fama".

Segundo Gomes (2003), o lugar da boa sociedade considerada sadia e normal, representada pelo homem branco, heterossexual e burguês, define-se através da sua oposição ao lugar da má sociedade, espacialmente e simbolicamente de populações

perigosas. Um espaço e modo de vida a ser disciplinado e corrigido, a partir da punição ou mesmo sua destruição, seja pelas forças de higienização, de uma sociedade excludente que referenda padrões idealmente construídos. No início do século XX, as travestis representavam perigo, por isso excluídas dos espaços e da sociedade de "boa fama", estando confinadas em becos, *dancings* e cabarés de Porto Alegre, lugares de má fama na sociedade. Esses locais tidos pelas elites da cidade como produtores de desvios, delinquência e marginalidade, espaços apropriados pelos excluídos.

Nas relações quotidianas estabelecidas nos territórios de prostituição de travestis, onde incorporam os valores e formas do feminino, compartilham os saber e estratégias para prática da prostituição, através dessa convivência assumem preferências, especialmente sexuais, e gostos, também são batizadas ou adotam um nome feminino. Por isso, um importante espaço de sociabilidade para travestis, onde constroem seus corpos e suas subjetividades de forma coletiva. (BARNART; MENEGHEL, 2017, KLEIN, 2016, BENEDETTI, 2005).

A valorização do espaço (Moraes; Costa, 1984), na prática humana, social, da transformação do espaço, na criação de estruturas e lugares ligados à sobrevivência, no trabalho, na habitação, etc. A consciência do espaço refere-se a um sentimento de pertencimento a um lugar e ou território, consiste no campo da identidade e relaciona-se com a intencionalidade com a qual se faz a representação de nossas ligações, constroem-se os mitos e se definem os agrupamentos humanos. (HEIDRICH, 2006, p. 26)

A consciência do espaço se constrói através dos vínculos com os territórios de prostituição, a partir das relações que se estabelecem e da legitimação da sua expressão de feminilidade e possibilidade de reprodução material através da prática da prostituição. A percepção de morte ou a imagem de perigo nos territórios de prostituição não impede que se crie um sentimento de pertencimento, o que podemos identificar como uma relação paradoxal, que se justifica no entendimento são um dos poucos espaços públicos de sociabilidade entre travestis que se prostituem (BARNART; MENEGHEL, 2017).

Na primeira metade do século XX, narrar as experiências da travestilidade, em Porto Alegre, trata-se de falar sobre os processos de exclusão, que as confinaram em alguns espaços "conferidos para a prostituição e as homossexualidades. Somente no Carnaval as travestis saíam às ruas da cidade para curiosidade e deleite da dita boa sociedade" (GOMES, 2003, p.26). Por isso escolhi seguir essa narrativa espaço-temporal seguindo as pistas das sociabilidades e interdições das diversas expressões das travestilidades a partir das memórias do Carnaval.

A exposição temporária *"Uma Cidade pelas Margens"* apresentou ao público que a diversidade das expressões sexuais não se trata de uma realidade recente, para isso realizou um resgate temporal focando em diferentes aspectos, um delas diz respeito às folias de Carnaval entre os anos de 1930⁷⁰ e 1960 (BARNART; BAUER, 2017).

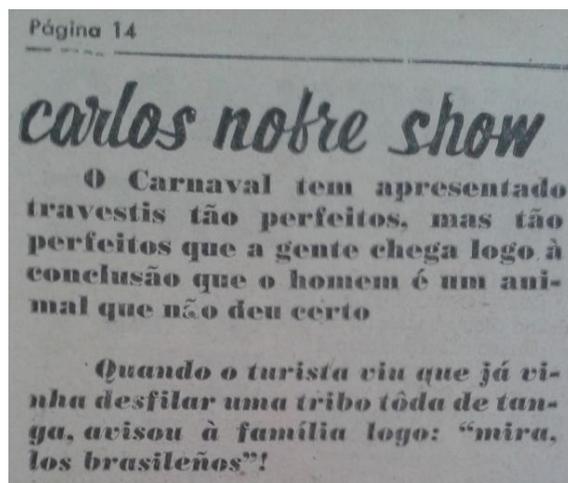
As sociabilidades marginais da população LGBTT naquela época eram camufladas: só era permitido aos homens vestir-se de mulher no Carnaval e a prática da prostituição acontecia, prioritariamente, dentro dos estabelecimentos privados em função da perseguição da polícia, em especial durante a Ditadura Civil Militar (1964-1985)

A edição especial de Carnaval da Zero Hora, em 3 de março de 1965, apresentava as manchetes: "ACABOU O REINADO DE MOMO" e "Chegou Quarta: Tudo é Cinzas". Ela narra o sucesso do Carnaval naquele ano: "O pôrto-alegrense caiu na folia com todas as fôrças, entregando-se de corpo e alma à brincadeira". A surpresa daquele ano foi creditada ao Carnaval no espaço público, na rua, em especial na Av. Borges de Medeiros, no Centro da capital gaúcha. Ao final do "reinado de Momo", na quarta-feira

70 Orientado pela pesquisa da historiadora Íris Germano (1999), um primeiro recorte tratou da presença de pessoas LGBT durante a festa entre as décadas de 1930 e 1940. A historiadora também publicou artigos nos jornais do Nuances nº 11 (2000) e 31(2004). "Em Porto Alegre, os carnavais de rua deste período foram marcados por bandas e blocos humorísticos que contavam com grande número de homens fantasiados de mulher, uma "inversão" que era permitida durante os dias de folia. Curiosamente, o grito de guerra do carnaval de 1947 era "HOMEM NÃO!". Nessa época do ano, durante a folia, as travestis tinham possibilidade de circular livremente pelas ruas da cidade e locais públicos, misturada aos foliões homens que se vestiam de mulher, o que no restante do ano não era possível. Segundo a autora, o Carnaval configura uma "fonte para pesquisar a história de segmentos 'invisíveis' na rotina cotidiana da cidade como os homossexuais e [as] travestis" (GERMANO, 2004, p. 12), e foi assim que a equipe de realização da exposição conseguiu compor parte da narrativa apresentada para o público" (BARNART; BAUER, 2017, p.452-453).

de cinzas "corpos cansados perambulando pelas ruas, de volta ao lar, depois de quatro dias de alegria desmedida" (ZERO HORA, 1965). A coluna "carlos nobre show"⁷¹ foi a única naquele ano a fazer referências às travestis no Carnaval (Figura 19).

Figura 19 – Destaque a coluna de "Carlos Nobre Show" no Jornal Zero Hora (1965)



Fonte: Acervo Pessoal

Ao final da coluna, na parte denominada "AS FOFOCAS NOS FATOS", novamente uma referência às travestis, dessa vez a menção refere-se às cariocas e às paulistas. Conta que a polícia do Rio de Janeiro prendeu **"uma porção de travestis que andava rebolando na Av. Getúlio Vargas"**, enquanto a polícia de São Paulo **"prende um travesti tão perfeito, mas tão perfeito que na polícia, quando o despiram, viram mesmo que era uma mulher. O carnaval está à frente da ciência, meus amigos"** (ZERO HORA, 1965, p. 14).

No carnaval do ano de 1967, a tradicional edição de carnaval da Zero Hora, estampa na capa a manchete: "BELEZA E LUXO NO DESFILE DA BORGES", o jornal cita o Carnaval Oficial de Porto Alegre, organizado pelo Conselho Municipal de Turismo - COMTUR 67. A Av. Borges de Medeiros foi descrita como a alegria do povo naquele ano,

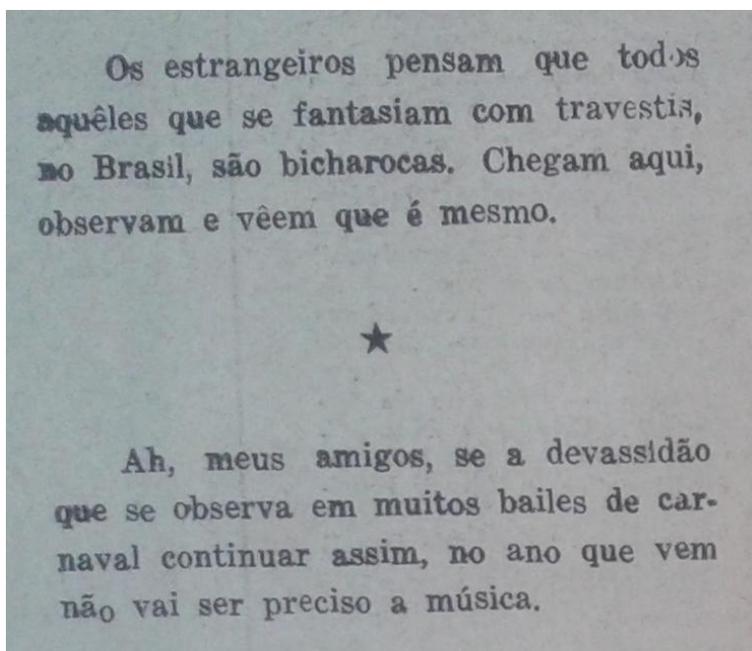
71 Famoso humorista gaúcho que tinha uma coluna diária na Zero Hora naquele ano, durante aproximadamente 30 anos escreveu em diversos jornais, como: Última Hora e Folha da Tarde. Mais informações em: <http://carlosnobre.com.br/site/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1> Acesso: 2 de abr. de 2017.

ainda sob o reinado do famoso Rei Momo de Porto Alegre, Vicente Rao⁷², que "vestia uma fantasia de côr amarela bordada com pedrarias e uma capa vermelha coberta com pedras multicores" (ZERO HORA, 1967).

A corte da cidade foi acompanhada de suas diversas rainhas do ano anterior, provenientes dos carnavais de clube, dos coretos de bairro e do carnaval infantil. Houve desfile das candidatas ao prêmio de rainha do carnaval, em diversas categorias diferentes, após o desfile foi a vez da apresentação dos diversos blocos humorísticos, com destaque para o bloco "Tô Com a Vela" ou "Tô Cá Vela" (Figuras 20 e 21), que "apresentou-se na base do travesti" (ZERO HORA, 1967).

As páginas que seguem apresentam muita visibilidade às travestis naquele ano, inclusive na página central do jornal sob a manchete "CARNAVAL À MODA NOBRE", que mistura os destaques da diversidade das expressões de gênero e sexualidade sem censuras, apesar do cunho exótico e humorístico dedicado às travestis.

Figuras 20 e 21 – Trechos de Reportagem do Jornal Zero Hora do Carnaval de 1967



72 Rei Momo do carnaval da cidade de Porto Alegre desde o início da década de 1950.

Certas bicharocas usavam ontem travestis tão perfeitos, tão perfeitos, que conseguiam entrar nas toaletes femininas e não se ouvia nem um grito de mulher lá dentro.

Fonte: Acervo Pessoal

O carnaval do ano de 1969 também é apresentado, através da leitura das páginas do jornal Zero Hora, ainda como um momento de tolerância e visibilidade para a presença das travestis e das expressões das travestilidades, no espaço público ou privado, durante a os dias de carnaval.

Figura 22 – Trecho de reportagem do jornal ZH sobre números das travestis no Carnaval do ano de 1969

Salvo as intenções, somente eles guardam a tradição da fantasia.

O carro de príncipe Brasil, com suas "meninas" desce a Borges de Mello sob o aplauso de todos.

NA CONFUSÃO DOS TRAVESTIS HOVE MUITO ENGANO

O Grupo Humorístico «Tô Com a Vela» apresentou o maior número de «travestis» reunidos. Fantasias caríssimas, acompanhadas por «sujeis», porém, vestidos de mulher. Uma saia de «patroa», uma bolsa, e aí estava o retrato do folião. Alguns passariam por mulher em qualquer lugar. «Muito folião enganou-se comigo o ano passado», disse um, «este ano então, vouo abafar». Minha peruca veio da França, disse outro, as «dólas» são todas feitas aqui mesmo.

Houve um comentário na cidade, de que este ano seriam proibidas as fantasias de «travestis». O número, entretanto, aumentou consideravelmente. As «meninas» evitaram, porém, os grandes agrupamentos em um só local.

NOMES

Ana Lúcia, Margareth, Mercedes e outros nomes, aram o tratamento que se davam os componentes do «terceiro sexo». Alguns usavam depreciativos como «Proserpinas», «Gaiuninha da Volantária» e outros. Existe uma grande diferença de castas entre os «travestis». Os mais afortunados ignoram os menos afortunados.

FANTASIAS

Além da caracterização perfeita, pintura e peruca, é necessário saber vestir, disse um dos componentes do «Tô com a vela». «O senhor vê, não adianta vestir «smoking» em fixeiro. Deve-se ter fineza suficiente para portar-se como uma verdadeira dama». Minha fantasia custou cinco milhões, disse outro, veja se uma «dóla» poderia usá-la com classe. — disse, apontando para os sujeis.

Um brigadino encontrou um bombeiro vestido de balana: — «Quarta-feira vais me pagar no quartel»

BAILES

No baile dos artistas, na avenida Mauá, foi ainda compareceram mais «meninas». A maior parte delas, porém, não podia enfeitar porque as fantasias impediam-lhe movimentos desembaraçados. Limitavam-se a beber e conversar. Também na «chata», transformada em salão de baile, onde se realizou grande baile popular, apareceram «diversas marijólas».

Eram duas «amigas» inseparáveis. Florina posarava no Baile dos Artistas e no Tomá.

Fonte: Acervo Pessoal

Na edição de Zero Hora da quarta-feira de cinzas, dia 19 de fevereiro de 1969, o destaque está na reportagem com a manchete: "Jaqueline, um sucesso no baile dos travestis" (figura abaixo).

Figura 23 – Materia sobre o sucesso da travesti Jaqueline no Baile das Travestis, publicada no jornal Zero Hora (1969)

Uma fantasia que custou NCr\$ 1.000,00. A surpresa aqui em Pôrto Alegre e a futura operação lá na Suíça.

JAQUELINE, UM SUCESSO NO BAILE DOS TRAVESTIS

Venha Escolher
SUA CASA

e pague em
00 prestações
SEM CORRÇÃO
MONETARIA

Jaqueline, travesti de fama internacional, brincou o carnaval em Pôrto Alegre, gastou mil cruzeiros novos com sua fantasia e gostou muito de tudo e de todos. Para Jaqueline foi surpreendente o número de travestis que encontrou aqui, fato que considerou «muito significativo». Disse que vai fazer uma operação muito delicada na Suíça e tem data marcada para mudar de sexo. Há muito tempo não mais se considera homem, age e veste-se como mulher. Sua plástica, pele e voz são femininas, fala com naturalidade sobre seus problemas íntimos, dizendo que após a operação pretende casar-se e ter filhos. Jaqueline diz que sexo «não tem côr, assim como a arte». Isso justifica suas atitudes como artista, travesti profissional, um dos mais bem pagos no mundo.

ARTISTAS

Jaqueline e outros travestis organizaram um «show», apresentado com sucesso em Pôrto Alegre. As apresentações de «De Repente, Mulher» foram encerradas dois dias antes do carnaval e contaram com nomes famosos desse gênero de espetáculos: Natalie, Marquesa, Eloina, Verusca e Dina, natural de Pôrto

Fonte: Acervo Pessoal

No carnaval do ano de 1971, diferente do foi apresentado até o momento onde às travestilidades são apresentadas de forma glamourosa e exótica, existe uma produção discursiva para interdição explícita em relação às expressões de travestilidades veiculada em uma manchete da capa do jornal: "**TRAVESTIS NÃO TERÃO VEZ NÊSTE ANO AQUI**".

Figura 24 – Matérias de capa e interna publicadas no jornal Zero Hora em 1971 mencionando as travestis e sua interdição no carnaval de Porto Alegre

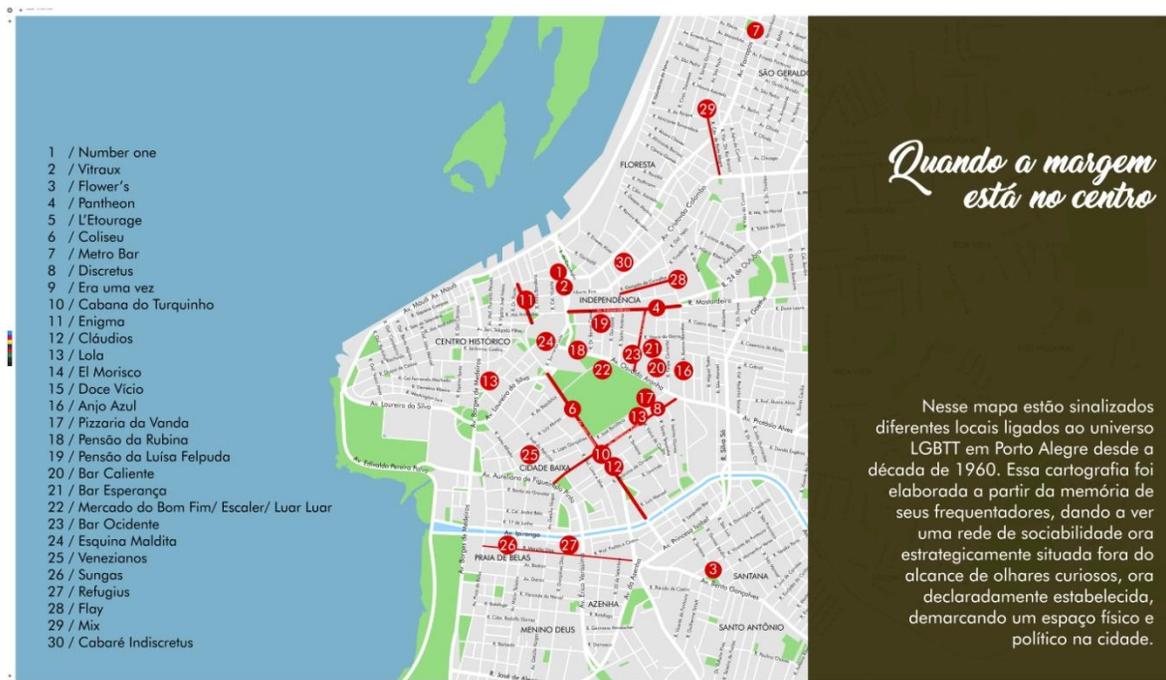


Fonte: Acervo Pessoal

Além do período do Carnaval, alguns dos espaços de sociabilidade serão apresentados abaixo, a partir da cartografia criada pelo projeto "Uma cidade pelas margens". Para saber mais ver o artigo: '**Sabia que Estaria Aqui': Relatos sobre os Processos Criativos do Projeto 'Uma Cidade pelas Margens'**'⁷³, publicado na revista Latino-Americana de Geografia e Gênero.

⁷³ Disponível em: <
<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/10367/pdf16>>. Acesso em:
21 de out. de 2018.

Figura 25 – Mapa dos espaços de sociabilidade da exposição “Uma cidade pelas margens” (1960 - 2015)



Fonte: Museu de Porto Alegre

"Foi quando eu estava apresentando o espetáculo do Flower's, em pleno show, acenderam todas as luzes [...] e um dos garçons veio e me avisou: - "Dirnei, está aí a Polícia Federal, a Polícia Estadual, a Censura Federal, o Departamento de Diversões Públicas e o Juizado de Menores, eles estão dando uma 'batida' geral". Eu prontamente peguei o microfone da casa e disse: - "Senhoras e senhores, nós vamos parar o show e eu pediria a todos que se acomodassem. Porque agora nós vamos receber, a visita da polícia Federal e da Polícia Estadual". Naquele exato momento eu fui preso e algemado. (Depoimento de Dirnei Messias para o documentário "Flores de 70").

Nesse contexto ditatorial, durante a década de 1970, nasceu o Flower's⁷⁴, casa noturna que pertenceu ao empresário Dirnei Messias e sócios, se destacou como primeira casa noturna para o público LGBT, incluindo em sua programação shows de travestis entre 1971 e 1975. A boate ainda é lembrada como um espaço de liberdade e segurança, um “porto seguro”, como relata uma das sócias do empreendimento no

74 Para saber mais sobre o Flowers sugerimos o documentário “Flores de 70”, produzido pelo grupo SOMOS Comunicação, Saúde e Sexualidade, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ESvvVL5_Ks>. Acesso em 22 de fev. de 2017.

documentário “Flores de 70” (Jornal do Nuances, 2004, BARNART; BAUER, 2017). Nelson Oliveira descreve a idealização do projeto da boate como: *“a ideia era abrir uma porta, praticamente, para liberdade”*, conforme relata no documentário. Ele era o dono da casa onde foi instalada a primeira versão do Flower's.

No Rio Grande do Sul, a trajetória protagonizada por grupos engajados na luta pelos direitos da população LGBT só iniciou em 1991, em Porto Alegre, com a fundação do Movimento Homossexual Gaúcho (MHG), atualmente denominado **nuances** - Grupo pela Livre Expressão Sexual. Ao longo do tempo, surgiram outras entidades como o Grupo Igualdade - Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul (1999), a ONG Outra Visão – Grupo LGBTT (1999) e o Grupo Somos Comunicação, Saúde e Sexualidade (2001), a Liga Brasileira de Lésbicas - RS (2003) e, recentemente, HOMENS TRANS, entre outros (BARNART; BAUER, 2017).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho compartilhei a experiência de pesquisa acumulada durante a minha trajetória acadêmica. As implicações que motivaram a temática desse estudo atravessam o corpo deste pesquisador-militante ou militante-pesquisador em diferentes escalas temporais e espaciais. Os jogos de forças travados nessas espacialidades e temporalidades tornaram a tarefa de dissertar complexa, proporcionando rupturas nas esferas pessoais, política e acadêmica. Rupturas necessárias para identificar a diferença entre aquilo que é possível, por isso imperativo aceitar e o que é idealizado e necessário lutar por sua existência, mas temporariamente superar. O possível é aquilo que aqui está materializado - o real, o ideal é aquilo que irá permitir uma continuidade. A construção dessa dissertação apresenta uma parcela de experiências, que são impossíveis de narrar em sua totalidade, pois são vividas de forma fragmentada, no tempo e no espaço, espalhadas pelos caminhos percorridos e se apresentam como um emaranhado de pistas, muitas vezes de difícil conexão. Mergulhar nessa trama me tornou parte dela, em diferentes momentos percebi que o afastamento é necessário para que se possa identificar uma parcela e desse fragmento construir uma totalidade temporária.

As relações entre poder, regras do direito e a construção da verdade compartilhada nesse estudo, partiram da análise de eventos que apresentam os encontros entre travestis e agentes do Estado, na década de 1970. Esses acontecimentos estão registrados em documentos oficiais do Estado, quais sejam inquéritos policiais da Delegacia de Costumes e processos judiciais do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Além disso, a narrativa de vida da militante Marcelly Malta serviu de inspiração nessa construção e de complemento para o não dito nos documentos oficiais do Estado. Os encontros com esses registros apresentaram infinitas possibilidades de exploração para esse estudo. Alguns aspectos foram trabalhados de forma intensa, outros, mesmo depois de identificados foram deixadas de lado e/ou explorados de maneira mais superficial, a maioria ainda está aguardando uma oportunidade para revelar-se. Aqui está o registro dessas intensidades e

superficialidades, caminhos escolhidos mais por razões afetivas e políticas do que por determinações teóricas.

O período histórico abordado nesse trabalho é o da Ditadura Militar Brasileira, especificamente a década de 1970, o recorte temporal apresentado foi definido pelos encontros com esses documentos oficiais do Estado, achados no trabalho de campo. As razões pelas quais não foram localizados documentos dessa mesma natureza em outras décadas ainda são desconhecidas ou pouco exploradas, uma hipótese se apresenta: a intensidade de discursos que emergiram nessa década no esforço de classificar as travestis está relacionada com o recrudescimento da violência do regime militar, um período marcado por transformações históricas significativas, proporcionado pelo aumento da visibilidade desses sujeitos que entram em cena nos espaços públicos e representam uma quebra de paradigmas.

As disputas discursivas identificadas na análise dos documentos são de diferentes ordens. De qualquer forma, essas forças passam por aparelhos e instituições que materializam práticas através de seus agentes, criando um conjunto de técnicas que convergem para o controle, regulação e punição das expressões de travestilidades. Podemos nomear esse arranjo de procedimentos de diferentes maneiras, escolhi apresentá-los aqui como a inquisição de travestis. A interdição representa um combate justificado pela moralidade, além disso, emergem esforços de diferentes procedências para perseguir e eliminar a existência desses sujeitos, na tentativa de materializar a exclusão espacial plena daqueles que insistiram em resistir, essas intencionalidades possuem, como pano de fundo, uma motivação política.

As travestis são apresentadas nesses documentos de diferentes maneiras, na ordem da criminalidade e marginalidade, nos discursos jurídicos e nos saberes médicos e psiquiátricos, na esfera do trabalho como uma profissão em si - "profissão travesti" -, ou na prática da prostituição. Surgem esforços por parte da Polícia de Costumes, para criminalizar suas existências classificando-as como um tipo de homossexualidade⁷⁵, uma

75 Cabe lembrar que na época o termo utilizado para se referir às homossexualidades era o "homossexualismo", visto que corresponde à uma patologia conforme entendido pelos saberes médicos e psiquiátricos. Essa questão foi discutida brevemente no decorrer do trabalho.

profissão - em um duplo sentido: a "*prostituição homossexualismo passivo*"⁷⁶ ou "*trottoir masculino homossexualismo*", ambas as expressões utilizadas para se referir à prostituição de travestis naquela época -, ou ainda, como uma espécie de ator transformista. Outra hipótese que surge como estratégia de resistência foi a apropriação desses sujeitos em relações a essas classificações, que as instituições e saberes disputavam discursivamente, no sentido de forjar uma identidade política combativa, assim fortalecê-las como coletivo para travar uma luta por suas existências.

Nesse sentido, penso nos lugares que ocupo como sujeito, pesquisador, militante e cidadão. Esses lugares fazem parte do campo de forças que escolhi me inserir, no qual ocorrem as disputas teóricas das quais faço parte, entretanto sempre baseadas na práxis, quais sejam, a militância no movimento social LGBTT; as minhas escolhas acadêmicas e de pesquisa; meu posicionamento como sujeito social; e nesses caminhos que estou inserido como cidadão que busca cumprir com seus deveres e contribuir para legitimação, garantia e conquista de direitos humanos.

Por fim, essas hipóteses que apresento são possibilidades futuras para continuidade desse estudo que encerra, em mim, com mais perguntas do que respostas. Temporariamente termino esse fragmento para que seja possível compartilhar essas (im)possibilidades com outros, para que a partir de suas inquietações, juntos, possamos produzir outras formas de resistência implicadas na luta por diversas formas de (re)existir.

76 "O homossexualismo passou a existir na CID a partir da 6ª Revisão (1948), na Categoria 320 — Personalidade Patológica, como um dos termos de inclusão da subcategoria 320.6 — Desvio Sexual. Manteve-se assim a 7ª Revisão (1955), e na 8ª Revisão (1965) o homossexualismo saiu da categoria "Personalidade Patológica" ficou na categoria "Desvio e Transtornos Sexuais" (código 302), sendo que a sub-categoria específica passou a 302.0 -Homossexualismo. A 9ª Revisão (1975), atualmente em vigor, manteve o homossexualismo na mesma categoria e sub-categoria, porém, já levando em conta opiniões divergentes de escolas psiquiátricas, colocou sob o código a seguinte orientação "Codifique a homossexualidade aqui seja ou não a mesma considerada transtorno mental" (LAURENTI, 1984, p. 344).

6. REFERÊNCIAS

BARNART, Fabiano. **Assassinatos Pautados em Gênero: um interstício sobre a violência letal contra travestis, transexuais e homossexuais no Rio Grande do Sul**. Trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em Saúde Coletiva. Porto Alegre: UFRGS, 2014. 81 p.

BARNART, Fabiano; BAUER, Leticia. **'Sabia que Estaria Aqui': Relatos sobre os Processos Criativos do Projeto 'Uma Cidade pelas Margens'**. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, v. 8, n. 1, p. 438 - 467, 2017. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/10367/pdf16>>. Acesso em: 21 de out. de 2018.

BARNART, Fabiano; MENEGHEL, Stela Nazareth. **Assassinatos Pautados em Gênero: um interstício sobre a violência letal contra travestis e pessoas transexuais no Rio Grande do Sul**. In.: A diversidade e a livre expressão sexual entre as ruas, as redes e as políticas públicas. VIANA, Frederico Machado; BARNART, Fabiano; MATTOS, Renan (Orgs) - 1ª Ed. - Porto Alegre: Rede UNIDA/NUANCES, 2017. Disponível em: <<http://historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/a-diversidade-e-a-livre-expressao-sexual-entre-as-ruas-as-redes-e-as-politicas-publicas-pdf-1>>. Acesso em 21 de out. de 2018.

BOER, Alexandre. **Construindo Igualdade: a história da prostituição de travestis em Porto Alegre**. BOER, Alexandre (Org.). Porto Alegre: Igualdade, 2003. 176 p.

BENEDETTI, Marcos Renato. **TODA FEITA : o corpo e o gênero das travestis**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. UFRGS, 2000.

BRASIL. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil** : ano de 2012 / Secretaria de Direitos Humanos. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2013. 102 p.

_____. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil** : ano de 2011 / Secretaria de Direitos Humanos; Priscila Pinto Calaf, Gustavo Carvalho Bernardes e Gabriel dos Santos Rocha (organizadores). – Brasília, DF : Secretaria de Direitos Humanos, 2012. 138 p.

_____. **Ditadura e Homossexualidades**. GREEN, James N.; CÉSPEDES, Carlos Manuel de; QUINALHA, Renan (Orgs). In.: Relatório: textos temáticos (v. 2) / Comissão Nacional da Verdade. - Brasília: CNV, 2014. 416 p.

CABRAL, Vinicius; SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. **Espaço e morte nas representações sociais de travestis**. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; CHIMIN JR, Alides Baptista Chimin (Orgs.). Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013. p. 273 - 307.

CARRARA, Sérgio; VIANNA Adriana. **"Tá lá o corpo estendido no chão...": a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro.** Physis: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2006.

CECCIM, Ricardo; FERLA, Alcindo Antônio; CANAVESE, Daniel. **Lutar com e pelo prazer: as pistas do corpo para buscar caminhos.** In.: VIANA, Frederico Machado; BARNART, Fabiano; MATTOS, Renan (Orgs). A diversidade e a livre expressão sexual entre as ruas, as redes e as políticas públicas. - 1ª Ed. - Porto Alegre: Rede UNIDA/NUANCES, 2017.

COWAN, Benjamin. **Homossexualidade, ideologia e "subversão" no Regime Militar.** In.: Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs). Ditadura e Homossexualidades. São Carlos: EdUSFSCar, 2015. P. 27 - 52.

DENIZART, Hugo. **Engenharia erótica: travestis no Rio de Janeiro / Erotic engineering: transvestites in Rio de Janeiro.** Hugo Denizart (Org.); Úrsula O'Neill (versão inglês) - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. 205 p.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Entre a pista e a polícia: as travestilidades brasileiras face à agenda da política criminal e penitenciária.** In.: A diversidade e a livre expressão sexual entre as ruas, as redes e as políticas públicas. VIANA, Frederico Machado; BARNART, Fabiano; MATTOS, Renan (Orgs) - 1ª Ed. - Porto Alegre: Rede UNIDA/NUANCES, 2017. 289 p.

FICO, Carlos. **Prefácio.** In.: Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. GREEN, James N., QUINALHA, Renan (Orgs.). São Carlos: EdUSFSCar, 2015. p. 13-16.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia de pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAULT, Michel. **Historia da sexualidade 1: a vontade de saber.** Tradução de Maria Tereza Albuquerque. 1ª Ed. - São Paulo, Paz e Terra, 2014. p.145-174.

_____. **Sobre a Geografia.** In.: Microfísica do Poder / Michel Foucault; organização e tradução de Roberto Machado. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)** / Michel Foucault: tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Segurança, Território e População.** 2008. Disponível em: <<https://projeto-phronesis.files.wordpress.com/2009/08/foucault-michel-seguranca-territorio-populacao-curso-no-college-de-france.pdf>>. Acesso: 7 de abr. de 2016.

GERMANO, Íris Graciela. **Homem, não! O Carnaval de rua em Porto Alegre nos anos 30 e 40.** In.: *Jornal do Nuances - Grupo pela Livre Expressão Sexual*. Nº11/Ano 2. Porto Alegre, 2000.

_____. **A Cabana do Turquinho.** In.: *Jornal do Nuances - Grupo pela Livre Expressão Sexual*. Nº31/Ano 5. Porto Alegre, 2004.

GOLIN, Célio. **Da Patologia à Cidadania.** In: NARDI, H. C.; SILVEIRA, R. S.; MACHADO, P. S. (Org.). *Diversidade Sexual, Relações de Gênero e Políticas Públicas*. Porto Alegre: Sulina, 2013. p.73-86

_____. **Uma Cidade pelas Margens: quando uma exposição não é só uma exposição.** *Jornal eletrônico Sul21*. 2017. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/uma-cidade-pelas-margens-quando-uma-exposicao-nao-e-so-uma-exposicao-por-celio-golin/>>. Acesso em 28 de fev. de 2017.

GOMES, José Juvenal. **A travesti e seu duplo sentido: uma aproximação inicial.** In.: *Construindo Igualdade: a história da prostituição de travestis em Porto Alegre*. BOER, Alexandre (Org.). Porto Alegre: Igualdade, 2003. p. 21 - 29.

GREEN, James N; QUINALHA, Renan. **Introdução.** In.: *Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs). Ditadura e Homossexualidades. São Carlos: EdUSFSCar, 2015. P. 17 - 25.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Tabela Geral Assassinatos de Homossexuais no Brasil 2010.** Bahia. Disponível em: <<http://www.ggb.org.br/imagens/Tabela%20geral%20Assassintos%20de%20Homossexual%20Brasil%202010.pdf>> Acesso em: 21 de jun. de 2014.

GUIMARÃES, Cristian Fabiano. **A Variação do Coletivo na Saúde.** Orientadora: Rosane Azevedo Neves da Silva. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Porto Alegre, 2015. 219 f. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/130525/000977853.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 21 de out de 2018.

GUIMARÃES, Cristian Fabiano. *Et al.* **Assassinatos de Travestis e Transexuais no Rio Grande do Sul: crimes pautados em gênero?** Athenea Digital, 2013. p. 219 – 227. Disponível em: <<http://atheneadigital.net/article/view/Guimaraes>>. Acesso em 20 dez. 2013.

HAESBAERT, R. **Sociedades Biopolíticas de In-Segurança e Des-controle dos Territórios.** In: Oliveira, M. et al. [org.] *O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lamparina e FAPERJ, 2008. Disponível em: <

<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewFile/241/228>> Acesso 21 de mar. de 2018.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. **A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari**. GEOgraphia, Vol. 4, No 7. 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/74/72>>. Acesso em 1 de mar. de 2017.

HEIDRICH, Álvaro. **Territorialidades de Exclusão e Inclusão Social**. In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C (Org.). Saberes e Práticas na Construção de Sujeitos e Espaços Sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006 (p. 21-44).

KLEIN, Caio César. **Entre drag queens e (trans)formistas: trânsitos de gênero como arte**. In.: A diversidade e a livre expressão sexual entre as ruas, as redes e as políticas públicas. VIANA, Frederico Machado; BARNART, Fabiano; MATTOS, Renan (Orgs) - 1ª Ed. - Porto Alegre: Rede UNIDA/NUANCES, 2017. 289 p.

LAURENTI, RUY. **Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças**. Editorial. Rev. Saúde Pública vol. 18 nº 5. São Paulo, 1984 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v18n5/02.pdf>>. Acesso 30 de abr. de 2018.

MACHADO, Frederico Viana; BARNART, Fabiano; MATTOS, Renan. **A diversidade e a livre expressão sexual entre as ruas, as redes e as políticas públicas**. VIANA, Frederico Machado; BARNART, Fabiano; MATTOS, Renan (Orgs) - 1ª Ed. - Porto Alegre: Rede UNIDA/NUANCES, 2017. 289 p.

_____. **Introdução - Debatendo Sexualidades entre as ruas, as redes e as políticas públicas**. In.: A diversidade e a livre expressão sexual entre as ruas, as redes e as políticas públicas. VIANA, Frederico Machado; BARNART, Fabiano; MATTOS, Renan (Orgs) - 1ª Ed. - Porto Alegre: Rede UNIDA/NUANCES, 2017. 289 p.

MARTINS, Helena. **Mais conservador, Congresso eleito pode limitar avanços em direitos humanos**. EBC – Agência Brasil, 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/mais-conservador-congresso-eleito-pode-limitar-avancos-em-direitos-humanos>>. Acesso: 30 abr. 2018.

MENEGHEL, Stela Nazareth . **Historias de vida: notas e reflexões sobre investigação**. Athenea Digital, 2007. p. 115-129. Disponível em: <<http://atheneadigital.net/article/view/414/367>>. Acesso em: 10 de jul. 2014.

MENEGHEL, Stela Nazareth (Coord.) **Femicídios e Assassinatos Pautados em Gênero no Rio Grande do Sul**. Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq. Edital Mulheres, gênero e feminismos. UFRGS, 2010.

MENEGHEL, Stela Nazareth. *Et al.* **Femicídios: narrativas de crimes de gênero.** Interfaces (Botucatu), v. 17, n.46, p. 973 – 983, jul./set. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência e Saúde. **Coleção Temas em Saúde.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. 132 p.

MORAES, Meriene Santos de. Meu corpo, minhas regras! A prática do aborto entre múltiplas escalas territoriais de poder e resistência. In.: A diversidade e a livre expressão sexual entre as ruas, as redes e as políticas públicas. VIANA, Frederico Machado; BARNART, Fabiano; MATTOS, Renan (Orgs) - 1ª Ed. - Porto Alegre: Rede UNIDA/NUANCES, 2017. 289 p.

MORANDO, Luiz. Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963 - 1969). In.: Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs). Ditadura e Homossexualidades. São Carlos: EdUSFSCar, 2015. P. 53 - 81.

NARDI, Henrique; MACHADO, Paula Sandrine. **Heteronormatividade.** Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela Nazareth (Org.). Rio de Janeiro: Editora: FIOCRUZ, 2015. 422 p.

NUANCES. **Jornal do nuances.** Nuances - Grupo pela Livre Expressão Sexual. 2004.

OCANHA, Rafael Freitas. **As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976 - 1982).** In.: Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs). Ditadura e Homossexualidades. São Carlos: EdUSFSCar, 2015. P. 149 - 175.

ORNAT, Marcio Jose. **Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa – Paraná.** Dissertação de Mestrado em Gestão do Território. Universidade Federal de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2007. 160 p.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. Cadernos Pagu, Campinas, n. 25, p. 217-258, jul./dez. 2005.

PINTO, Renato. **Museus e diversidade sexual: reflexões sobre mostras LGBT e Queer.** Arqueologia pública. Campinas, n. 5, 2012, p. 44-55.

POCAHY, F. (Org.). **Rompendo o Silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea: políticas, teoria e atuação.** Porto Alegre: Nuances, 2007. p. 27-48.

_____. **Um mundo de injúrias e outras violações. Reflexões sobre a violência heterossexista e homofóbica a partir da experiência do CRDH rompa o silêncio.** In:

POCAHY, F. (Org). **Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: Nuances, 2007. p. 10-26.

_____. **Vem, meu menino, deixa eu causar inveja: ressignificações de si nas transas do sexo tarifado**. Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latino-Americana, n. 11, p. 122-154, 2012.

QUINALHA, Renan Honório. A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a **Ditadura Brasileira**. In.: Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs). Ditadura e Homossexualidades. São Carlos: EdUSFSCar, 2015. P. 149 - 175.

_____. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-20062017-182552/>>. Acesso em: 2018-03-18.

RIOS, Roger Raupp. **O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos Humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação**. In: POCAHY, F. (Org.). Rompendo o Silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea: políticas, teoria e atuação. Porto Alegre: Nuances, 2007. p. 27-48.

SACK, Robert David. **Human Territoriality - Its Theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SILVA, Joseli Maria. **Espaços interditos e a experiência urbana travesti**. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JR, A. B. (Org.). Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013. P.143-182.

_____. **Espaços interditos e a experiência urbana travesti**. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JR, A. B. (Org.). Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013b. P.143-182.

SILVA, Joceli Maria. Et al. **O corpo como elemento das geografias feministas e queer: um desafio para a análise no Brasil**. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JR, A. B. (Org.). Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013. p. 85-142.

_____. Et al. **O corpo como elemento das geografias feministas e queer: um desafio para a análise no Brasil**. In: Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços. SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JR, A. B. (Org.). Ponta Grossa: Todapalavra, 2013. p. 85-142.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Território e (des)territorialização**. In.: Os conceitos fundamentais da pesquisa socio-espacial. 1ª Ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 107-110.

_____. **Espaço geográfico, espaço social, organização espacial e produção do espaço**. In.: Os conceitos fundamentais da pesquisa socio-espacial. 1ª Ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320 p.

TRINDADE, Rafael. **Afetos (BIO)Políticos - Esgotamento**. Disponível em: <<https://razaoadequada.com/2017/05/21/afetos-biopoliticos-esgotamento/>>. Acesso em: 5 de maio de 2018.

**APÊNDICE A – ARTIGO INTITULADO “TRAVESTILIDADES E TRANSEXUALIDADES NO
BRASIL: VIOLÊNCIA E POLITIZAÇÃO”**

Frederico Viana Machado
Doutor em Psicologia Social e Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Fabiano Barnart
Ativista do Nuances - Grupo pela Livre Expressão Sexual
Sanitarista - Bacharel em Saúde Coletiva e Mestrando em Geografia na Universidade Federal do
Rio Grande do Sul

A sociedade brasileira apresenta traços culturais extremamente violentos e autoritários, o que está relacionado à acentuada hierarquização e desigualdade social. Se tomarmos a sexualidade como elemento importante para a compreensão da identidade nacional brasileira, veremos que a imagem de um país tolerante com a expressão da sexualidade contrasta com dados alarmantes, tais como a violência contra a mulher, a prostituição infantil, o tráfico de pessoas, o genocídio indígena e da juventude negra, os crimes de ódio contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis, mulheres e homens trans (LGBT), dentre outros. O turismo sexual e as imagens de pessoas nuas no carnaval competem com os altos índices de preconceito, discriminação e violência que revelam não apenas a faceta conservadora da sociedade brasileira, mas também o caráter ambíguo por trás do que podemos chamar de “mitos democráticos”, tais como o “mito da igualdade racial”, o “mito do brasileiro cordial” ou o “mito da liberdade sexual”.

Neste cenário, marcado por violência, desigualdade e invisibilidade, pessoas trans constroem suas vidas reinventando as possibilidades de ser e de existir. No campo da diversidade sexual e das expressões de gênero, pessoas trans desafiam a divisão binária naturalizada entre masculino e feminino, forjada por discursos médicos e nos pressupostos científicos da modernidade. Paradoxalmente, os avanços na ciência médica também contribuem para aumentar as possibilidades de transformação corporal e a liberdade de autoafirmação. “Pessoas trans” é o termo que aqui utilizamos para

designar travestis, mulheres e homens transexuais e pessoas não-binárias, sujeitos que não se identificam com o sexo ou o gênero que lhes foi atribuído ao nascer, e buscam adequar seus corpos denunciando que nossas concepções de masculinidade e feminilidade são construções sociais performativas. Se inicialmente considerava-se a “mudança de sexo” ou a “mudança de gênero”, expressadas pelo termo transgênero, hoje as discussões orbitam pela própria desconstrução destas dicotomias.

É importante ressaltar que existe uma variedade de construções identitárias com condições diferentes de exclusão e de produção dos papéis sociais. Pelúcio (2006) define as travestis como pessoas que nascem com o sexo genital masculino e que procuram inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente sancionado como feminino, sem, contudo, desejarem extirpar a genitália. As mulheres transexuais, ao contrário, geralmente, tomam o próprio pênis como algo que as impede de se reconhecerem como o que realmente são: mulheres! Embora existam mulheres transexuais que não querem fazer cirurgias, muitas não fazem por falta de oportunidade, condições financeiras, medo ou risco de morte. Assim como, recentemente, existe um grupo de travestis que estão reivindicando a sua condição como mulheres, ou seja, mulheres travestis.

Outro aspecto importante é reconhecermos que as identidades de gênero não correspondem às orientações sexuais. As pessoas trans podem ser hetero, homo e bissexuais. Mulheres transexuais podem ser lésbicas e quererem a readequação genital, homens trans podem ser gays e assim por diante. Não existe uma categorização fácil para essas diferenciações, pois são relacionais e respondem ao contexto histórico e social no qual são performatizadas. Em outras palavras, estas identidades estão em constante disputa política por ressignificações. Neste sentido, Pelúcio (2006) aponta uma tarefa política emancipadora destas pessoas, por proporem “arranjos conjugais, parcerias, laços, vínculos para além do binarismo de gênero instituído, da família nuclear burguesa e das relações sexuais procriadoras” (p. 532,533).

As pessoas trans denunciam, simultaneamente, os imperativos morais que guiam a vida social e a ausência de universais que definiriam uma suposta essência humana. A partir das “diferenças” postas em disputa por legitimidade no espaço público, os conflitos sexuais questionam o que é a humanidade e o entendimento de gênero como “natural”, com uma “essência” fixa, pois tais entendimentos historicamente transformaram estas diferenças em desigualdades, legitimando diversas formas de opressão social.

A partir da década de 1990, diversos autores (Pelúcio, 2006; Benedetti, 2000; Silva, 1993) têm identificado o dramático universo de exclusão e vulnerabilidade no qual se constroem as identidades sexuais das pessoas trans no Brasil. Vítimas constantes de violências físicas e simbólicas: desde a rejeição radical da família até o descaso sistemático do Estado ou a violência policial criminosa e extorsiva, as pessoas trans constroem suas relações sociais e formas de sobrevivência a partir das redes de solidariedade, que não impedem que este segmento se veja, muitas vezes, acometido pelo isolamento social e pela solidão, entre outros problemas de ordem política, social e psicológica.

O acesso aos sistemas de educação, saúde e demais serviços públicos é bastante restrito, o que traz complicações para o exercício da cidadania. Desde questões que derivam do reconhecimento institucional, tal como a troca de nomes, o uso de fotos em documentos, até questões cotidianas, como o uso de banheiros públicos, são exemplos das complexidades sociais que provocam violência, humilhação e comprometem a cidadania. A necessidade de recorrer a automedicação e formas alternativas de cuidado à saúde, em virtude das dificuldades de acesso aos serviços formais, se torna comum, e as pessoas trans acabam fazendo uso de homônio-terapia sem prescrição médica, busca dos terreiros, curandeiros e casas de religião. As “bombadeiras”, pessoas que fazem a aplicação de silicone industrial de forma artesanal, em geral na sua própria residência e sem formação qualificada, são um recurso doloroso, que pode levar à morte ou trazer sérias complicações para saúde. As transformações corporais implicam em mais

visibilidade e exposição pública. A construção destes corpos oscila no imaginário popular entre o “fascínio pelo exótico” e a “violência contra o abjeto”.

Alguns dados sobre a violência contra população trans

O Dossiê: A Geografia dos Corpos das Pessoas Trans (Nogueira; Araújo & Cabral, 2017), publicado pela Rede Trans Brasil, aponta que cerca de 90% da população de travestis e mulheres transexuais exerce o trabalho de prostituição. Apenas uma pequena parcela reivindica o exercício de prostituição como uma escolha, assim, a grande maioria exerce essa atividade como única alternativa de sobrevivência. O exercício da prostituição agrava os perigos aos quais essas pessoas estão submetidas, colocando-as em uma situação de acentuada vulnerabilidade social, articulada ao racismo, pobreza e outras desigualdades.

O Brasil é a nação que mais mata pessoas LGBTQs no mundo, as pessoas trans são as mais atingidas. No mapa de '*Monitoramento de Assassinatos de Trans*', publicado no site da ONG alemã Transgender Europe (TGEU), entre os anos de 2008 e 2015, o Brasil encontra-se no primeiro lugar do *ranking*, entre os 65 países monitorados, com 802 assassinatos; seguido do México que registra 229 assassinatos e ocupa a segunda posição. No *ranking* mundial, a violência letal transfóbica no Brasil é 350% maior do que o segundo colocado. Do total de 2016 assassinatos, o Brasil é responsável por quase 40%. 78% ocorrem na América Latina. Além disso, temos que lembrar que em muitos países, incluindo o Brasil, os números de violência contra LGBTQs não são contabilizados pelo poder público, a violência é silenciada e escondida. Países como a Jamaica, onde existe um alto grau de crimes de ódio contra comunidade LGBTQ, registra apenas duas mortes, o que sugere a subnotificação destes crimes.

Em 2012, a organização americana Global Rights publicou o "*Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos das mulheres trans afrobrasileiras*", denunciando que o preconceito racial acentua ainda mais a vulnerabilidade: "*Os atos de violência cometidos contra esta população são particularmente cruéis, muitas vezes envolvendo violência psicológica e sexual, são frequentemente manifestados em espaços públicos onde são*

exibidos ao público em geral." A Global Rights recomenda que o governo brasileiro tome providências urgentes para criar políticas de proteção contra as violências brutais que sofrem as mulheres trans, em especial as negras.

Conquistas frágeis e desafios atuais

A vida das pessoas trans, é importante destacar, não se resume à violência e à discriminação, estes sujeitos produzem espaços de liberdade ricos em processos sociais e manifestações culturais transgressoras e criativas. Enfrentam o preconceito com inteligência, humor e sensibilidade, criando eventos e manifestações culturais que, por sua originalidade, ganham uma identidade própria. Embora essa cena cultural na maioria das vezes seja marginalizada, extrapola suas fronteiras e influencia outros espaços de produção cultural. Articulando elementos estéticos e políticos, as pessoas trans vêm criando formas inovadoras de expandir a conflitualidade política e estratégias originais de ocupação do espaço público, ressignificando identidades por meio de deslocamentos nas hierarquias dos modos de visibilidade. Em especial no último ano, notamos um crescimento das manifestações artístico-culturais de pessoas trans e não-binárias que tem conquistado uma visibilidade pública expressiva, saindo das margens, ocupando a grande mídia e potencializando modificações no imaginário social.

Recentemente o movimento de homens trans tem se fortalecido com o surgimento de coletivos e eventos que contribuem para a organização política e a sociabilidade desses sujeitos. As paradas LGBTTT continuam sendo realizadas com grande número de participantes e, além disto, têm se diversificado em suas formas de organização, tematização e de ocupação do espaço público. O movimento LGBTTT brasileiro segue como um importante ator político, mobilizando grupos em todo o país e pressionando o Estado para inclusão de suas demandas nas políticas públicas.

Desde o começo dos anos 2000, é notável o aumento e a diversificação temática de pesquisas acadêmicas sobre LGBTTT. A articulação entre os movimentos sociais e a universidade tem desempenhado um papel significativo no avanço das discussões sobre as políticas públicas. As discussões teóricas e políticas sobre as pessoas trans têm

colocado na agenda política brasileira temas como a generificação dos banheiros nas escolas e outras instituições, o acesso à atenção qualificada no campo da saúde, da segurança, do judiciário e da assistência social, bem como o tratamento diferenciado no sistema prisional, entre outras questões. Dentre as mais centrais, está a questão do respeito ao “nome social”, que impacta diretamente o cotidiano destas pessoas, seja nas listas de chamada nas escolas, nas filas de aeroportos, nas delegacias e prisões, nos serviços de saúde, na vida institucional como um todo.

Mesmo que insuficientes, destacamos a importância de iniciativas governamentais como as que se deram no âmbito do Programa Brasil Sem Homofobia (PBSH), criado em 2004, o incentivo às conferências LGBT a partir de 2008 e o esforço para ampliação da participação social. A criação do PBSH levou à implantação de centros de prevenção à LGBTfobia em várias cidades, a criação de cursos para capacitação de professores, policiais e outras categorias profissionais, ao financiamento público de pesquisas, projetos de intervenção e ações culturais. Isto evidencia um aspecto importante deste momento histórico: estas temáticas, anteriormente circunscritas às políticas de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, se expandiram para o campo dos direitos humanos, da educação, da cultura e da assistência social.

Entretanto, estes avanços se deram em meio a retrocessos, devido ao crescente fortalecimento de setores fundamentalistas e religiosos no Brasil, o que vem impedindo a inclusão das demandas feministas e LGBT. Temos visto ações como: a retirada da pauta de gênero e sexualidade nos planos municipais e estaduais de educação, a moralização de campanhas midiáticas que são centrais para a promoção de saúde e de uma cultura em direitos humanos, a legitimação do preconceito com a veiculação de discursos que acusam o trabalho em diversidade sexual de “ideologia de gênero”, a impossibilidade de aprovação de uma lei que criminalize a LGBTfobia, tal como já existe para o racismo, entre várias outras.

Além disto, o país está atravessando um cenário político desolador, devido à crise política e econômica, mas, sobretudo, ao golpe institucional que levou ao

impeachment da presidenta Dilma Rousseff. O atual governo ilegítimo está implementando medidas que irão aumentar as desigualdades e anular diversas conquistas e direitos sociais. Isto soa como um aviso de que viveremos tempos sombrios. Precisaremos de muita mobilização na luta política para que a democracia brasileira não se torne um projeto ainda mais imperfeito.

REFERÊNCIAS

BENEDETTI, M. R. (2000). **TODA FEITA: o corpo e o gênero das travestis**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade do Rio Grande do Sul. 2000.

GLOBAL RIGHTS. **Report on the Human Rights Situation of Afro-Brazilian Trans Women**. Global Rights: Partners for Justice. Washington DC, 2012. 44 p.

NOGUEIRA, S., ARAUJO, T. CABRAL, E. A. (Orgs.) (2017). **Dossiê: A Geografia dos Corpos das Pessoas Trans. RedeTrans Brasil**. Disponível em: <http://redetransbrasil.org/uploads/7/9/8/9/79897862/redetransbrasil_dossier_1.pdf>. Acesso em: 25 de mar. de 2017.

PELÚCIO, L. (2006). Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. In. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(2): 248, maio-agosto.

SILVA, H. (2003). **Travesti: a invenção do feminino**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará-ISER.

TRANSGENDER EUROPE (2016). **Trans Murder Monitoring**. Disponível em: <<http://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/>>. Acesso em: 04 Abr.